



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

**O terceiro setor na Política – uma análise dos discursos
presidenciais de Portugal pós-25 de abril**

Sérgio Abreu

UMinho | 2022

**O terceiro setor na Política – uma
análise dos discursos presidenciais de
Portugal pós-25 de abril**

janeiro de 2022



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Sérgio Miguel Bessa Abreu

**O terceiro setor na Política – uma análise
dos discursos presidenciais de Portugal
pós-25 de abril**

Dissertação

Mestrado em Economia Social

Trabalho realizado sob a orientação do(a)

Professor(a) Doutor (a) Paulo Jorge Reis Mourão

janeiro de 2022

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição-Compartilha Igual
CC BY-SA**

<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

Agradecimentos

Antes de iniciar esta dissertação, gostaria de dedicar algumas linhas a agradecer certas pessoas, sem as quais este trabalho não teria sido terminado.

Em primeiro lugar deixo agradecimentos ao meu orientador, o Professor Paulo Mourão, por me ter aceitado como seu orientado e por se ter sempre demonstrado disponível para tirar quaisquer dúvidas que eu tivesse.

Em segundo lugar faço um agradecimento especial ao meu grande amigo Manuel Ulisses Moreira, por ter sido a pessoa do meu círculo íntimo que mais apoio me deu quando a minha moral estava em baixo e pensava em desistir de prosseguir com esta dissertação.

Em terceiro lugar agradeço à minha família nuclear – aos meus pais e ao meu irmão – pelos sacrifícios que fizeram ao longo das suas vidas para eu chegar a esta posição, pois sem eles, nem sequer teria ingressado na universidade.

Em quarto lugar quero agradecer a todos os meus amigos de quem não falei aqui, pois o espaço é limitado. O apoio e a atitude positiva que trouxeram relaxaram-me, o que permitiu que eu mantivesse a cabeça fria, sem a qual seria mais difícil realizar esta investigação.

E por último, mas certamente sem menosprezo, deixo uma palavra de reconhecimento a quem quer que esteja a ler esta dissertação e não tenha passado esta página à frente. São mais atenciosos que eu, pois sei que saltava esta parte à frente mais rápido que uma lebre.

A todos e a nenhuns, obrigado.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

Em Portugal – e no mundo – existe, para além do setor público e do setor privado, o Terceiro Setor. Também designado por Economia Social, setor social, setor cooperativo e setor não-lucrativo, este corresponde a todas as instituições que não estão nas mãos dos governos e atuam sem fins lucrativos. De país a país é provável que existam diferenças relativas à importância que é dada a este setor, quando comparada com os setores público e privado. O peso que o Terceiro Setor tem nas economias nacionais influenciará a relevância que lhe é dada pelo poder político, sobretudo por um(a) chefe de estado. Logo, se este último lhe dá mais ou menos importância, é admissível que isso signifique o setor social tenha mais ou menos destaque na economia, ou pelo menos nas ideias de futuros empreendedores. O valor que é dado pelo(a) chefe de estado – presidente no caso de uma república, rei ou rainha no caso de uma monarquia – às entidades do Terceiros Setor pode ser encontrado nos seus discursos.

No caso português, para medir a importância que é dada pelos Presidentes da República Portuguesa à Economia Social recorreu-se a uma análise de conteúdo de um total de três mil e setenta e duas intervenções realizadas entre 14 de julho de 1976 e 31 de dezembro de 2020, por cinco presidentes diferentes. Concluiu-se que, na generalidade, apesar de não o terem ignorado, os chefes de estado eleitos por sufrágio universal após a revolução de 25 de abril deram menos importância ao terceiro Setor que ao setor privado e ao setor público, o que reflete o facto destes últimos também possuírem maior relevância na economia e na perceção da sociedade portuguesa.

Palavras-chave

Terceiro Setor, Presidente da República Portuguesa, Importância, Discurso, Análise de Conteúdo

Abstract

In Portugal – and in the world – there exists a sector, alongside the private and the public sectors, aptly called the Third Sector. Also known as Social Economy, social sector, cooperative sector and non-profit sector, it corresponds to all organizations that are not under government control and are not profit seeking.

It is likely that each country gives a different value to the Third Sector even if compared with the private profit seeking sector and the public sector. The weight the Third Sector carries in the national economies will influence the relevance that is given to it by the political power, especially by a head of state. Therefore, if this head of state gives it larger or lower importance, it is possible that it means the social sector has larger or lower significance in the economy, or at least in the minds of future entrepreneurs. The value that is given by the head of state – president in the case of a republic, monarch in the case of a monarchy – to the entities belonging to the Third Sector can be found in their speeches.

In the Portuguese case, to measure the importance given by the Presidents of the Portuguese Republic to the Social Economy, was used a content analysis of a total of three thousand and seventy-two speeches observed between 14th of July of 1976 and 31st of December of 2020, by five different presidents. It was concluded, in general, that despite not having ignored it, the presidents elected by universal suffrage after the Carnation Revolution gave a lower value to the Third Sector, relative to the private and public sectors, reflecting the fact that these ones also have a larger weight on the economy and the conscience of Portuguese society.

Keywords

Third Sector, President of the Portuguese Republic, Importance, Speech, Content Analysis

Índice

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS	I
AGRADECIMENTOS	II
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT	V
ÍNDICE	VI
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	VII
ÍNDICE DE TABELAS	VIII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	X
1. INTRODUÇÃO.....	14
2. PESO DO TERCEIRO SETOR PARA A ECONOMIA DE PORTUGAL	19
3. REVISÃO DE LITERATURA	25
3.1. TERCEIRO SETOR OU ECONOMIA SOCIAL?	25
3.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA SOCIAL PORTUGUESA E MUNDIAL	27
3.3. SISTEMA DE GOVERNO PORTUGUÊS.....	31
3.4. PESQUISAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS MENSAGENS PRESIDENCIALISTAS	33
4. HIPÓTESE	39
5. METODOLOGIA	43
6. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	49
6.1. RAMALHO EANES	49
6.2. MÁRIO SOARES.....	59
6.3. JORGE SAMPAIO.....	68
6.4. ANÍBAL CAVACO SILVA.....	78
6.5. MARCELO REBELO DE SOUSA.....	88
7. CONCLUSÃO	98
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

C.C – Coeficiente de Correlação

CEE – Comunidade Económica Europeia

CSES – Conta Satélite da Economia Social

ES – Economia Social

ETC – Equivalente a Tempo Completo

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

OES – Organizações da Economia Social

ONG – Organização Não-Governamental

PIB – Produto Interno Bruto

PIB *per capita* – Produto Interno Bruto por indivíduo

Set. Pri. – Setor Privado

Set. Púb. – Setor Público

SOTU – *State of the Union*, traduzido significa Estado da União

UE – União Europeia

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Principais indicadores por grupos de entidades da Economia Social em 2010.....	19
Tabela 2 - Principais indicadores por grupos de entidades em 2013.....	21
Tabela 3 - Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades em 2016.....	23
Tabela 4 - Número de menções de palavras relacionadas com a Economia Social em cada ano da presidência de Ramalho Eanes	49
Tabela 5 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor privado em cada ano da presidência de Ramalho Eanes	54
Tabela 6 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor público em cada ano da presidência de Ramalho Eanes	56
Tabela 7 - Número de menções de palavras com possibilidade de estarem relacionadas com a Economia Social e outras palavras genéricas em cada ano da presidência de Ramalho Eanes	58
Tabela 8 - Número de menções de palavras relacionadas com a Economia Social em cada ano da presidência de Mário Soares.....	59
Tabela 9 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor privado em cada ano da presidência de Mário Soares.....	63
Tabela 10 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor público em cada ano da presidência de Mário Soares.....	65
Tabela 11 - Número de menções de palavras com possibilidade de estarem relacionadas com a Economia Social e outras palavras genéricas em cada ano da presidência de Mário Soares.....	68
Tabela 12 - Número de menções de palavras relacionadas com a Economia Social em cada ano da presidência de Jorge Sampaio	69
Tabela 13 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor privado em cada ano da presidência de Jorge Sampaio	73
Tabela 14 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor público em cada ano da presidência de Jorge Sampaio	75
Tabela 15 - Número de menções de palavras com possibilidade de estarem relacionadas com a Economia Social e outras palavras genéricas em cada ano da presidência de Jorge Sampaio	78
Tabela 16 - Número de menções de palavras relacionadas com a Economia Social em cada ano da presidência de Cavaco Silva.....	79
Tabela 17 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor privado em cada ano da presidência de Cavaco Silva.....	83

Tabela 18 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor público em cada ano da presidência de Cavaco Silva.....	85
Tabela 19 - Número de menções de palavras com possibilidade de estarem relacionadas com a Economia Social e outras palavras genéricas em cada ano da presidência de Cavaco Silva.....	87
Tabela 20 - Número de menções de palavras relacionadas com a Economia Social em cada ano da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa	88
Tabela 21 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor privado em cada ano da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa	92
Tabela 22 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor público em cada ano da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa	94
Tabela 23 - Número de menções de palavras com possibilidade de estarem relacionadas com a Economia Social e outras palavras genéricas em cada ano da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa	97

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Comparação com a Economia Nacional - grandes agregados 2010	20
Gráfico 2 - Peso do VAB da ES e de alguns ramos de atividade, na economia nacional	20
Gráfico 3 - Peso do emprego (ETC reenumerado) da ES e de alguns ramos de atividade, na economia nacional em 2010	21
Gráfico 4 - Comparação com a Economia Nacional - grandes agregados 2013	22
Gráfico 5 - Peso do VAB da ES e de alguns ramos de atividade, na economia nacional em 2013	22
Gráfico 6 - Peso do emprego (ETC reenumerado) da ES e de alguns ramos de atividade, na economia nacional em 2013	23
Gráfico 7 - Comparação com a Economia Nacional - grandes agregados 2016	24
Gráfico 8 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos da presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas)	50
Gráfico 9 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de desemprego no mesmo período (arredondada às décimas)	51
Gráfico 10 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas) em comparação com o PIB <i>per capita</i> a preços constantes de base 2016 no mesmo período (arredondado às decimas)	52
Gráfico 11 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de crescimento real do PIB a preços constantes no mesmo período (arredondado às decimas)	52
Gráfico 12 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor privado nos anos da presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas)	55
Gráfico 13 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor público nos anos da presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas)	57
Gráfico 14 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com os três setores de atividade económica nos anos da presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas)	57
Gráfico 15 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos da presidência de Mário Soares (arredondada às décimas)	60
Gráfico 16 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Mário Soares (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de desemprego no mesmo período (arredondada às décimas)	61

Gráfico 17 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Mário Soares (arredondada às décimas) em comparação com o PIB <i>per capita</i> a preços constantes de base 2016 no mesmo período (arredondada às décimas)	61
Gráfico 18 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Mário Soares (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de crescimento real do PIB a preços constantes no mesmo período (arredondada às décimas)	62
Gráfico 19 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor privado nos anos da presidência de Mário Soares (arredondada às décimas)	64
Gráfico 20 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor público nos anos da presidência de Mário Soares (arredondada às décimas)	66
Gráfico 21 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com os três setores de atividade económica nos anos da presidência de Mário Soares (arredondada às décimas)	67
Gráfico 22 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos da presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas).....	70
Gráfico 23 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de desemprego no mesmo período (arredondada às décimas)	71
Gráfico 24 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas) em comparação com o PIB <i>per capita</i> a preços constantes de base 2016 no mesmo período (arredondado às decimas)	71
Gráfico 25 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de crescimento real do PIB a preços constantes no mesmo período (arredondado às decimas)	72
Gráfico 26 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor privado nos anos da presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas).....	74
Gráfico 27 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor público nos anos da presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas).....	76
Gráfico 28 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com os três setores de atividade económica nos anos da presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas)	77
Gráfico 29 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos da presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas)	80

Gráfico 30 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de desemprego no mesmo período (arredondada às décimas)	81
Gráfico 31 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas) em comparação com o PIB <i>per capita</i> a preços constantes de base 2016 no mesmo período (arredondado às decimas)	81
Gráfico 32 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de crescimento real do PIB a preços constantes no mesmo período (arredondado às decimas)	82
Gráfico 33 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor privado nos anos da presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas)	84
Gráfico 34 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor público nos anos da presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas)	86
Gráfico 35 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com os três setores de atividade económica nos anos da presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas)	86
Gráfico 36 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas)	89
Gráfico 37 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de desemprego no mesmo período (arredondada às décimas)	90
Gráfico 38 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas) em comparação com o PIB <i>per capita</i> a preços constantes de base 2016 no mesmo período (arredondado às decimas)	91
Gráfico 39 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de crescimento real do PIB a preços constantes no mesmo período (arredondado às decimas) ..	91
Gráfico 40 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor privado nos anos da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas, exceto no ano 2018)	93
Gráfico 41 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor público nos anos da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas)	95

Gráfico 42 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com os três setores de atividade económica nos anos da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas, exceto no ano de 2018 para o setor privado)	96
Gráfico 43 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com os três setores de atividade económica em todos os anos de todas as presidências até 2020 (arredondada às décimas, exceto no ano 2018 para o setor privado)	99
Gráfico 44 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social em todos os anos de todas as presidências até 2020 (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de desemprego, o PIB <i>per capita</i> a preços constantes de base 2016 e a taxa de crescimento real do PIB a preços constantes no mesmo período (arredondada às décimas)	100

1. Introdução

As cicatrizes da crise financeira de 2008 e as crises migratórias que possibilitaram a ascensão de extremismos, as alterações climáticas, a facilidade de difusão de desinformação e claro está a pandemia do vírus SARS-CoV-2 estão a provar serem grandes desafios para a Europa no geral e para Portugal em particular. Este último em particular é o que atualmente mais preocupações tem trazido. A fadiga dos confinamentos, com o comércio e as empresas não essenciais paradas por um longo período de tempo, os despedimentos e as insolvências decorrentes disso e consequente aumento do desemprego, resultantes indiretamente das medidas necessárias para combater a transmissão do vírus, fazem disparar os sinais de alarme social.

Se politicamente, a pandemia está a abalar os sistemas político-partidários ainda fragilizados pela crise de 2008 do mundo Ocidental, economicamente, como foi referido em termos ligeiros acima, está a desfazer o que foi reconstruído a muito custo após 2008. No caso de Portugal, em termos políticos e em termos económicos está a ser afetado de forma tão negativa como os demais estados.

O desemprego significa uma redução do rendimento disponível para as famílias que constituem as classes sociais mais baixas, impedindo a aquisição por parte das mesmas de produtos de necessidade básica, como artigos alimentares, eletricidade ou água. Tal privação causa imenso sofrimento a estes indivíduos, logo o desemprego é reconhecido como sendo um flagelo social e, quando suficientemente elevado e ao longo de um período suficientemente longo, está associado a um elevado nível de instabilidade comunitária e política. Portanto a ordem política tenta combatê-lo.

Com o aumento do desemprego e posterior pobreza que acontecerá devido à pandemia, o Estado português tem a possibilidade de introduzir um conjunto de medidas para atenuar tais questões, no entanto intervenção estatal no mercado livre pode traduzir-se em perdas de eficiência paretiana. Contudo o setor privado lucrativo também pode não ser ideal, pois não só existem algumas empresas em Portugal em processo de insolvência devido à situação que se vive atualmente, sendo que não se adivinhe a criação de novas empresas capazes de absorver os ex-trabalhadores, mas também devido ao facto de que um Mercado verdadeiramente livre, com as empresas a competirem pelos lucros, alocar eficientemente os recursos disponíveis, tais distribuições não são inerentemente boas ou justas. Por conseguinte, o Mercado sozinho poderá não resolver os dilemas trazidos pela Covid-19.

Esta situação motiva a procura de um complemento à atuação destes dois setores. Paralelamente, existe um outro setor constituído por iniciativas privadas que não têm fins lucrativos, conhecido por

diversos nomes como Economia Social, Terceiro Setor, setor não-lucrativo, setor social e/ou setor cooperativo.

A atuação do mesmo pode auxiliar eficazmente na recuperação socioeconómica pós-pandemia, sendo, portanto, uma mais-valia à sociedade portuguesa. Foi escolhido por isso a Economia Social em Portugal como foco deste trabalho.

Importante referir que os termos “Economia Social”, “Terceiro Setor” e outros serão referidos de forma sinónima ao longo desta dissertação por razões que serão explicadas mais á frente. De notar também que não se confunda Economia Social, referente ao setor sem fins lucrativos com Socioeconomia que é a ciência social que estuda como as atividades económicas afetam e moldam normas sociais. Este documento será debruçado no primeiro e não no segundo.

Para investigar a problemática da Economia Social em Portugal, não só num contexto pós-pandemia, mas também num contexto tradicional, foi decidido perceber qual a importância que o poder político dá a este setor.

Segundo a Constituição da República Portuguesa o poder político pertence ao povo e é exercido nos termos da Constituição (Constituição da República Portuguesa, artigo 108.º, 1976), estando representados nos órgãos de soberania direta ou indiretamente. Na Constituição da República Portuguesa são órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais (Constituição da República Portuguesa, artigo 110.º, n.º 1, 1976). Este último pode ser imediatamente excluído como base deste ensaio, pois compete-lhes administrar a justiça, não tendo proximidade institucional suficiente, no que diz respeito ao objeto de estudo, com os órgãos de soberania a quem compete legislar, ato esse que pode ser especialmente concernente às entidades do Terceiro Setor. Claro está, que a administração de justiça pode ser aplicada a estas entidades quando os seus direitos são postos em causa, da mesma maneira que seria aplicada a outras entidades ou indivíduos. Logo, como não podem recair de forma especial sobre o setor não-lucrativo, os Tribunais não serão incididos nesta análise.

A Assembleia da República portuguesa, formada atualmente por 230 deputados pertencentes a diversos partidos, tem a competência de fazer leis sobre todas as matérias, salvo as reservadas pela Constituição ao Governo (Constituição da República Portuguesa, artigo 161.º, alínea c), 1976). Possui por isso parte do poder legislativo. A Assembleia da República é definida oficialmente como sendo a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses (Constituição da República Portuguesa, artigo 147.º, 1976), por isso o impacto da Economia Social na sociedade portuguesa poderia ser medido de acordo com a sua representação nesta assembleia, pois os deputados que a constituem

refletem as ideias dos seus eleitores, logo um maior debate sobre este setor poderia indicar um maior interesse no mesmo. No entanto, o pluralismo político moderado que permeia esta assembleia, apesar de ser de louvar, dificulta a análise deste tema tendo este órgão de soberania por suporte, visto que os deputados que se sentam nesta assembleia são provenientes de partidos políticos com ideias mais ou menos distintas entre si. Isto introduz um número de variáveis elevado ao ponto de escapar do alcance que é pretendido aqui. Logo a Assembleia da República não será utilizada como base para avaliar a percepção do Terceiro Setor na política portuguesa nesta investigação.

O Governo, composto pelo Primeiro-Ministro, pelos Ministros e pelos Secretários e Subsecretários de Estado, tem certas competências legislativas que podem ser relevantes ao setor cooperativo, nomeadamente elaborar decretos-leis em matérias de reserva relativa da Assembleia da República, mediante autorização desta (Constituição da República Portuguesa, artigo 198.º, alínea b), n.º 1, 1976), além de propor decretos-leis em matérias não reservadas a esta (Constituição da República Portuguesa, artigo 198.º, alínea a), n.º 1, 1976). No entanto o Governo é nomeado pelo Presidente, tendo em conta os resultados eleitorais das eleições à Assembleia (o Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente, os restantes ministros são nomeados pelo posterior sobre proposta do anterior). O Presidente, na prática, só consegue chamar a formar Governo, o(s) partido(s) com maioria parlamentar. Portanto o Governo, ao não ser selecionado de forma direta pela população, não reflete a comunidade portuguesa da mesma forma que os órgãos de soberania que são. Além disso como os ministros pertencentes ao Governo ocupam pastas distintas com agendas distintas, a possível relevância que seria dada à Economia Social poderia variar significativamente, dificultando qualquer análise sobre tal tema. Por isso o Governo não será o órgão de soberania que será usado como base para apreciar o setor não-lucrativo na política nesta pesquisa.

O Presidente da República Portuguesa não possui poder legislativo direto. No entanto é da sua competência promulgar e mandar publicar as leis, os decretos-leis e os decretos regulamentares, assinar as resoluções da Assembleia da República que aprovem acordos internacionais e os restantes decretos do Governo (Constituição da República Portuguesa, artigo 134.º, alínea b), 1976), o que significa que tem alguma influência sobre o processo legislativo, pois se não promulgar as leis, estas não têm valor jurídico. Além disso, o Presidente também possui a capacidade de dissolver a Assembleia da República, ouvidos os partidos nela representados e o Conselho de Estado (Constituição da República Portuguesa, artigo 133.º, alínea e), 1976). Desde que a sua dissolução não ocorra nos seis meses posteriores à sua eleição, no último semestre do mandato do Presidente da República ou durante a vigência do estado de sítio ou do estado de emergência (Constituição da República

Portuguesa, artigo 172.º, n.º 1, 1976). No limite, mesmo que os partidos e o Conselho de Estado não concordem, o Presidente pode dissolver a Assembleia na mesma e convocar eleições antecipadas. Assim sendo, o Presidente da República Portuguesa não é apenas uma posição cerimonial do Estado, mesmo a nível legislativo, se bem que a este nível a influência é mais indireta. Este órgão de soberania é eleito por voto universal (Constituição da República Portuguesa, artigo 121.º, n.º 1, 1976) e como de acordo com a Constituição o poder político está no povo, o indivíduo que seja eleito Presidente da República torna-se um espelho direto da origem de poder político. Ao contrário do caso da Assembleia em que se divide em vários deputados provenientes das listas de diversos partidos, O Presidente da República é só uma pessoa, o que concentra uma certa preponderância, que nenhum deputado a título individual tem.

Consequentemente a Presidência da República é o órgão de soberania selecionado como base para avaliar a Economia Social em Portugal devido, sucintamente, a:

- Refletir diretamente a fonte de poder político, o povo;
- Ter poderes significativos, passíveis de terem efeito no Terceiro Setor;
- Ser só um indivíduo, facilitando qualquer análise.

A influência desta pessoa traduz-se significativamente nas suas opiniões que podem impelir à ação, não só os restantes órgãos de soberania, mas também a população de Portugal. As opiniões transmitidas pelo mesmo em contexto público sobre a forma de intervenções como mensagens e discursos, seriam uma maneira eficaz de avaliar o valor que é dado pela elite governativa portuguesa, desde que esta adquiriu a sua corrente forma após o 25 de abril de 1974 ao setor não-lucrativo, o que leva à pergunta “Qual é a importância dada nas intervenções dos Presidentes da República à Economia Social?”.

Esta dissertação, assim sendo, será sequenciada da seguinte forma:

- Exposição do peso do setor não-lucrativo na economia portuguesa. Explicitar o que a Economia Social significa naquilo que é acrescentado à economia, pode ajudar na compreensão da relevância que a Política lhe dará;
- Revisão de Literatura. Esta será dividida em quatro partes. A primeira será debruçada na definição concreta dos termos Terceiro Setor e Economia Social e o porquê de serem referidos alternadamente ao logo desta exposição. A segunda exibirá uma breve elucidação da evolução histórica da Economia Social no Mundo, com particular ênfase em Portugal. A terceira parte explicitará o sistema de governo português, testando se escolha da figura do Presidente foi a

acertada. A quarta parte apresentará literatura que incidiu sobre os temas de intervenções presidenciais e Economia Social na política;

- Hipótese. Ostentação de uma possível resposta à pergunta de investigação, mostrando as premissas necessárias para se testar tal resposta;
- Metodologia. Apresentação e fundamentação do método que será utilizado para testar a hipótese;
- Apresentação e Interpretação dos resultados. Explicitação dos resultados que se obtiveram através da aplicação do método escolhido ao objeto de estudo deste trabalho à luz da hipótese, e interpretação dos resultados obtidos;
- Conclusão. Sintetização das ideias apresentadas ao longo desta pesquisa, incluindo umas breves palavras acerca das limitações deste trabalho e conseqüentes correções para investigações futuras, terminando com a confirmação ou não da hipótese.

2. Peso do Terceiro Setor para a economia de Portugal

Para demonstrar o peso relativo que o Terceiro Setor tem na economia portuguesa serão utilizados dados da Conta Satélite da Economia Social (CSES), um projeto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em parceria com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) no âmbito de um protocolo de cooperação entre estas entidades. De referir que os dados alusivos na CSES incidem nos anos 2010, 2013 e 2016. A escolha destes anos deve-se ao facto deste projeto só se ter debruçado sobre eles até agora, ficando de mencionar que a CSES é uma das fontes de dados sobre a Economia Social em Portugal mais fiáveis.

No ano de 2010 existiam 55386 entidades da Economia Social que desenvolviam a sua atividade em diversas áreas como a cultura, o desporto, o recreio, a ação social, os cultos e congregações entre outras. As associações com fins altruístas e outras organizações da Economia Social (OES) são as que representavam a maior fatia do total do número de OES, além de serem as responsáveis pelo maior valor acrescentado bruto (VAB) e pela maior parte do emprego equivalente a tempo completo (ETC) remunerado no Terceiro Setor. As mutualidades foram as entidades que apresentaram o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevados. Estes dados podem ser verificados na tabela abaixo:

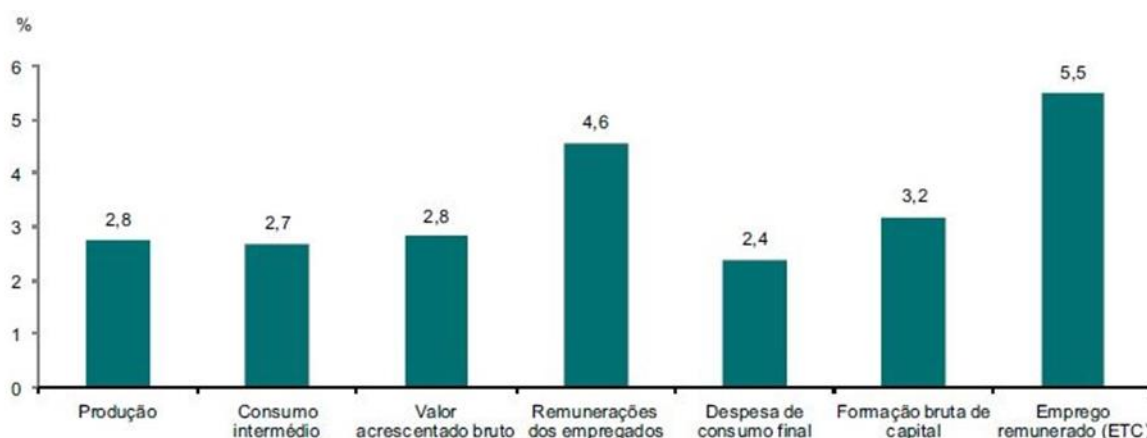
Tabela 1 - Principais indicadores por grupos de entidades da Economia Social em 2010

Famílias	Unidades	ETC (Remunerados)	VAB	Remunerações	VAB Emprego	Remunerações Emprego
	N.º	N.º	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros porETC	10 ⁶ euros porETC
Cooperativas	2 260	31783	749,2	657,3	23,6	20,7
Mutualidades	119	4 537	329,9	176,2	72,7	38,8
Misericórdias	381	32 493	519,3	426,9	16,0	13,1
Fundações	537	17 765	361,1	215,1	33,5	20,0
Associações e outras OES	52 086	147 357	2 304,1	2 479,9	16,6	16,8
Total das OES	55 383	226 935	4 262,6	3 955,4	17,4	17,4
Total da Economia	-	4 138 163	151 426	86 814	36,6	21,0
Peso da ES na Economia	-	5,5%	2,8%	4,6%	-	-

Fonte: INE-CSES 2010

Em comparação com a economia nacional na generalidade, o Terceiro setor representou em 2010 2,8% da produção nacional e do VAB nacional e 5,5% do emprego total remunerado (ETC). As entidades da Economia Social foram responsáveis pelo pagamento de 4,6% do total das remunerações pagas na economia, 2,7% do consumo intermédio e 3,2% da formação bruta de capital, números representados no gráfico abaixo:

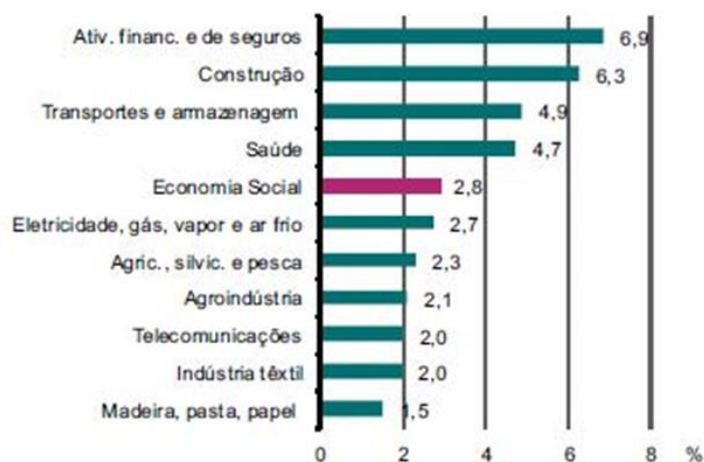
Gráfico 1 - Comparação com a Economia Nacional - grandes agregados 2010



Fonte: INE-CSES 2010

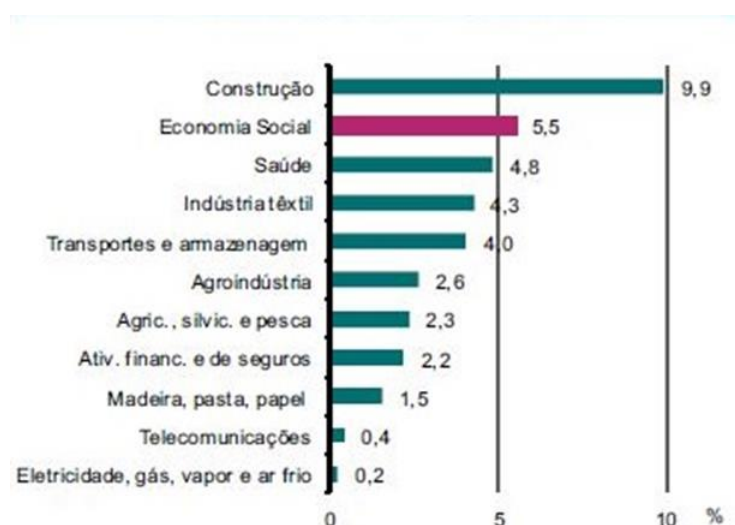
A importância deste setor está patente no facto de neste ano o VAB da Economia Social ter sido superior ao de atividades como agricultura, silvicultura e pesca, agroindústria, telecomunicações e indústria têxtil e no facto de ter providenciado mais emprego que ramos de atividade tradicionalmente caracterizados pela utilização intensiva de trabalho, como os referidos neste parágrafo:

Gráfico 2 - Peso do VAB da ES e de alguns ramos de atividade, na economia nacional



Fonte: INE-CSES 2010

Gráfico 3 - Peso do emprego (ETC remunerado) da ES e de alguns ramos de atividade, na economia nacional em 2010



Fonte: INE-CSES 2010

Em 2013 existiam 61268 OES que desenvolviam a sua atividade em áreas já referidas. As associações com fins altruístas continuam a representar a maior fatia do total do número de OES, além de continuarem a ser as responsáveis pelo maior valor acrescentado bruto (VAB) e pela maior parte do emprego equivalente a tempo completo (ETC) remunerado no setor privado não-lucrativo. As mutualidades continuam a apresentar o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevados. Estes dados podem ser verificados na tabela abaixo:

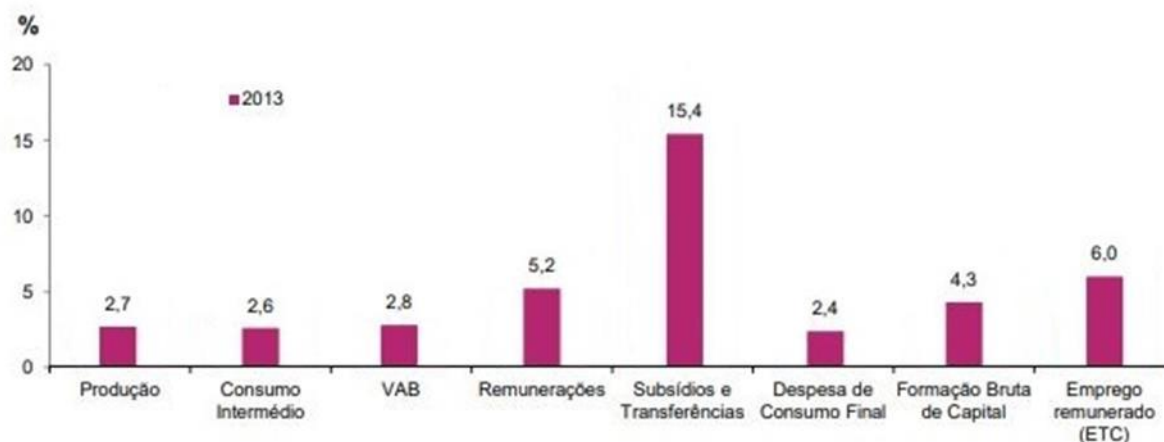
Tabela 2 - Principais indicadores por grupos de entidades em 2013

Grupos de entidades	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / ETC	Remunerações Médias
	N.º	ETC	10 ³ Euros	10 ³ Euros	10 ³ Euros por ETC remunerado	
Cooperativas	2 117	24.316	489.523	564.425	20,1	23,2
Associações Mutualistas	111	4.896	352.181	216.450	71,9	44,2
Misericórdias	389	35.469	541.225	477.477	15,3	13,5
Fundações	578	10.871	250.851	236.313	23,1	21,7
Associações com Fins Altruísticos (ACFA)	57.196	140.050	2.566.262	2.472.256	18,3	17,7
Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA)	877	361	6.437	6.198	17,8	17,2
Economia Social	61.268	215.963	4.206.479	3.973.119	19,5	18,4
Economia Nacional	-	3.582.077	149.768.414	76.279.908	41,8	21,3
Economia Social / Economia Nacional	-	6,0%	2,8%	5,2%	46,6%	86,4%

Fonte: INE-CSES 2013

Em confronto com a economia nacional na generalidade, a Economia Social representou em 2013 2,7% da produção nacional, 2,8 % do VAB nacional e 6% do emprego total remunerado (ETC). As OES foram responsáveis pelo pagamento de 5,2% do total das remunerações pagas na economia, 2,6% do consumo intermédio e 4,3% da formação bruta de capital, números exibidos no gráfico abaixo:

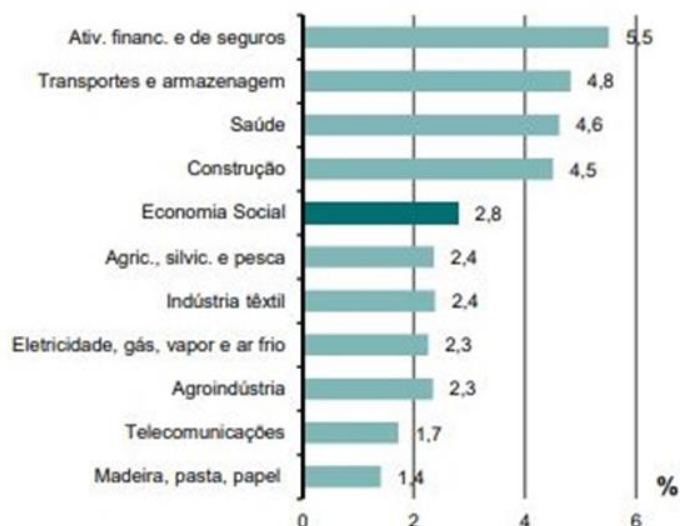
Gráfico 4 - Comparação com a Economia Nacional - grandes agregados 2013



Fonte: INE-CSES 2013

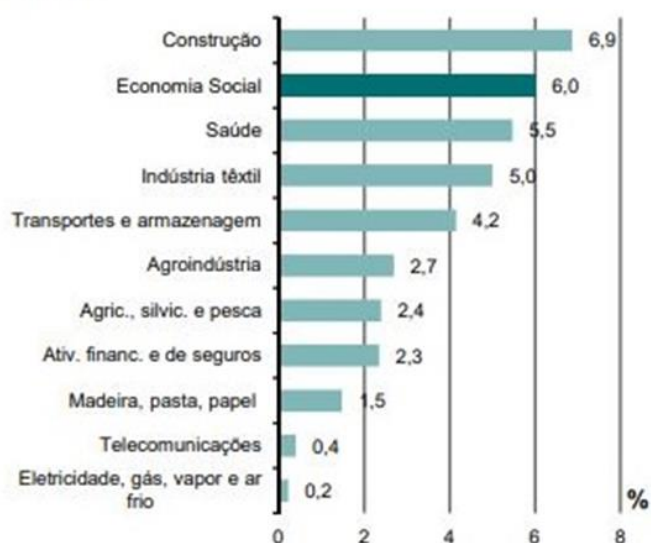
Neste ano o VAB da Economia Social prosseguiu a ser mais elevado que atividades como agricultura, silvicultura e pesca, agroindústria, telecomunicações e indústria têxtil. Deu também mais emprego que estas e outras atividades com utilização intensa de trabalho:

Gráfico 5 - Peso do VAB da ES e de alguns ramos de atividade, na economia nacional em 2013



Fonte: INE-CSES 2013

Gráfico 6 - Peso do emprego (ETC renumerado) da ES e de alguns ramos de atividade, na economia nacional em 2013



Fonte: INE-CSES 2013

No ano de 2016 existiam 71885 OES que desenvolviam a sua atividade em áreas já referidas. As associações com fins altruístas continuam a representar a maior fatia do total do número de OES, além de continuarem a ser as responsáveis pelo maior valor acrescentado bruto (VAB) e pela maior parte do emprego equivalente a tempo completo (ETC) remunerado no Terceiro Setor. As mutualidades continuam a apresentar o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevados. Estes dados podem ser vistos no quadro abaixo:

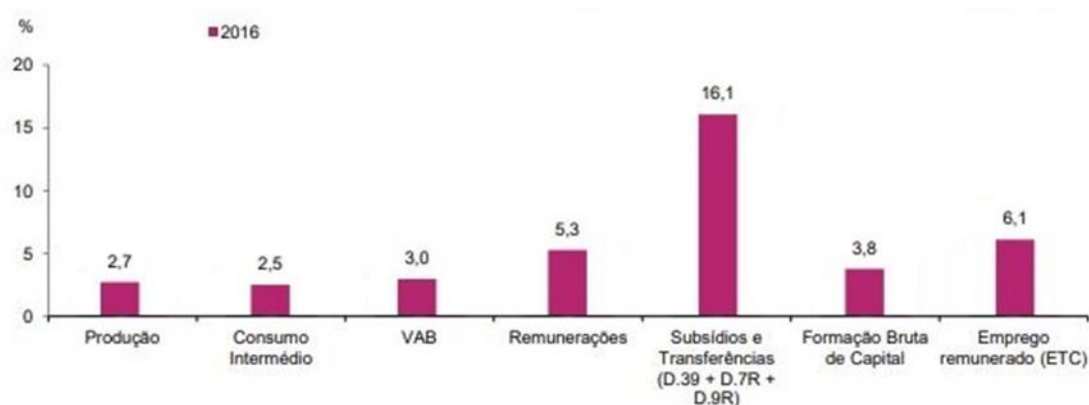
Tabela 3 - Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades em 2016

Grupos de entidades	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / ETC	Remunerações Médias
	N.º	ETC	10 ³ Euros	10 ³ Euros	10 ³ Euros por ETC remunerado	
Cooperativas	2 343	24 402	604 241	572 240	24,8	23,5
Associações mutualistas	97	4 842	387 971	212 094	80,1	43,8
Misericórdias	387	39 445	596 630	555 267	15,1	14,1
Fundações	619	14 113	332 321	304 296	23,5	21,6
Subsetores comunitário e autogestionário (SCA)	1 678	305	1 174	3 795	3,9	12,4
Associações com fins altruísticos (ACFA)	66 761	151 779	2 896 871	2 673 894	19,1	17,6
Economia Social	71 885	234 886	4 819 210	4 321 587	20,5	18,4
Total da Economia	-	3 839 523	162 226 133	81 854 147	42,3	21,3
Economia Social / Economia Nacional	-	6,1%	3,0%	5,3%	48,6%	86,3%

Fonte: INE-CSES 2016

Comparando com a economia nacional na generalidade, a Economia Social representou em 2016 2,7% da produção nacional, 3% do VAB nacional e 6,1% do emprego total remunerado (ETC). As OES foram responsáveis pelo pagamento de 5,3% do total das remunerações pagas na economia, 2,5% do consumo intermédio e 3,8% da formação bruta de capital, dados expostos no gráfico abaixo:

Gráfico 7 - Comparação com a Economia Nacional - grandes agregados 2016



Fonte: INE-CSES 2016

Tendo em conta todos estes dados, apesar de a Economia Social não ser insignificante (pois VAB \geq 1%), não se compara de igual para igual àquilo que o setor público e o setor privado representam na economia nacional geradora de riqueza e emprego. Tal pode significar que os órgãos de soberania em Portugal, com destaque para o Presidente, não lhe concederam, concedem ou concederão relevo ao grau dos outros setores. Mas o pequeno peso relativo que o Terceiro Setor tem também poderia ser um incentivo para estes órgãos tentarem melhorar a situação que este detém.

3. Revisão de Literatura

3.1. Terceiro Setor ou Economia Social?

O conceito de Terceiro Setor pode ter várias definições que variam mais no estilo que na substância, possuindo todas a mesma génese.

O Terceiro Setor pode ser visto como o conjunto de atividades de organizações da sociedade civil, criadas pela iniciativa de cidadãos que têm como objetivo prestar serviços públicos, seja na saúde, na educação, na cultura, nos direitos humanos, na habitação, na proteção do ambiente, no desenvolvimento local, ou no desenvolvimento pessoal (Salvatore, 2004).

Outra definição possível é o facto de ser o conjunto de organizações muito diversificadas entre si, que representam formas de organização de atividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços, distintas dos dois agentes económicos – os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos-, designados frequentemente e de forma simplificada por Estado e Mercado (Quintão, 2004).

Também pode ser designado como sendo guiado pelo princípio de reciprocidade, ou seja, a ideia de que a cooperação e a entreatajuda são formas válidas de mobilização e organização de recursos monetários ou não monetários para a produção material de bens e serviços, e oposto ao setor lucrativo (Amado, 2007).

O conceito de Economia Social está referido na Lei de Bases da Economia Social como sendo o conjunto das atividades económico-sociais que têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes levadas a cabo pelas seguintes entidades (Lei n.º 30/2013, artigo 2.º):

- Cooperativas (Lei n.º 30/2013, artigo 4.º) que são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreatajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles.
- Associações mutualistas (Lei n.º 30/2013, artigo 4.º) que são formas de organização económica da sociedade civil em que os associados são parte ativa e democrática, através de serviços e respostas mutualistas das mais diversas índoles com o fim de auxílio mútuo assente numa solidariedade responsável e livre.

- Misericórdias (Lei n.º 30/2013, artigo 4.º) que são associações constituídas na ordem jurídico-canónica com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristãs, ou seja, as Obras de Misericórdia.
- Fundações (Lei n.º 30/2013, artigo 4.º) que são pessoas coletivas, sem fim lucrativo, dotadas de um património suficiente para serem reconhecidas como tal e irrevogavelmente afeto à prossecução de um fim de interesse social, ou seja, que não do interesse do fundador, dos seus amigos e/ou parentes em particular.
- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) (Lei n.º 30/2013, artigo 4.º) não abrangidas anteriormente que são organizações sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público.
- Associações com fins altruísticos (Lei n.º 30/2013, artigo 4.º) que são pessoas coletivas compostas por pessoas singulares e/ou coletivas, sem finalidades lucrativas, agrupadas em torno de objetivos e necessidades comuns. Têm número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida.
- Entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social (Lei n.º 30/2013, artigo 4.º).
- E outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social (Lei n.º 30/2013, artigo 4.º).

O termo Economia Social também é visto como correspondendo à dinâmica gerada por um conjunto de organizações cuja atividade e sentido de existência reside, sobretudo, nas pessoas e na utilidade social (INE-CSES, 2013).

Portanto, uma definição simplificada das ideias de Terceiro Setor e Economia Social que podemos retirar da literatura é o facto de serem termos que dizem respeito às iniciativas privadas de benefício público partidas da sociedade civil, sendo que esta definição não é referida apenas como representando os conceitos Terceiro Setor ou Economia Social, mas também setor não-lucrativo, setor social e/ou setor cooperativo.

Como estes dois conceitos têm definições idênticas, não faz sentido separá-los e é por isso que serão referidos como sinónimos ao longo desta dissertação.

Será, no entanto, empregue principalmente a conceção de Economia Social por razões de conveniência pois se o Primeiro Setor é representado pelo Estado (setor público) e o Segundo Setor é representado pelo Mercado e pelas empresas com fins lucrativos (setor privado), o Terceiro Setor é representado pela Economia Social e pela sociedade civil, à qual pertencem as organizações não-governamentais sem fins lucrativos (setor não-lucrativo/social/cooperativo) e como na literatura uma noção como Mercado é sobretudo referida como tal e não como Segundo Setor, neste documento aludir-se-á a Economia Social, empregando-se o termo Terceiro Setor - e outros já explicitados - para evitar redundâncias ortográficas.

Ambos os conceitos só surgiram com as definições atuais no séc. XX, no entanto aquilo que representam - toda a parte não-lucrativa da economia com origem na sociedade civil – já existe há séculos.

3.2. Evolução histórica da Economia Social portuguesa e mundial

Se as entidades da Economia Social tomaram a sua forma atual no séc. XIX, a sua história estende-se às mais antigas formas de associações humanas (Defourny e Develtere, 1999). Em Portugal, também, a existência de um setor não-lucrativo precede a formação do mesmo como reino no séc. XII, pois já havia organizações de caridade no território que se viria a tornar Portugal. No Egito dos Faraós já existiam corporações e fundos de socorro coletivo e os Gregos tinham irmandades religiosas que garantiam a sepultura dos mortos, enquanto os Romanos formaram associações de artesanato relativamente politizadas (Defourny e Develtere, 1999). Com a queda do Império Romano, as associações monásticas tornaram-se o refúgio do associativismo primitivo na Europa (Defourny e Develtere, 1999).

A presença deste setor em terras lusitanas foi-se modificando ao longo do tempo, tal como a própria nação. Segundo Franco, podemos dividir a história do setor não-lucrativo em Portugal em cinco períodos: do séc. XII até finais do séc. XV, de finais do séc. XV até finais do séc. XVIII, de finais do séc. XVIII até 1926, de 1926 até 1974 e de 1974 até hoje.

No período do tempo que vai desde a formação de Portugal até ao séc. XV, a assistência social é prestada sobretudo pela Igreja Católica, pois o poder central não tinha nem o interesse nem a capacidade para adotar políticas coerentes de auxílio social, resultando num modelo de assistência informal e diverso (Franco, 2005). Foi durante este período que surgiram instituições como os hospícios, as hospedarias, as mercearias, as confrarias, entre outras, muitas delas ligadas à Igreja Católica, outras ligadas a iniciativas privadas (Franco, 2005).

No resto da Europa, mais concretamente nos países germânicos e anglo-saxónicos as primeiras associações corporativas tinham aparecido no séc. IX, assumindo ao longo da época medieval um certo controlo sobre o mercado de trabalho (Defourny e Develtere, 1999). Foi aliás nesta época que estas associações floresceram, um pouco por todo o mundo.

Na China, durante a dinastia Tang, a agricultura tinha as suas sociedades de ajuda mútua e em Constantinopla existiam associações comerciais no setor da alimentação (Defourny e Develtere, 1999). Além disso, havia as associações pós-medievais do mundo muçulmano, as castas profissionais da Índia, e as irmandades de artesanato e grupos de trabalhadores da África pré-colonial e América pré-colombiana (Defourny e Develtere, 1999).

No entanto esta profusão de associação não significa que fossem independentes de instituições estatais. Na Europa um grupo voluntário não poderia existir fora da jurisdição da Igreja, do Estado ou outro poder institucional, a menos que tivesse uma forma específica com regras estritamente codificadas de admissão e operação (Defourny e Develtere, 1999). Embora estivessem sujeitos a controlos rígidos, estas associações eram, na realidade, corporações estatais - instituições de ordem feudal - e gozavam de certos privilégios.

No entanto, muitas formas de associação sobreviveram ou surgiram à margem deste monopólio corporativo com suas estruturas estáticas e hierárquicas (Defourny e Develtere, 1999).

De finais de séc. XV até ao séc. XVIII, as viagens marítimas portuguesas trouxeram mudanças à sociedade portuguesa. Existiu uma migração dos meios rurais para os meios urbanos, aumentando a pobreza pois estas pessoas muitas vezes não conseguiam arranjar trabalho.

Foi neste contexto que os reis D. João II, D. Manuel e rainha D. Leonor empreenderam em reformas dos serviços de assistência social, cujo foco principal foram a criação de novas instituições, a coordenação de instituições já existentes e o desenvolvimento das capacidades administrativas (Franco, 2005).

Foi neste período que surgiram em Portugal as Misericórdias ou as Santas Casas da Misericórdia, que em Portugal enfatizavam as obras de misericórdia, um conceito popularizado pelos ensinamentos dos Franciscanos e Dominicanos que afirmavam que era possível alcançarem a salvação através das boas obras e de doações (Franco, 2005).

Muitas destas instituições também eram afetas à saúde, algo que se perdeu quando o Estado nacionalizou os hospitais que pertenciam às Misericórdias após 1974. Em meados do séc. XVIII, as Santas Casas da Misericórdia foram afetadas por mudanças nas atitudes da população em geral à

religião que resultaram em menos donativos e em dificuldades de financiamento, o que deu ao Estado uma oportunidade de intervenção nos assuntos das instituições locais.

Foi precisamente no séc. XVIII que as organizações da sociedade civil começaram a ganhar uma nova vida. Foi o tempo do Iluminismo e sociedades eruditas, círculos literários e musicais e organizações recreativas surgiram ao lado das instituições de caridade herdadas do passado (Defourny e Develtere, 1999).

Por toda a Europa, a maçonaria provou ser muito ativa, e várias sociedades secretas ajudaram a difundir as novas ideias que encontrariam expressão na Revolução Francesa de 1789 (Defourny e Develtere, 1999). No entanto, a liberdade de associação e restante estrutura legal necessária para as organizações atuais - cooperativas, associações mutualistas e organizações sem fins lucrativos – da Economia Social surgirem só apareceu no século seguinte (Defourny e Develtere, 1999).

A época que vai desde finais do séc. XVIII até ao estabelecimento de uma ditadura militar em Portugal em 1926 foi marcada pela chegada da Revolução Industrial a Portugal no primeiro quartil do séc. XIX, atrasada devido aos tempos conturbados que foram vividos neste país nesta altura.

O nascimento de uma nova classe social – operária – e a falta de instituições públicas que ajudassem os mais necessitados neste novo contexto socioeconómico levou ao nascimento de associações de trabalhadores, com o objetivo de protegerem os interesses dos seus membros na esfera industrial, associações essas que na sua maioria não sobreviveram muito tempo (Franco, 2005).

Também foi nesta época que alicerçadas num novo movimento mutualista surgiram as Associações de Socorro Mútuo baseadas nas classes médias-baixas. Nas classes médias e altas esquemas mutualistas de providência de assistência aos seus membros como os montepios, as caixas económicas e as associações comerciais também surgiram neste período (Franco, 2005).

Este movimento mutualista e cooperativo já tinha surgido um pouco por todo o Ocidente. As associações de trabalhadores do séc. XIX foram inspiradas por várias correntes ideológicas que teriam impacto em toda a evolução da economia social, nomeadamente o socialismo associativista ou socialismo utópico, criticado por Marx, proveniente das ideias de Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon (Defourny e Develtere, 1999).

O cristianismo social também contribuiu para o desenvolvimento da Economia Social para além das Misericórdias. Foi principalmente a encíclica *Rerum Novarum* de 1891 que deu o seu apoio ao Terceiro Setor (Defourny e Develtere, 1999). Os cristãos sociais deste século olharam para "corpos

de interesses especiais" na esperança de que pudessem lutar contra a fraqueza do liberalismo – o isolamento do indivíduo (Defourny e Develtere, 1999).

Os apoios dos cristãos a estas associações, juntamente com a sua afirmação da autonomia individual, levaram ao conceito de subsidiariedade, segundo o qual uma autoridade superior não deve tomar quaisquer funções que uma autoridade inferior - isto é, uma mais próxima do usuário – fosse capaz de assumir.

Raiffeisen fundou as primeiras uniões de crédito rural na Alemanha com base nesta filosofia (Defourny e Develtere, 1999).

Uma atitude recetiva em relação à Economia Social também pode ser encontrada em pensadores liberais, como J. S. Mill - que sugeriu que o sistema de salários fosse substituído por associações de trabalhadores - e Walras – que dava muita importância a associações das bases (Defourny e Develtere, 1999). Colocando a liberdade económica acima de tudo e desafiando possíveis interferências do Estado, eles insistiram acima de tudo no princípio da autoajuda, encorajando a formação por parte do proletariado de sociedades de ajuda mútua (Defourny e Develtere, 1999).

Da parte do Estado português foi só em 1891 que foi criada uma estrutura legal que permitia a criação de associações de classe, uma espécie de precursor do movimento sindical (Franco, 2005). Ao longo deste século, a Igreja em Portugal foi perdendo muita da sua influência no setor não-lucrativo, sendo que muitas das instituições que foram referidas anteriormente que tiveram a sua origem neste período não tinham matriz religiosa, sendo-lhe algumas delas mesmo hostis.

Os anos de 1926 até 1974 foram marcados, em Portugal, pela ditadura militar. A base ideológica deste novo regime autoritário estava ligada à ideia de Estado Novo de António de Oliveira Salazar, alicerçada num corporativismo de estado. Com a retirada da liberdade de associação neste período originou-se um declínio do setor não-lucrativo em geral e do movimento mutualista em particular, com a prisão de vários líderes do mesmo (Franco, 2005).

Com a saída de Salazar do poder em 1968 e com a subida de Marcello Caetano e posterior criação de uma atmosfera política um pouco mais recetiva, a criação de associações de sociedade civil passou a ser tolerada desde que não tivessem propósitos políticos.

Com a revolução de 1974 (e até aos dias de hoje), que pôs fim à ditadura, vieram as liberdades de expressão e de associação, o que poderia levar a um aumento de movimentos associativos preocupados com diversos aspetos da vida social, como o emprego, as condições de habitação, ou as condições de trabalho entre outros.

Com a Constituição de 1976, o estado centralizou o processo de regulação impondo condições legais que favoreciam determinados setores da sociedade civil em detrimento de outros, sendo que uma das instituições que beneficiou deste tratamento foram as Associações Particulares de Assistência, conhecidas hoje por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) (Franco, 2005).

A adesão de Portugal à então CEE (agora UE) teve um efeito misto no setor não-lucrativo. Se por um lado os fundos estruturais vindos da UE reforçaram as responsabilidades do estado em matérias anteriormente cobertas pelas instituições do Terceiro Setor, por outro lado o facto que o acesso a fundos europeus requer algum tipo de associação ou cooperação entre aqueles que estão interessados a recebê-los tem sido um fator para a criação ou reforço de alguns movimentos associativos (Franco, 2005).

3.3. Sistema de Governo português

Portugal é oficialmente uma república desde 5 de outubro de 1910. Neste último século viveram-se três tipos de sistemas de governo republicanos em Portugal em períodos de tempo diferente. O mais pertinente para este estudo é o sistema que existe atualmente desde a aprovação em 1976 da atual Constituição da República Portuguesa.

Em regimes republicanos existem vários tipos de sistemas de governo. Em todo o mundo, ignorando divisões administrativas, os mais comuns presentemente são: presidencialista, parlamentar e semipresidencialista. Um regime presidencialista claro segue três premissas básicas:

- O executivo é chefiado por um presidente popularmente eleito (Shugart, 2005);
- Os mandatos do presidente e do parlamento são fixos e não são sujeitos a votos de confiança (Shugart, 2005);
- O presidente nomeia e chefia o gabinete de ministros e tem autoridade constitucional para fazer leis (Shugart, 2005).

Uma democracia parlamentar pura tem no mínimo dois atributos:

- A autoridade executiva, consistindo num primeiro-ministro e outros ministros, provém de uma assembleia legislativa (Shugart, 2005);
- O executivo está sempre sujeito a demissão via voto de não confiança por uma maioria do parlamento (Shugart, 2005).

O sistema de governo em Portugal é o terceiro, ou seja, o sistema de governo semipresidencialista. A definição original deste sistema de governo, proveniente de Maurice Duverger, e o que o

distingue de outros, como o presidencialista ou o parlamentar, pode ser dada por três características, estabelecidas pela constituição do país em questão:

- O presidente da república é eleito por sufrágio universal (Duverger, 1980);
- O presidente tem autoridade constitucional considerável (Duverger, 1980);
- Existe um primeiro-ministro e um gabinete que possuem poderes executivos e governamentais consideráveis que só conseguem continuar no poder se o parlamento não se opuser (Duverger, 1980).

O poder executivo está, portanto, dividido, pois o presidente eleito não é só uma figura cerimonial sem autoridade política, mas também não é claramente o “chefe” do executivo, devido à existência de um primeiro-ministro que pode não ser estritamente um subordinado do presidente (Shugart, 2005). A relação entre o presidente e o primeiro-ministro e seu respetivo gabinete e a relação destes últimos para com o parlamento variam nos regimes dos países correspondentes à conceção básica de semipresidencialismo. Por isso pode-se falar numa subdivisão deste sistema entre *premier*-presidencial e presidente-parlamentar, que distinguem quem tem o poder de demitir o gabinete de ministros (Shugart, 2005).

Num sistema presidente-parlamentar, o presidente seleciona o primeiro-ministro e mantém a possibilidade de o demitir, no entanto uma maioria parlamentar também consegue demitir o governo mesmo que o presidente preferisse mantê-lo, ao contrário de um regime presidencialista, o que significa que neste aspeto deste tipo de sistema semipresidencialista, o presidente e a assembleia legislativa estão em pé de igualdade (Shugart, 2005). Portanto existe um duplo prestar de contas, que é uma característica típica destes subtipos (Shugart, 2005).

No caso de um sistema *premier*-presidencial, o presidente seleciona o primeiro-ministro que chefia o governo, mas a autoridade para demiti-lo permanece exclusivamente na maioria parlamentar (Shugart, 2005). O facto de um presidente não conseguir garantir que o seu governo preferencial permaneça no poder não só é o que separa estes sistemas dos sistemas presidencialistas puros, mas também é um recurso que restringe a escolha real do presidente em relação ao candidato a primeiro-ministro para alguém que ele espera ser capaz de obter apoio parlamentar (Shugart, 2005). Após ser selecionado, um primeiro-ministro e seu gabinete que gozem de maioria parlamentar não são subordinados ao presidente, mas sim ao parlamento, sendo que a relação entre o presidente e o governo é uma de iguais (Shugart, 2005).

O sistema de governo em Portugal é, aproximadamente, um sistema semipresidencialista do tipo *premier*-presidencial. O Presidente é eleito por sufrágio universal (Constituição da República

Portuguesa, artigo 121.º, n.º 1, 1976) e tem poderes que não são meramente alegóricos (Constituição da República Portuguesa, artigo 133.º, artigo 134.º e artigo 135.º, 1976) além de existir um Governo com poderes consideráveis (Constituição da República Portuguesa, artigo 197.º, artigo 198.º e artigo 199.º, 1976), por isso Portugal possui um sistema semipresidencialista, algo aludido acima.

Neste país, como referido na Introdução, o Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República, ouvidos os partidos representados na Assembleia da República e tendo em conta os resultados eleitorais (Constituição da República Portuguesa, artigo 187.º, n.º 1, 1976). Mas o Presidente só pode demitir o Governo quando tal se torne necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas, ouvido o Conselho de Estado (Constituição da República Portuguesa, artigo 195.º, n.º 2, 1976), uma situação extremamente excecional. Com esta rara exceção, o poder de demitir o Governo está nas mãos da Assembleia da República. Tendo isto em conta, pode-se encaixar esta nação no tipo *premier*-presidencial.

De modo que se confirmou que as funções do Presidente da República Portuguesa não são simplesmente simbólicas é possível afirmar com mais firmeza, a escolha deste órgão de soberania como base de análise da Economia Social em Portugal.

3.4. Pesquisas sobre a importância das mensagens presidencialistas

A literatura relacionada com o tópico das intervenções ou discursos presidenciais não se foca particularmente na Economia Social e a literatura que tem o tema do setor cooperativo/social em questões políticas não se foca particularmente na figura do Presidente da República.

Se a análise de discursos presidenciais possui alguma pesquisa efetuada, a realidade é que o impacto que estes discursos têm no Terceiro Setor em particular é um tema que não está desenvolvido o suficiente para ser considerado insuficiente. Se também existe uma relativa abundância de investigações acerca do setor não-lucrativo, a relevância que lhe é dada nas intervenções presidências carece de averiguações.

Como existe literatura que se debruça sobre a análise de discursos presidenciais genericamente valerá a pena tomar nota da mesma.

Outros autores já se debruçaram sobre o tema de discursos presidenciais no passado e acerca da sua função e da sua importância para o Presidente em regimes republicanos.

No norte-americano, os presidentes servem-se dos discursos para comunicar as suas preferências políticas aos legisladores e burocratas, para se dirigirem à população em tempos de instabilidade

internacional ou doméstica, para darem as boas-vindas a líderes estrangeiros ou equipas desportivas bem-sucedidas (Eshbaugh-Soha, 2010).

Segundo o mesmo autor a frequência com que os presidentes individuais discursam está relacionada com o ambiente que se vive quando este é presidente (Eshbaugh-Soha, 2010). Más condições políticas normalmente fazem com que o presidente mude a maneira como discursa, enquanto boas condições políticas o encorajam a manter-se no mesmo rumo (Eshbaugh-Soha, 2010).

Mais concretamente, baixas taxas de aprovação populacional levam o presidente a tradicionalmente fazer mais discursos baseados em políticas concretas que realizou enquanto maus resultados económicos levam à situação contrária (Eshbaugh-Soha, 2010).

As emoções também têm e sempre tiveram um papel importante nos discursos de líderes. Continuando nos Estados Unidos, um artigo de Erisen (2014) refere que o uso de emoções (no âmbito desse mesmo artigo: medo, ira e esperança) depende do tipo de discurso empregado (Erisen, 2014). Discursos de inauguração da presidência ou discursos de Estado da União (SOTU) tendem para um maior uso de emoções positivas relacionadas com esperança, enquanto discursos dirigidos à nação ou ao Congresso incluem uma maior variedade das três emoções estudadas, com uma maior frequência no geral de sentimentos relacionados com esperança (Erisen, 2014).

O uso de emoções pode servir para os presidentes norte-americanos mudarem opiniões quando outras estratégias de retórica falharam (Erisen, 2014). O efeito das emoções também pode persistir além de diferenças ideológicas ou pode só ajudar o presidente a consolidar apoios na sua base eleitoral (Erisen, 2014).

De forma mais negativa, a retórica presidencial também pode servir como arma política para desacreditar adversários políticos.

No caso da República Checa, o Presidente Milos Zeman usa nas suas intervenções retórica anticorrupção como uma forma de estratégia política populista (Naxera e Král, 2019).

Este comportamento é evidente na forma como este presidente cria uma relação antagonista entre dois grupos opostos – o povo, que ele pretende representar, pelo menos nas palavras, e elites políticas corruptas, que prejudicam os interesses do povo através das suas ações (Naxera e Král, 2019).

Zeman coloca indivíduos que não são políticos de partido contra a elite partidária existente, que segundo ele é corrupta, e apresenta-os como sujeitos que querem lutar contra partidos corruptos (Naxera e Král, 2019). Isto inclui ele próprio, apesar do facto de durante anos ele ter feito parte da

cúpula do estabelecimento político-partidário, apresentando-se nas suas intervenções como “presidente do povo” (Naxera e Král, 2019).

A utilização da estratégia retórica de anticorrupção não é inocente, pois serviu como instrumento para Milos Zeman deslegitimar e marginalizar inimigos, atingindo os seus objetivos políticos (Naxera e Král, 2019).

Um Presidente da República é muitas vezes uma autoridade moral, cujas palavras podem influenciar as perceções dos eleitores, o que dá a este órgão de soberania mais poder que aquele que lhe é atribuído formalmente.

Os discursos presidenciais também podem servir para manter narrativas nacionais, utilizando o passado para legitimar as políticas de um Estado.

Continuando na República Checa, um tema com vários significados como a Primeira Guerra Mundial, pode ser utilizado, ou melhor um número seletivo dos significados pode ser selecionado e esta utilização manifesta-se numa polarização significativa que é identificável ao nível dos códigos culturais dominantes utilizados para descrever o evento nos discursos presidenciais (Kalenda e Karger, 2014).

As declarações e discursos dos representantes políticos do Estado constituem uma prática-chave na qual o Estado é produzido e reproduzido a nível cultural, renovado nas mentes dos indivíduos e em paralelo certas ações são legitimadas pelo mesmo, por exemplo: o estabelecimento/abolição de determinadas instituições, a restrição/prorrogação dos direitos de grupos sociais ou confirmação/questionamento dos objetivos de política internacional existentes (Kalenda e Karger, 2014).

Os dois presidentes anteriores a Zeman, Havel e Klaus partilharam uma imagem comum da Primeira Guerra Mundial como um evento que resultou num estado checoslovaco independente (Kalenda e Karger, 2014). Mencionam que a Primeira Guerra Mundial provocou um movimento histórico durante o qual a Primeira República foi criada (Kalenda e Karger, 2014). Neste processo surgem dois grupos-chave de atores, a importância dos quais é realçada em várias ocasiões por ambos os presidentes (Kalenda e Karger, 2014):

- As legiões da Checoslováquia, que de acordo com as interpretações derramando sangue por estado que ainda não existia, ajudaram a convencer o mundo do heroísmo dos checos e dos eslovacos (Kalenda e Karger, 2014);

- Os “pais fundadores”, em particular Tomáš Garrigue Masaryk, Eduard Beneš e Milan Rastislav Štefánik, figuras que ambos os presidentes afirmam contribuíram para a criação de um estado independente (Kalenda e Karger, 2014).

No entanto que Havel critica o que chama de isolacionismo, isto é, a monitorização de uma estreita definição de interesses nacionais, independentemente das consequências mais amplas e distantes, Klaus critica o que chama de idealismo, ou seja, a crença que uma integração mais estreita dos Estados Nação pode ser alcançada por valores elevados (Kalenda e Karger, 2014).

A postura em relação a temas similares, nos discursos de diferentes presidentes pode logo variar. Em discursos presidenciais, ou de outros órgãos de soberania, a enunciação da “coisa pública” ou do bem comum configura um ato constitutivo da realidade em questão, formando as direções da política e da disputa que se abaterão sobre eles, num cenário de confronto democrático (Avalle, 2019).

No caso da Argentina, Avalle (2019) assumiu os discursos presidenciais de Cristina Fernández (presidenta argentina no período 2007-2011 e 2011-2015) como "formações discursivas" que construíram "campos semânticos" específicos em torno do conflito gerado com os empregadores agrícolas, produto da Resolução Ministerial n.º 125, de 11 de março de 2008, que estabelecia uma taxa móvel sobre o valor dos cereais no momento da comercialização para exportação (Avalle, 2019).

Neste contexto, existiram quatro bloqueios do setor agrícola, que incluíram cortes de rotas, audiências com autoridades governamentais e atos maciços de demonstração de força (Avalle, 2019).

Ao mesmo tempo, um conjunto de discursos políticos, provenientes de várias instituições do Estado, partidos e sindicatos, acrescentaram os seus pensamentos relativamente ao conflito (Avalle, 2019).

No período compreendido entre a assinatura da Resolução n.º 125 e a rejeição por parte do Congresso Nacional do projeto de lei que o ratificou, doze discursos presidenciais foram produzidos que abordavam direta ou indiretamente o litígio em curso (Avalle, 2019).

A análise dos mesmos e dos discursos de outros atores políticos revelou que a enunciação do conflito permitiu a visibilidade das relações de força que moldam uma sociedade e, conseqüentemente, os processos hegemónicos que são constituídos por estas relações (Avalle, 2019).

O conflito com os empregadores agrícolas representou, de certa forma, uma fratura da hegemonia até então sustentada pelo projeto político no poder (Avalle, 2019). Habilitaram novos atores, novos discursos, novas estratégias de interpelação e oposição política que provocaram um cenário de confronto permanente, impossível de atribuir a um único partido (Avalle, 2019).

O discurso político e presidencial desencadeou um movimento-chave a respeito do reconhecimento dos empregadores agrícolas como um setor com poder de desafiar o estabelecimento vigente (Avalle, 2019). "Arme um partido e candidate-se à eleição", sendo que isto apenas tornou visível que os interesses detidos pelos beligerantes não estavam apenas ligados a uma questão fiscal, mas que aquilo que os mobilizou foi precisamente a contestação da direção da política nacional até então (Avalle, 2019).

Os discursos presidenciais podem por isso servir de apoio para a análise de processos económicos e políticos.

No caso de Portugal, a análise de discursos de tomada de posse presidencial realizada por Espírito Santo (2007) no período de 1976 a 2006 concluiu que o tom dos discursos de tomada de posse presidenciais denota uma visão e pendor moderados, do ponto de vista político e ideológico, bem como uma nítida transversalidade da mensagem, ou seja, a análise efetuada permitiu concluir que não existem traços distintivos marcantes entre os diversos discursos de tomada de posse, após 1976, quando se considera a categorização refletida ao nível posicionamento político e ideológico da mensagem (Espírito Santo, 2007).

Pode-se afirmar que o primeiro discurso categórico e simbólico do início das funções Presidenciais da República tem um objetivo primordial de conciliação e integração política (Espírito Santo, 2007). Ciente do seu papel fundamental simbólico, mas também político e pragmático de coesão de todos os agentes e intervenientes políticos, é evidente que, para a figura do Presidente da República, ao longo do tempo de análise, existe uma necessidade primordial de transmitir uma imagem de consenso nacional, de união do sistema político, de restabelecimento e renovação políticas, além de uma procura de aceitação e crédito por parte de todos os intervenientes políticos, cidadãos eleitores mas também instituições e comunidades políticas (Espírito Santo, 2007).

No que diz respeito ao setor não-lucrativo, Hatos e Lazar (2019) analisam as ligações que este tem com o regime de Estado Social vigente, usando a tipologia de Estado Social desenvolvida por Esping-Andersen e a tipologia de regimes filantrópicos elaborada por Pennerstorfer e Neumeyr (Hatos e Lazar, 2019). Utilizando dados do Eurobarómetro 74.1 2010 onde se situava a seguinte

pergunta: “Já ajudou pessoas pobres fazendo alguma das ações seguintes?”, e onde se situavam as seguintes possíveis respostas:

- Doar dinheiro a caridades ou associações que ajudam pobres;
- Voluntariar-se para caridades ou associações que ajudam pobres;
- Oferecer roupas a pobres;
- Ajudar pobres a encontrar ou ter acesso a abrigo ou outros serviços apropriados;
- Oferecer dinheiro a pobres;
- Comprar jornais ou outras coisas vendidas por pobres;
- Dar comida aos pobres.

Hatos e Lazar (2019) classificaram as respostas provenientes de 29 países e identificaram três classes de países no que diz respeito ao regime de setor não-lucrativo (Hatos e Lazar, 2019). O Regime 1 (Grandes Dadores) que revela preferência por provisão direta de caridade, o Regime 3 (Dadores Diretos) que revela as mesmas preferências que o regime anterior exceto no facto de ser mais relutante na provisão de roupas e abrigo e o Regime 2 (Voluntários e Dadores ONG) que revela preferência por doações a associações e outros terceiros em vez de doações diretas (Hatos e Lazar, 2019).

Segundo estes autores, Portugal situa-se no Regime 1, o que pode afetar as atitudes que a população e o poder político, nomeadamente o Presidente da República têm relativamente à Economia Social.

Tendo esta literatura em conta, pode-se concluir que as intervenções presidenciais são um instrumento legítimo para analisar os mais variados temas da vida política, um deles o Terceiro Setor.

4. Hipótese

A principal dificuldade na formulação de uma hipótese que responda à pergunta “Qual é a importância dada nas intervenções dos Presidentes da República à Economia Social?” prende-se com o conceito de “importância”.

Os termos “Presidente da República”, “Economia Social” possuem definições mais ou menos concretas, tendo as mesmas já sido explicitadas nesta dissertação. A noção de “intervenção” no contexto deste trabalho é definida como as palavras públicas ditas pelo Presidente da República num contexto relativamente formal nas suas funções de Presidente. Públicas, pois estão disponibilizadas nos websites oficiais da Presidência da República, num contexto relativamente formal, pois ficam excluídas desta noção as palavras ditas em entrevistas à comunicação social às portas dos edifícios com relevância política, por exemplo, e nas suas funções institucionais, pois ficam excluídos debates e ações realizadas em campanha eleitoral deste termo.

No caso do conceito de “importância” este é definido como sendo a qualidade de algo ser proeminente, digna de nota. No entanto para algo ser proeminente tem de ser em relação a algo. Logo para se medir a importância do Terceiro Setor nas intervenções do Presidente da República será necessário medir a importância de outros temas e compará-la com a proeminência da Economia Social.

Os temas escolhidos para se comparar com este terão primeiramente de ser o Primeiro Setor e o Segundo Setor. O setor público e o setor privado são os setores económicos que coexistem com o setor não-lucrativo, portanto é a comparação principal a fazer. Outros conceitos que também poderão ser comparados são o desporto, a cultura, o recreio, os cultos e congregações e ação social. Estes foram escolhidos visto que segundo as CSES, a maior parte das organizações da Economia Social desenvolviam as suas atividades nestas áreas, por isso pode-se denotar alguma relação nas intervenções do Presidente entre o emprego de palavras relacionadas com estas áreas e a menção do Terceiro Setor.

Se a questão de como definir a importância de algo está esclarecida, ou seja, é definida em relação a outra coisa, pode-se avançar para a questão de quais Presidentes da República.

Desde 5 de outubro de 1910, em que Portugal transita de uma monarquia para uma república, à data algo inédito na história deste país, existiram 19 pessoas a deter o cargo de Presidente da República divididas em três regimes republicanos. Para um Presidente se adequar à análise pretendida são necessárias duas condições:

- Ter poderes significativos, em outras palavras, não ser uma figura meramente simbólica;
- Ser eleito por sufrágio universal e direto, pois assim fica responsável politicamente perante o povo e aproxima-se deste podendo assim exercer influência considerável nas atitudes deste e através dele, nos partidos.

Os Presidentes da Primeira República eram eleitos pelo Congresso da República, constituído pela Câmara de Deputados e pelo Senado (Constituição Política da República Portuguesa, artigo 38.º, 1911), logo não cumprem o requisito de sufrágio universal e direto.

Os Presidentes da Segunda República se *de jure* tinham poderes ditatoriais, de facto eram simplesmente cerimoniais devido à figura do presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, logo não cumprem ambos os requisitos.

Os Presidentes da Terceira República após o ano de 1976, como ficou subentendido em secções anteriores deste trabalho, cumprem ambos os requisitos, por isso esta análise inclinar-se-á sobre estes indivíduos.

A partir da elaboração da Constituição de 1976 e posterior eleição do primeiro Presidente da República escolhido por sufrágio pós-25 de abril, Portugal já teve cinco Presidentes. São eles:

- António Ramalho Eanes, de 1976 a 1986;
- Mário Soares, de 1986 a 1996;
- Jorge Sampaio, de 1996 a 2006;
- Aníbal Cavaco Silva, de 2006 a 2016;
- Marcelo Rebelo de Sousa, de 2016 até à elaboração desta dissertação, presumivelmente até 2026.

Analisar só um destes Presidentes ficaria muito circunscrito ao contexto da década em que ele exerceu o seu poder, logo para se ter uma melhor ideia do que é afirmado acerca do Terceiro Setor nas intervenções presidenciais ao longo de toda a Terceira República será investigada a totalidade dos Presidentes eleitos.

Com a questão de quais resolvida, vem a questão de quando, isto é o espaço temporal em análise. Como ficou implícito até ao momento, esta investigação debruçar-se-á de 14 de julho de 1976, quando Ramalho Eanes tomou posse como Presidente, até 31 de dezembro de 2020, pois 2020 é o ano completo mais próximo da data de realização desta dissertação.

Tendo tudo o que foi referido até agora em conta, a hipótese deste estudo é que nas intervenções dos Presidentes da República desde 1976 é dada mais importância ao setor público e ao setor privado que

ao setor social. Como medir concretamente a importância que é dada nas intervenções a estes e outros temas já aludidos será explicitado mais à frente.

Existem certas premissas relacionadas com esta hipótese. A primeira é que à data das suas funções todos os Presidentes tinham consciência da intencionalidade das suas palavras. Se algum Presidente não tivesse tal não poderia ser visto como um objeto viável de investigação para esta dissertação.

A segunda é que estes mantinham uma retórica mais ou menos séria. Logo não fariam discursos do género “Senhoras e Senhores, Boa Tarde, Economia Social Economia Social Economia Social Economia Social Economia Social Economia Social Economia Social ...” em que repetiriam as mesmas palavras vezes sem conta, o que enviesaria os resultados desta pesquisa de forma bastante negativa.

A terceira é que os Presidentes eram honestos e coerentes nas suas opiniões. Isto significa que o que era transmitido nas suas intervenções era aquilo em que os Presidentes realmente acreditavam, mesmo que em contexto privado utilizassem palavras mais informais para descrever as mesmas ideias. Se os Presidentes declarassem uma opinião em público quando acreditavam e repetiam as ideias contrárias em privado significaria que eram incoerentes e inviabilizariam os resultados desta análise.

Para operacionalizar esta hipótese será tomada nota da evolução da importância que a Economia Social sofre ao longo dos anos de cada presidência nas suas intervenções. Se a evolução é positiva, negativa ou inexistente à medida que o mandato de cada um avança e entre presidências. A posição de cada Presidente no espectro político também será verificada como sendo ou não relevante. Se os Presidentes de esquerda deram mais proeminência ao Terceiro Setor nos seus discursos ou pelo contrário se foram os Presidentes de direita que ofereceram mais importância.

Para além das questões levantadas com a pergunta de investigação para chegar à hipótese, outra questão relacionada com a evolução do Terceiro Setor nos discursos presidenciais é a do porquê. Em certos anos os Presidentes podem revelar nas suas palavras um maior foco no setor cooperativo que em outros. Se tal acontecer, pode ser devido a diversas razões.

Uma delas é o desemprego.

Aumentos da taxa de desemprego anual podem levar os Presidentes da República Portuguesa a dar mais destaque ao setor social como forma de encontrar alternativas aos setores público e privado no combate a este flagelo no caso destes últimos se mostrarem insuficientes para fazer face a esta adversidade. No sentido inverso, diminuições dessa taxa podem levar os chefes de estado a diminuir as suas referências à Economia Social.

Outra poderá ser a taxa de crescimento económico.

Quando existem diminuições da taxa de crescimento anual, os Presidentes porventura salientam mais o setor cooperativo, encontrando outras opções económicas para inverterem a tendência negativa. Em sentido contrário, aumentos da taxa de crescimento podem levar esta figura de soberania do estado a não dar a mesma importância ao Terceiro Setor que daria em circunstâncias menos favoráveis. Será procurada uma relação inversa entre estas duas variáveis, portanto.

Para além destas, outra razão poderá ser o PIB, mais especificamente o PIB *per capita*.

Reduções do PIB *per capita* anual podem fazer com que os Presidentes mencionem mais o setor social, na tentativa de encontrar alternativas para aumentar a riqueza gerada por pessoa em Portugal. Aumentos deste indicador económico podem levar os chefes de estado a darem menor relevância a este setor, por se ter ultrapassado, pelo menos momentaneamente, tempos mais difíceis. Logo, tal como no crescimento económico, será procurada uma relação inversa entre estas duas variáveis.

Finalmente, outro possível fator que se verificará será uma atuação digna de nota por uma entidade particular da Economia Social.

Certas entidades específicas deste setor podem fazer uma descoberta significativa nalgum ramo de investigação, como por exemplo na medicina, e, por conseguinte, os Presidentes podem fazer referência dessa entidade nas suas intervenções. Em determinados anos podem ter sido realizadas mais inovações da parte de instituições do Terceiro Setor que em outros, logo faria sentido que os chefes de estado mencionassem mais este setor nestes anos, que em períodos de tempo em que tais achados não tivessem ocorrido.

Por tudo isto, vale a pena verificar a correlação que esta situação tem ou não com a projeção dada ao setor não-lucrativo nas intervenções presidenciais.

Para responder à hipótese dada previamente será necessário “medir” importância, algo que diz respeito à metodologia a ser utilizada.

5. Metodologia

“Importância” é um conceito qualitativo, portanto a ação de medir algo assim, apesar de não ser necessariamente impossível, não é tão objetiva quando comparado a conceitos quantitativos. No entanto isto não significa que não se consiga chegar a resultados satisfatórios. Apenas será preciso ter a noção que quaisquer respostas que se obtenham poderão dar origem a várias interpretações válidas. Posto assim, o método a utilizar para examinar a importância que os Presidentes da República dão nas suas intervenções à Economia Social tem que cumprir duas condições.

A primeira é a objetividade funcional. Isto significa que o método escolhido para esta análise tem de ser tal que, apesar de não evitar a possibilidade de ocorrência de diferentes interpretações igualmente válidas, as consiga reduzir ao ponto de se chegar à melhor possível.

A segunda condição é a de que seja possível aplicar-se o método ao que se está a analisar. Tem que ser escolhido um método que permita efetivamente estudar intervenções presidenciais.

Tendo em conta estas condições o método escolhido é a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a “discursos” extremamente diversificados (Bardin, 1977). O fator comum destas múltiplas técnicas que vão desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extração de estruturas traduzíveis em modelos é uma técnica controlada, baseada na dedução, ou seja, na inferência (Bardin, 1977). Esta que recorre a indicadores que podem, ou não, ser quantitativos (Bardin, 1977).

Como a pergunta de investigação pretende caracterizar uma qualidade – a importância – de uma mensagem – intervenções dos Presidentes da República Portuguesa – a contagem do número de vezes que uma palavra relacionada com a Economia Social e com os outros temas com os quais se a quer comparar aparece nesta literatura, isto é, uma das técnicas da análise de conteúdo, é um método passível de ser utilizado. A designação concreta desta técnica é análise categorial que desmembra o texto em categorias segundo reagrupamentos analógicos (Bardin, 1977). A investigação dos temas, uma das possibilidades de categorização, é eficaz desde que se aplique a discursos diretos e simples (Bardin, 1977). Neste trabalho é assumido que as intervenções presidenciais são isso mesmo. A análise também será frequencial e quantitativa, como ficou explícito nas linhas anteriores.

Este método cumpre as duas condições exigidas anteriormente pelo autor desta dissertação.

É possível utilizá-lo, porque todas as intervenções presidenciais continham palavras cuja contagem é exequível.

E em segundo lugar é funcionalmente objetivo, pois as palavras que foram proferidas nas intervenções presidenciais ao longo dos anos não estão sujeitas a nenhuma interpretação. Podem ser verificadas no seu estado original nos arquivos e nos websites oficiais da Presidência da República. O que é que os Presidentes quiseram dizer com as suas palavras pode ser sujeito a diversas interpretações, mas as palavras em si, não.

Tendo o método delineado, a questão agora prende-se com quais é que devem ser as palavras concretas a serem contadas.

Em relação ao tema da Economia Social alguns dos termos a serem contados são: “Economia Social”, “IPSS”, “Instituições Particulares de Solidariedade Social”, “Instituições de Solidariedade Social”, “Instituições Privadas de Solidariedade Social”, “Terceiro Setor” / “Terceiro Sector”, “Misericórdia(s)”, “Fundação(s)”, “Associativismo”, “Associação(s)”, “Mutualidade(s)”, “Instituições Mutualistas”, “Mutualismo”, “Cooperativa(s)”, “Setor(s) Social(s)” / “Sector(s) Social(s)”, “Setor(s) Cooperativo(s)” / “Sector(s) Cooperativo(s)” e “Sociedade Civil”. De notar que alguns discursos presidenciais foram realizados antes do Acordo Ortográfico, logo tem de ser levada em conta a ortografia antiga.

Estas palavras, além de algumas delas serem uma referência direta ao setor em estudo, referem-se a entidades que segundo a Lei de Bases da Economia Social constituem o Terceiro Setor por isso a sua inclusão nesta análise é evidente. Algumas dessas palavras são igualmente palavras-chave frequentemente citadas em trabalhos de investigação no RepositoriUM da Universidade do Minho relacionados com o Terceiro Setor, confirmando a relevância das mesmas para este setor (Bueno, 2021).

Existem outras palavras que se referem diretamente à parte não-lucrativa da economia em contextos menos abrangentes. Tendo em conta que só serão contados quando ditos nestes contextos, outros termos a utilizar são os seguintes: “Voluntário(a/os)”, “Voluntariado (s)”, “Voluntarismo(s)”, “Filantropo(a/os)”, “Filantropia(s)” e “Filantropismo(s)”.

Alguns destes conceitos necessitam de uma explicitação da sua definição para enquadrá-los melhor neste estudo.

O conceito “Voluntariado” e derivados refere-se ao conjunto de ações cujas atividades desempenhadas revertem a favor do interesse comunitário e bem-estar social, realizadas sem remuneração e outros fins lucrativos (Wilson, 2000). Os voluntários podem, no entanto, ser ressarcidos dos custos de deslocação e alimentação.

“Filantropia” consiste nas iniciativas privadas realizadas para o bem público com foco na qualidade de vida, na tentativa de visar as causas raiz de problemas sociais (Anheier e Leat, 2006).

Como explicitado anteriormente, a importância de algo é definida em relação a outra coisa, por isso além de se analisar estatisticamente o tema do setor cooperativo nas intervenções presidenciais, também se estenderá essa análise ao setor privado e ao setor público.

As palavras a serem contadas, que dizem respeito ao setor privado com fins lucrativos, são: “Setor(s) Privado(s)” / “Sector(s) Privado(s)”, “Investimento(s)”, “Investidor(s)”, “Empresa(s)”, “Acionista(s)” / “Accionista(s)”, “Mercado(s)”, “Iniciativa(s) Privada(s)”, “Lucro(s)” e “Negócio(s)”.

Estas palavras ou são referência direta ao setor privado, ou são relativas a entidades ou atuações associadas sobretudo a este setor. Claro que só serão contadas em contexto apropriado para o que se pretende.

Outros termos menos abrangentes, mas que também dizem respeito, sobretudo, ao Segundo Setor que serão analisados, em contexto apropriado, são: “Capital(s) de Risco”, “Liberalização(s)”, “Privatização(s)” e “(Empresas) Multinacional(s)”.

Também aqui é ideal explicitar o que se quer dizer com certos termos.

“Capital de Risco” consiste em investimento no capital de empresas com potencial de crescimento e expectativa de grande valorização, com o objetivo de obter retorno com a venda da participação a médio ou longo prazo (Meirelles et al, 2008). Este tipo de investimento é direcionado a empresas em estágios iniciais de desenvolvimento, sendo que estes investidores têm uma participação mais ativa nestas empresas (Meirelles et al, 2008).

“Liberalização” refere-se à prática de tornar as leis e/ou sistemas menos severos, no sentido de diminuição das regulações e restrições governamentais (Cambridge Advanced Learner's Dictionary, 1995).

“Privatização” nesta dissertação, diz respeito à mudança de uma atividade do setor público para o setor privado, normalmente através de um leilão público (Merriam-Webster, 2021).

“Multinacional” é uma empresa que, fundamentalmente, estende contratos de trabalho além de fronteiras nacionais (Hennart, 1991).

No caso do setor público, as palavras incluídas nesta contagem são: “Setor(s) Público(s)” / “Sector(s) Público(s)”, “Estado(s)”, “Tributação(s)”, “Taxação(s)”, “Imposto(s)”, “Funcionário(s) Público(s)” e “Segurança Social”.

Algumas destas palavras são referência direta ao setor público, enquanto outras dizem respeito a entidades ou atividades associadas diretamente de forma extensa com este setor.

Termos que também se relacionam diretamente com o Primeiro Setor, mas menos abrangentes que os anteriores, pelo menos para as intenções deste estudo, são: “Rede(s) de Telecomunicações” /

“Telecomunicações”, “Ponte(s)”, “Estrada(s)”, “Autoestrada(s)” / “Auto-estrada(s)”, “Defesa Nacional”, “Bens Públicos” e “Nacionalização(s)”.

Os dois últimos termos necessitam de alguma clarificação.

“Bens Públicos” no que se considera à parte económica, referem-se a bens não-exclusivos e não-rivais. Os termos referidos no segundo parágrafo acima correspondem mais ou menos a este tipo de bens, com a exceção do último termo (Oakland, 1987).

“Nacionalização” é o processo de transformação de ativos possuídos por entidades privadas em ativos públicos, tornando-se propriedade do Estado (Merriam-Webster, 2021). É o contrário de privatização.

Existem termos que podem estar relacionados indiretamente com a Economia Social e que serão aqui utilizados como: “Desporto(s)”, “Cultura”, “Lazer”, “Culto(s)”, e “Ação Social” / “Acção Social”. Uma parte significativa das entidades pertencentes ao Terceiro Setor atuam nestas áreas. No entanto os contextos em que a menção destas palavras leva ao setor cooperativo não serão tão numerosos quanto termos descritos anteriormente, logo a prioridade será dada a esses últimos.

Podem ser empregues outras palavras nesta investigação, como: “Desemprego”, “Desempregado(s)”, “Emprego”, “Empregado(s)”, “Inflação”, “Consumo”, “Poupança(s)”, “Importação(s)”, “Exportação(s)” e “(Taxa) Juro(s)”.

Estas palavras dizem respeito a indicadores económicos genéricos, alguns deles relacionados com o cálculo do PIB sobre várias óticas. São termos que se espera que apareçam muitas vezes nas intervenções presidenciais, por isso poderiam servir para revelar até que ponto é dada importância ao setor social nas mesmas, de forma a não isolar a análise apenas aos três setores económicos já enunciados.

No entanto o foco de uma comparação mais aprofundada será dado sobretudo a esses três setores.

Tendo já escrito as palavras concretas que serão aproveitadas para esta análise, convém esclarecer alguns pontos.

As intervenções presidenciais serão retiradas de fontes diferentes. Nos casos de Jorge Sampaio e Cavaco Silva serão utilizadas as intervenções e discursos descritos como tal nos websites oficiais de arquivo da Presidência da República de cada um destes presidentes.

Em relação a Cavaco Silva estão na secção “Presidente da República”, na subsecção “Intervenções”. Relativamente a Jorge Sampaio estão na secção “Biblioteca virtual”, na subsecção “Discursos”.

No caso de Marcelo serão utilizadas as intervenções cuidadosamente selecionadas da secção “Atualidade” retiradas do seu website oficial.

Nos casos de Ramalho Eanes e Mário Soares serão utilizadas as intervenções e discursos descritos como tal na Biblioteca da Presidência da República, na base de dados “Intervenções dos Presidentes da República”. Tanto Ramalho Eanes como Mário Soares, como foram Presidentes da República antes da Internet se tornar difundida, não possuíram websites oficiais da Presidência.

De referir que o contexto normativo em que os termos selecionados foram utilizados não terá aqui relevância nem será especificado.

Só serão selecionadas intervenções em formato escrito. Intervenções só disponíveis em formato de vídeo não farão parte desta análise. A quantidade de intervenções que apenas foram disponibilizadas em formato de vídeo é relativamente pequena e circunscrita, sobretudo, ao mais recente Presidente que ainda não terminou o seu segundo mandato ao contrário de todos os outros Presidentes desde 1976. Por isso, é expectável que tenha proferido menos discursos que os restantes. O facto de não se levar em conta as palavras somente disponíveis em vídeo, não deverá ser particularmente relevante para este facto nem para esta investigação.

De notar que só serão contadas as intervenções que estão na sua totalidade em português, ou que tenham apenas algumas frases noutra língua. As intervenções noutras línguas que estão expostas nas fontes a serem utilizadas são normalmente apenas traduções de discursos realizados em português e as que não são, também estão traduzidas em português, por isso para facilitar a análise só contará o que está em língua portuguesa.

Acrescenta-se que nas fontes escolhidas podem não estar descritas todas as intervenções que os Presidentes realizaram ao longo dos seus mandatos. No entanto contém um número suficiente para se ficar com uma amostra elevada, não pondo em causa a investigação que se pretende.

A esta situação convém adicionar o facto que o número de intervenções realizadas por cada Presidente de ano para ano e entre Presidentes é diferente, não só devido ao que se especificou no parágrafo anterior, mas também pelo facto de nenhum Presidente ter um número determinado de intervenções que pode ou não fazer, logo é natural que o número das mesmas varie entre eles e entre anos.

Portanto, além de se apresentar a quantidade absoluta das palavras explicitadas anteriormente, também se tomará nota da proporção das mesmas que é dita por discurso.

Para se proceder á contagem dos termos será empregue o instrumento “Localizar” do Microsoft Word. Apesar de ser uma maneira manual e um pouco ineficiente, a realidade é que outros programas não reconhecem o contexto em que a palavra é dita de forma suficientemente satisfatória, apesar de existirem outros softwares de análise de conteúdo, como o Iramuteq. Por exemplo, o termo “Fundação” não representa sempre uma entidade da Economia Social. Em certos contextos pode

significar o seguinte: “A fundação de Portugal ocorreu em ...”. “Fundação” aqui não exprime o que se pretende nesta análise.

Por conseguinte, homónimos serão ignorados se desligados do sentido associado ao universo da Economia Social.

De igual maneira, mesmo que a utilização dos termos já descritos seja realizada num contexto vagamente relevante para as áreas em causa, serão ignorados quando associados a um cargo político, a um prémio, a uma lei ou a um nome de um partido. Por exemplo, se nalguma intervenção estivesse contida a frase “O Sr. Ministro do Terceiro Setor está presente nesta reunião para nos elucidar sobre as consequências da VI Guerra Mundial nas IPSS portuguesas”, o termo “Terceiro Setor”, como se refere ao cargo de ministro, não seria incluído neste trabalho.

A única exceção a esta última condição é a palavra “Estado”, que pela sua relativa abrangência consegue ser associada em bastantes contextos ao setor público, sobretudo no caso de um regime republicano como Portugal.

Convém também ter em conta que alguns dos conceitos especificados serão contados como se fossem um só. Por exemplo, se num discurso a palavra “Associativismo” for referida cinco vezes e a palavra “Associação(s)” for referida sete vezes é assumido que “Associação e similares” foram referidos doze vezes. Para além dos conceitos “Associativismo” e “Associação(s)”, os conceitos “IPSS”, “Instituições Particulares de Solidariedade Social”, “Instituições de Solidariedade Social”, “Instituições Privadas de Solidariedade Social”, os termos “Mutualidade(s)”, “Instituições Mutualistas”, “Mutualismo”, as palavras “Voluntário(a/os)”, “Voluntariado (s)”, “Voluntarismo(s)”, os conceitos “Filantropo(a/os)”, “Filantropia(s)” e “Filantropismo(s)”, os termos “Estrada(s)”, “Autoestrada(s)” / “Auto-estrada(s)”, as palavras “Desemprego”, “Desempregado(s)” e os termos “Emprego”, “Empregado(s)” serão de igual maneira vistos como uma unidade.

O número, o género e a capitalização das palavras não serão fatores de distinção para este estudo.

De esclarecer que existem mais palavras relacionadas com o setor público, com o setor privado e com o setor social, que não serão contadas nesta análise por questões de exequibilidade. Não colocará em causa os resultados, mas é algo que se deve ter em conta.

Por fim, apontar que as três premissas relacionadas com a hipótese – plena utilização das capacidades mentais durante o mandato, postura relativamente séria e honestidade e coerência entre as suas ideias e as suas palavras – foram cumpridas nas intervenções recolhidas.

6. Apresentação e Interpretação dos resultados

6.1. Ramalho Eanes

Começando pelo primeiro presidente eleito por sufrágio universal depois do 25 de abril, o General António Ramalho Eanes, foram consultados um total de quinhentas e dez intervenções realizadas entre a sua tomada de posse e o fim do seu segundo mandato em 1986.

No que diz respeito à Economia Social, os resultados obtidos estão expressos na seguinte tabela:

Tabela 4 - Número de menções de palavras relacionadas com a Economia Social em cada ano da presidência de Ramalho Eanes

Ramalho Eanes	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	Total
Economia Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPSS e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
Terceiro Setor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Misericórdia	0	0	1	0	3	0	0	0	0	16	0	20
Fundação	0	0	0	0	1	6	2	1	0	1	4	15
Associação e similares	2	5	2	3	6	11	1	6	20	2	3	61
Mutualidade e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	8
Cooperativa	0	5	0	0	0	0	0	1	2	0	0	8
Sociedade Civil	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	5
Voluntário e similares	0	0	0	0	0	1	2	0	2	2	0	7
Filantropia e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setor Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setor Cooperativo	0	1	3	0	1	0	0	0	0	0	0	5
Total	3	12	7	4	11	18	5	8	33	22	8	131
Nº de intervenções analisadas	15	42	66	58	67	51	49	49	59	48	6	510

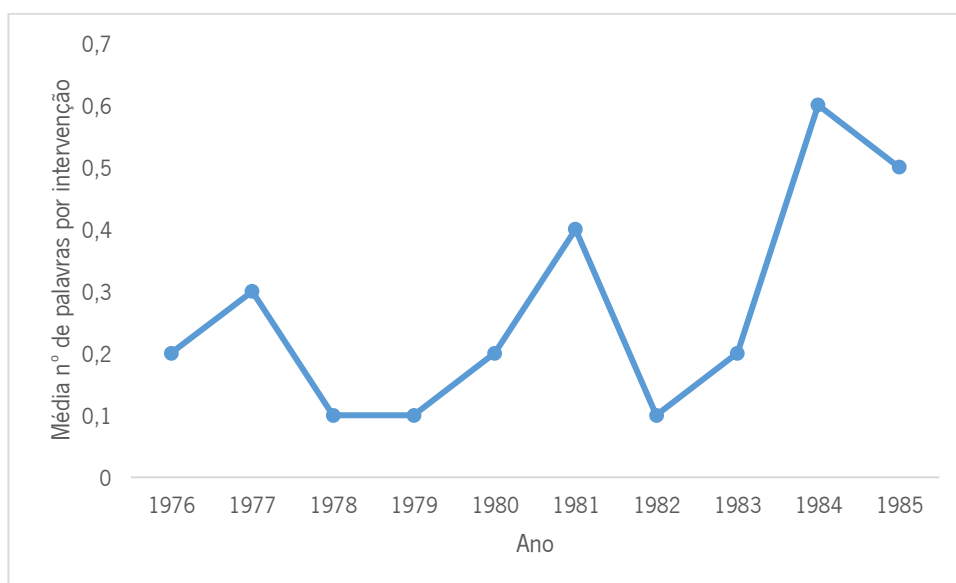
Os termos mais utilizados foram “Associativismo” e “Associação(s)” com um total de sessenta e uma menções ao longo da década. O pódio é completado com os termos “Misericórdia(s)” e “Fundação(s)”. No caso do anterior, o número de observações é realizado quase totalmente num único discurso, relacionado com a realização do Congresso das Misericórdias a 15 de setembro de 1985.

Em sentido inverso, as palavras “Economia(s) Social(s)”, “Terceiro(s) Sector(s)” (esta presidência é anterior ao acordo ortográfico) “Filantropo(a/os)”, “Filantropia(s)”, “Filantropismo(s)” e “Sector(s) Social(s)” não foram aludidas nas quinhentas e dez intervenções trabalhadas. Além disso, com a exceção dos três vocábulos mais referidos, os restantes não foram mencionados mais do que oito vezes.

Consta-se, portanto, que no caso do terceiro setor, quando este foi aludido, o primeiro presidente eleito pós-25 de abril focou-se firmemente nas associações, sem que fosse necessário ter-se

destacado associações ou eventos específicos numerosas vezes. Quando referiu outras entidades em maior porção (de palavras específicas) fê-lo associado a instituições ou acontecimentos muito particulares, como o Congresso das Misericórdias ou o Congresso de Mutualistas a 14 de dezembro de 1984, explicando o porquê de ter referido o Terceiro Setor mais vezes nestes anos. A evolução da referência dos termos da tabela não pode ser vista a nível absoluto, pois o número de intervenções por ano sofre variações significativas, algo que acontece com todos os presidentes. Logo, terá de ser utilizada a proporção de palavras utilizadas por discurso por ano para discernir o progresso das enumerações, como se pode observar no seguinte gráfico:

Gráfico 8 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos da presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas)



O ano de 1986 não foi incluído neste gráfico pois esta presidência manteve-se apenas durante os dois primeiros meses do ano. Este ano será abrangido em gráfico semelhante no presidente posterior a Ramalho Eanes, Mário Soares. Situação semelhante ocorrerá nos anos 1996, 2006 e 2016. O cálculo da média aqui apresentada e em todos os gráficos seguintes relacionados com os três setores em estudo é obtido através da fórmula $\frac{Total}{N^{\circ} \text{ de intervenções analisadas}}$ em todos os anos disponíveis.

Durante estes dois mandatos, a Economia Social foi referida, em média, entre 0,1 e 0,4 vezes por intervenção, mantendo-se consistentemente nesse nível. As exceções foram os anos de 1984 e 1985 que apresentaram 0,6 e 0,5 alusões por mensagem, coincidindo com os congressos das mutualistas e das misericórdias que ajudaram a inflacionar o número de menções nos seus respetivos anos, que mesmo assim não destoam muita da consistência apresentada nas referências a este setor.

Encarando isoladamente o Terceiro Setor é possível concluir, com estes dados, que este foi citado, em média, menos que uma vez por discurso.

Outras variáveis com possibilidade de influenciarem as enunciações ao setor social referidos anteriormente foram o PIB, o crescimento económico e o desemprego. Os números destas variáveis nos anos de presidência de Ramalho Eanes, obtidos do INE, encontram-se nos três gráficos abaixo:

Gráfico 9 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de desemprego no mesmo período (arredondada às décimas)

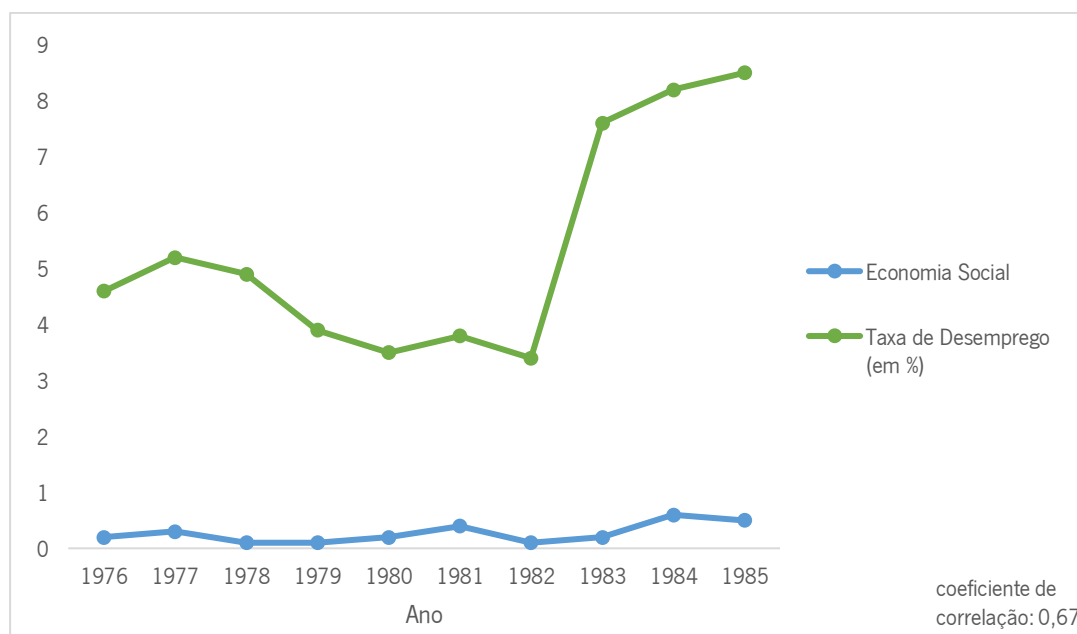


Gráfico 10 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas) em comparação com o PIB per capita a preços constantes de base 2016 no mesmo período (arredondado às décimas)

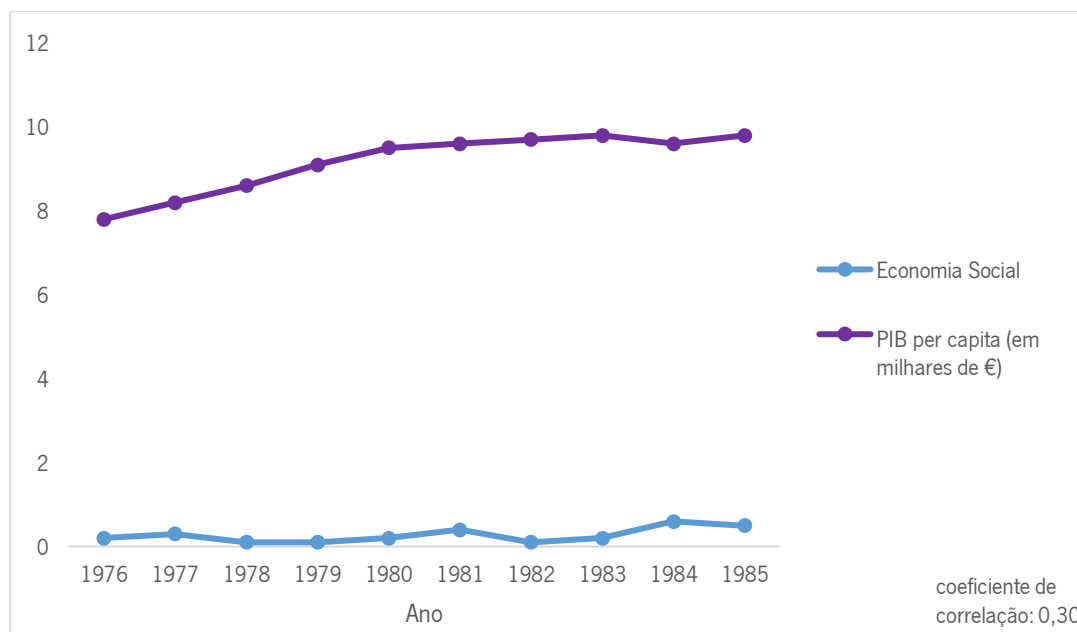
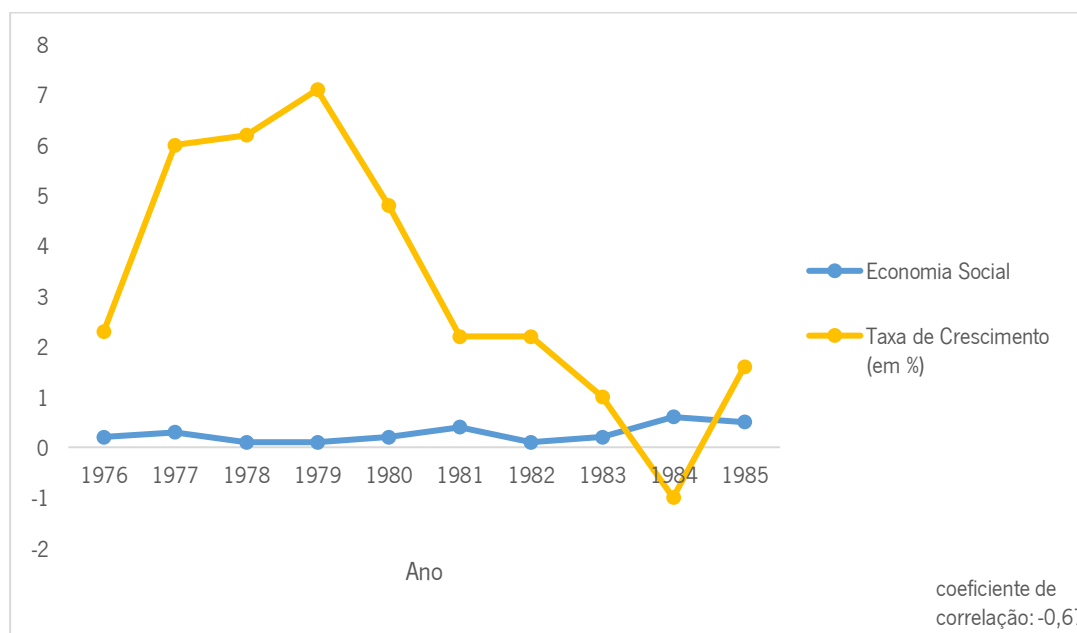


Gráfico 11 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de crescimento real do PIB a preços constantes no mesmo período (arredondado às décimas)



Nesta investigação, para se considerar que existe alguma correlação entre o Terceiro Setor e estes indicadores económicos é necessário que o coeficiente de correlação dos números anuais seja superior (em valor absoluto) a 0,5, dependendo do tipo de relação encontrada, para evitar correlações fracas. Sabendo que o coeficiente de correlação de Pearson, que será o utilizado, pode

ir de 1 a -1, valores mais próximos de 1 ou seja, uma correlação positiva, significam uma relação direta entre as variáveis. Ao inverso, valores mais próximos de -1 ou seja, uma correlação negativa, significam uma relação inversa entre as variáveis. Valores mais próximos de 0 significam pouca ou nenhuma correlação.

Com estes gráficos constata-se que em relação à taxa de desemprego, variações, ou seja, aumentos ou diminuições da média de palavras relacionadas com o Terceiro Setor coincidiram com o mesmo tipo de variações da taxa de desemprego em todos os anos, excetuando 1979, 1980 e 1985. De notar que 1976 exclui-se à partida por ser o ano zero para os efeitos deste trabalho. O coeficiente de correlação para estas duas variáveis em Ramalho Eanes é de 0,67 (arredondado às centésimas).

Isto sugere que, no que diz respeito a Ramalho Eanes, menções à Economia Social podem estar, no mínimo, diretamente relacionadas com um fator externo, neste caso o desemprego.

O PIB *per capita*, parece ter pouca ou nenhuma influência nas referências ao setor social por parte de Ramalho Eanes, pois na maioria dos anos variações de uma das variáveis não corresponderam ao tipo contrário de variações da outra variável. Além disso, o coeficiente de correlação entre o PIB *per capita* e o setor cooperativo é de 0,30 (arredondado às centésimas). Neste fator e na taxa de crescimento, como ficou implícito num capítulo anterior, é procurada uma correlação negativa com a Economia Social, o reverso da situação da taxa de desemprego, portanto.

Na taxa de crescimento, alterações da média de termos relativos ao Terceiro Setor coincidiram com o tipo contrário de variações da taxa de crescimento em todos os anos, exceto 1977, 1979 e 1982. O coeficiente de correlação para estas variáveis é de -0,67 (arredondado às centésimas), o que parece indicar uma relação inversa entre a taxa de crescimento e as menções ao setor social.

Relativamente ao setor privado, os dados adquiridos estão manifestados na subseqüente tabela:

Tabela 5 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor privado em cada ano da presidência de Ramalho Eanes

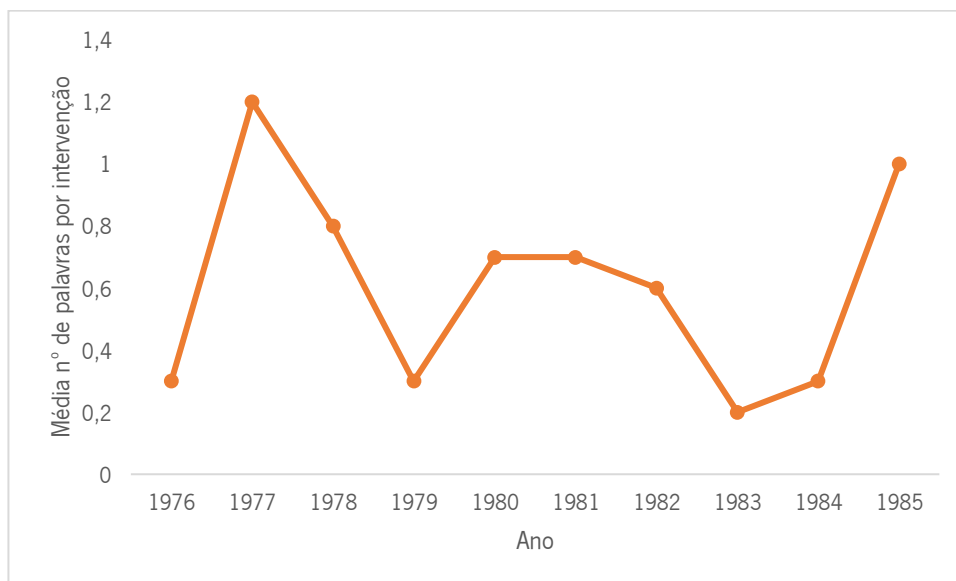
Ramalho Eanes	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	Total
Setor Privado	0	3	2	2	4	0	0	0	1	1	0	13
Investimento	3	10	11	3	11	6	6	3	6	12	1	72
Investidor	0	7	3	0	1	1	1	0	0	0	0	13
Empresa	2	14	12	3	14	19	7	3	3	22	1	100
Acionista	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2
Mercado	0	12	16	6	13	8	6	4	9	9	0	83
Iniciativa Privada	0	2	7	0	2	0	4	1	1	0	0	17
Lucro	0	2	0	0	1	2	2	0	0	1	0	8
Negócio	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	4
Capital de Risco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Liberalização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Privatização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Multinacional (Companhia)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	5	51	52	15	46	37	28	11	20	47	2	314
Nº de intervenções analisadas	15	42	66	58	67	51	49	49	59	48	6	510

O conceito com maior número de referências foi “Empresa(s)” [Exclui-se “Empresa(s) Pública(s)”, o que acontecerá com os restantes presidentes] com um total de cem menções. Os termos “Investimento(s)” [Exclui-se “Investimento(s) Público(s)” o que acontecerá com os restantes presidentes] e “Mercado(s)”, tiveram um número de citações relativamente próximo de “Empresa(s)”. Neste setor, apenas os termos “Capital(s) de Risco(s)” e “Privatização(s)” não tiveram alusões no decorrer destes dez anos.

A nível absoluto, palavras associadas com o setor privado obtiveram quase o triplo da quantidade de menções das palavras associadas com o setor social descritas anteriormente. Além disso o número de referências foi espalhado por mais termos, pois quase todos os termos explicitados tiveram pelo menos uma referência, com a exceção dos dois indicados no parágrafo anterior. Entidades e acontecimentos específicos não estiveram especialmente relacionados com um maior ou menor número de alusões.

Proporcionalmente, a evolução das menções conotadas com o setor privado ao longo da presidência de Ramalho Eanes ocorreu da seguinte forma:

Gráfico 12 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor privado nos anos da presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas)



O setor privado teve citações, em média, próximas da uma por discurso em pelo menos seis dos dez anos aqui patenteados. Portanto, na maioria do mandato este setor foi citado quase uma vez por discurso.

Os anos de 1976, 1979, 1983 e 1984 tiveram uma média de menções inferior a 0,5. No ano de 1976, o General Ramalho Eanes não foi presidente todo o ano. Ademais, nos anos iniciais da democracia portuguesa existiram preocupações que iam para além do setor privado, o que pode ajudar a explicar que em alguns anos a média tenha descido.

Tanto a nível absoluto, como a relativo, o primeiro presidente eleito popularmente após a Revolução dos Cravos referiu mais vezes o setor privado que o Terceiro Setor nas suas intervenções, de um modo geral. Isto pode significar que este presidente deu mais importância ao anterior, apesar de não ter ignorado o posterior. Porém, ainda falta apresentar os resultados de outro setor para finalizar a comparação entre os três setores de atividade económica.

Em relação ao setor público, os números alcançados podem ser vistos nesta tabela:

Tabela 6 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor público em cada ano da presidência de Ramalho Eanes

Ramalho Eanes	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	Total
Setor Público	0	5	11	4	1	0	3	0	1	1	0	26
Estado	38	74	114	132	132	103	71	74	121	150	17	1026
Tributação	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Taxação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imposto	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Funcionário Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segurança Social	1	0	1	3	0	2	1	0	2	1	4	15
Telecomunicações	0	2	1	0	1	0	0	0	1	0	0	5
Ponte	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Estrada	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Defesa Nacional	1	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	5
Bem(s) Público(s)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Nacionalização	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	4
Total	41	82	133	141	136	105	75	75	125	153	21	1087
Nº de intervenções analisadas	15	42	66	58	67	51	49	49	59	48	6	510

Aqui apura-se que existe um termo que se sobrepõe a todos os outros, não só quando se olha para este setor, mas também quando se olha a todas as áreas de análise que estão a ser feitas nesta investigação.

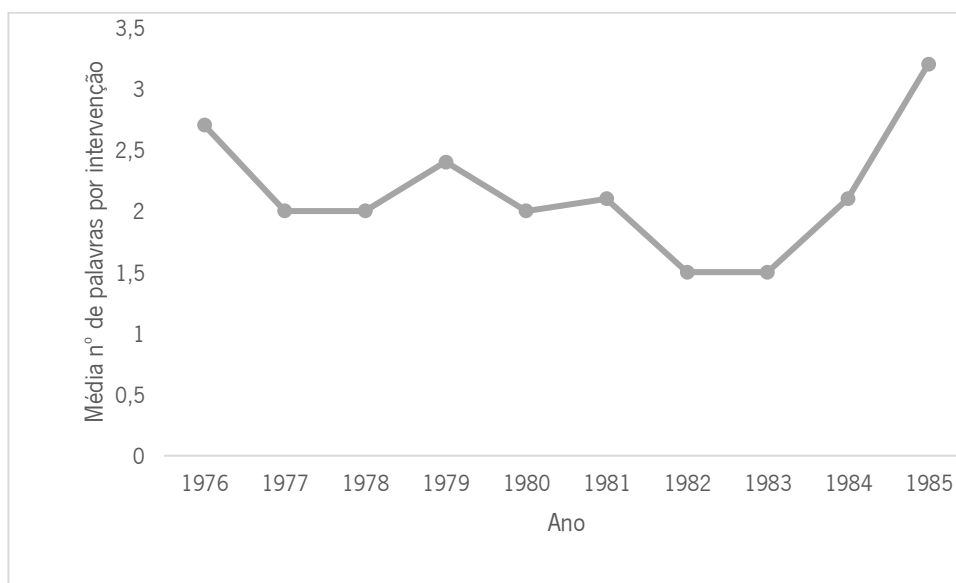
“Estado(s)” foi mencionado mil e vinte e seis vezes de um total de mil e oitenta e sete vezes que o setor público foi mencionado ao longo da década desta presidência. Apesar do facto de na recolha de dados ter-se permitido que esta palavra fosse contada em contextos que outras não foram, isto não garantiu só por si o grande número de menções que esta teve, pois mesmo que essas fossem excluídas, tal pouco reduziria o número completo de menções, o que possibilitaria uma elevadíssima quantidade de igual maneira.

Nas restantes, só os termos “Taxação(s)” e “Funcionário(s) Público(s)” não foram referidos. No entanto, a maior parte dos outros não foi referida mais que cinco vezes.

Parece que no setor público dá-se um grande foco num só conceito, “Estado(s)”, muito mais do que no caso da Economia Social que também tinha um conceito dominante, mas muito longínquo da preponderância que é dada a “Estado(s)” neste setor. Situação distinta do setor privado, cujos conceitos tinham maior equilíbrio distributivo.

Em média, o desenvolvimento das indicações relacionadas com o setor público no decorrer dos anos do mandato de Ramalho Eanes está incluído no gráfico abaixo:

Gráfico 13 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor público nos anos da presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas)

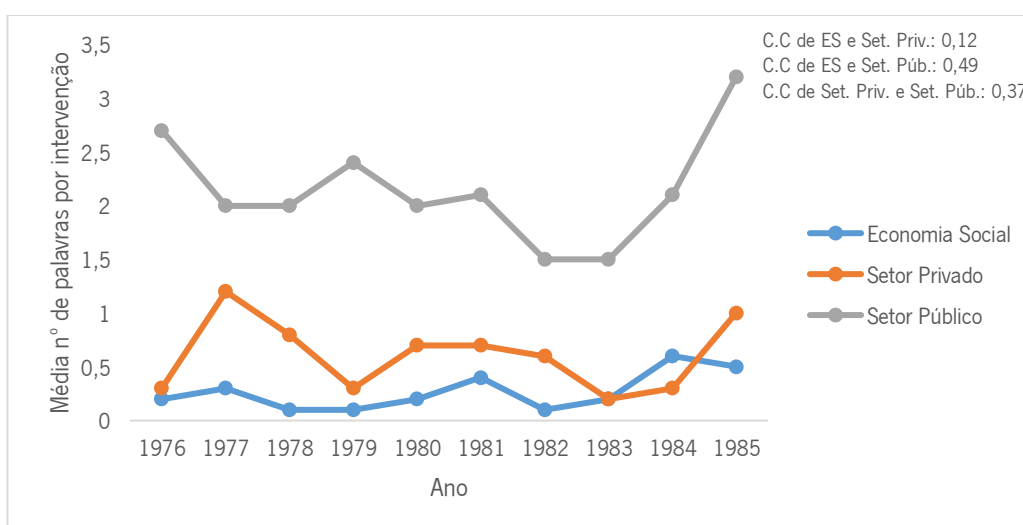


Proporcionalmente, o setor público foi referido entre duas a três vezes por discurso, normalmente ao fazer referência ao termo “Estado(s)”.

Os anos de 1983 e 1984 destoaram um pouco da regra geral e mesmo assim, a média manteve-se relativamente próxima das duas por discurso.

Isto parece indicar que Ramalho Eanes deu mais relevância ao setor público, sobre a figura do Estado, que ao setor privado e ao setor social. O próximo gráfico ajudará a visualizar melhor esta diferença:

Gráfico 14 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com os três setores de atividade económica nos anos da presidência de Ramalho Eanes (arredondada às décimas)



Note-se que no coeficiente de correlação excluiu-se 1976. De acordo com estes dados, Ramalho Eanes valorizou mais o setor público em todos os anos da sua administração, corroborando o que

foi explicitado no gráfico anterior. Para além disso, o setor privado foi proporcionalmente mais mencionado que o Terceiro Setor em quase todos os anos apresentados. As exceções foram os anos 1983 e 1984 em que o setor privado, em média, foi mencionado as mesmas vezes e menos vezes que o setor social respetivamente.

Estas informações corroboram a hipótese descrita no decorrer desta investigação de que é dada mais relevância aos setores público e privado que ao Terceiro Setor no caso do Presidente Ramalho Eanes, mesmo não tendo ignorado este último.

Para perceber melhor o pano de fundo em estes setores foram aludidos nas mensagens do primeiro presidente eleito popularmente após 1976, podem ser apresentados resultados relacionados com uma contagem de conceitos mais genéricos e alguns que podem estar indiretamente relacionados com a Economia Social, como se observa a seguir:

Tabela 7 - Número de menções de palavras com possibilidade de estarem relacionadas com a Economia Social e outras palavras genéricas em cada ano da presidência de Ramalho Eanes

Ramalho Eanes	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	Total
Desporto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Cultura	7	12	33	24	44	45	48	25	53	39	2	332
Lazer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Culto (Religioso)	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Ação Social	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Desemprego/Desempregado	3	8	12	7	3	0	2	1	7	3	2	48
Emprego/Empregado	0	9	3	3	3	1	2	0	3	2	1	27
Inflação	0	1	6	1	5	0	1	1	0	0	0	15
Consumo	0	4	5	0	2	0	1	3	5	1	0	21
Poupança	0	3	3	1	5	0	0	0	0	0	0	12
Importação	0	0	4	0	6	1	0	1	0	0	0	12
Exportação	0	0	4	0	4	2	1	1	1	0	0	13
Juro(s)	0	1	1	0	1	0	0	1	1	0	1	6
Total	10	38	71	36	74	49	55	33	71	46	7	490
Nº de intervenções analisadas	15	42	66	58	67	51	49	49	59	48	6	510

Das palavras que poderiam estar indiretamente relacionadas com a Economia Social, “Cultura(s)” foi bastante mais mencionada que as restantes pelo presidente Ramalho Eanes. Contudo, nenhuma destas palavras foi utilizada no contexto do Terceiro Setor, portanto não alteraram a corroboração da hipótese. No caso das palavras mais genéricas, todas foram mencionadas a um nível semelhante, exceto “Juro(s)” e “Desemprego(s)” / “Desempregado(s)”, cuja diferença não foi muito significativa.

6.2. Mário Soares

A Ramalho Eanes sucedeu Mário Soares, que conquistou a presidência numa eleição renhida com Diogo Freitas do Amaral. Foram consultados um total de quinhentas e cinco intervenções realizadas por este presidente, entre a sua tomada de posse e o fim do seu segundo mandato em 1996.

No que diz respeito ao Terceiro Setor, os resultados alcançados registaram-se na próxima tabela:

Tabela 8 - Número de menções de palavras relacionadas com a Economia Social em cada ano da presidência de Mário Soares

Mário Soares	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Total
Economia Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPSS e derivados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terceiro Setor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Misericórdia	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Fundação	2	5	11	5	1	2	3	26	1	26	0	82
Associação e derivados	27	11	15	9	25	9	19	15	17	18	0	165
Mutualidade e derivados	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cooperativa	1	0	0	0	0	0	0	4	0	1	0	6
Sociedade Civil	1	0	5	11	10	7	9	13	15	9	0	80
Voluntário e derivados	0	0	1	0	0	0	0	3	0	0	0	4
Filantropia e derivados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setor Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setor Cooperativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	31	17	32	25	36	18	31	61	35	54	0	340
Nº de intervenções analisadas	32	57	55	71	55	47	41	47	51	42	7	505

Os termos mais utilizados foram “Associativismo” e “Associação(s)” com um total de cento e sessenta e cinco menções ao longo da década. “Fundação(s)” e “Sociedade(s) Civil(s)” completaram o pódio com oitenta e duas e oitenta alusões respetivamente.

Por outro lado, as palavras “Economia(s) Social(s)”, “IPSS”, “Instituições Particulares de Solidariedade Social”, “Instituições de Solidariedade Social”, “Instituições Privadas de Solidariedade Social”, “Terceiro(s) Sector(s)”, “Filantropo(a/os)”, “Filantropia(s)”, “Filantropismo(s)”, “Sector(s) Social(s)” e “Sector(s) Cooperativo(s)” não foram referidas de todo nas quinhentas e cinco intervenções analisadas.

Os restantes conceitos não foram referidos mais que seis vezes.

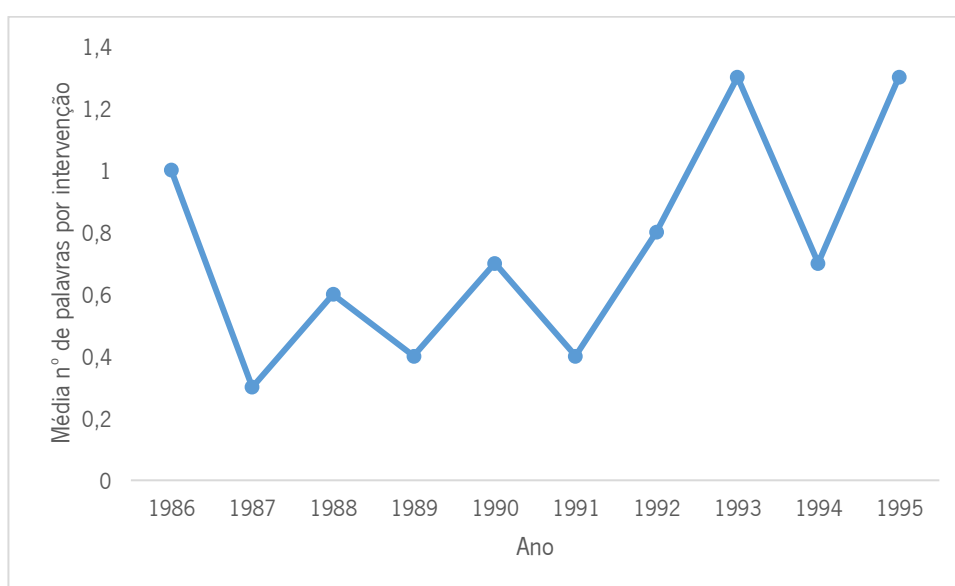
Este presidente não destoou da linha do anterior, ao focar-se mais nas associações quando referia o setor social nos seus discursos. Só estas entidades valeram quase metade do número total de alusões a este sector nas suas intervenções, sem especificar muitas vezes uma distinta.

Quando este presidente se referiu a fundações, fê-lo destacando duas fundações específicas: a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Ebert. A primeira foi responsável pelo pico de referências ocorrido em 1993 e a segunda foi a responsável pelo pico em 1995.

“Sociedade(s) Civil(s)” é um conceito um pouco mais abrangente que uma entidade do setor cooperativo, logo é bastante difícil utilizá-lo para fazer referência a uma sociedade civil específica. Apesar de não ter a quantidade de menções das associações e das fundações, este termo foi referido consistentemente por este presidente ao longo dos anos.

A evolução da utilização de todos estes conceitos ocorreu da seguinte forma:

Gráfico 15 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos da presidência de Mário Soares (arredondada às décimas)



Observando estes dados constata-se que o Terceiros Setor teve uma quantidade de menções próxima da uma por discurso, excetuando os anos 1987, 1989 e 1991. Os picos de 1993 e 1995 coincidiram com as alusões à Fundação Gulbenkian e à Fundação Ebert respetivamente.

Estes resultados indicam que o segundo presidente eleito após o 25 de abril, Mário Soares, citou mais a Economia Social do que o primeiro, o General Ramalho Eanes. Ideologicamente, Mário Soares situava-se mais à esquerda que Ramalho Eanes, apesar deste último não ser de direita. Será necessário observar intervenções de mais presidentes para se conseguir dizer com mais clareza se a ideologia política teve ou não influência nas alusões ao setor cooperativo.

Os dados de outros indicadores, obtidos do INE, que podem estar interligados a citações ao setor social nos anos de presidência de Mário Soares encontram-se nos três gráficos seguintes:

Gráfico 16 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Mário Soares (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de desemprego no mesmo período (arredondada às décimas)

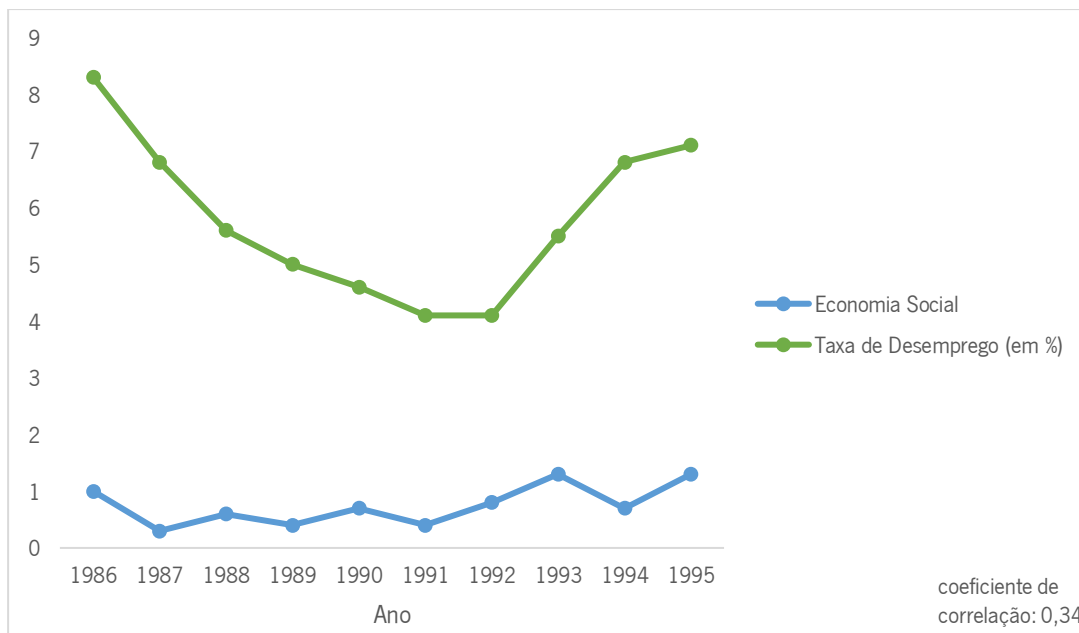


Gráfico 17 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Mário Soares (arredondada às décimas) em comparação com o PIB per capita a preços constantes de base 2016 no mesmo período (arredondada às décimas)

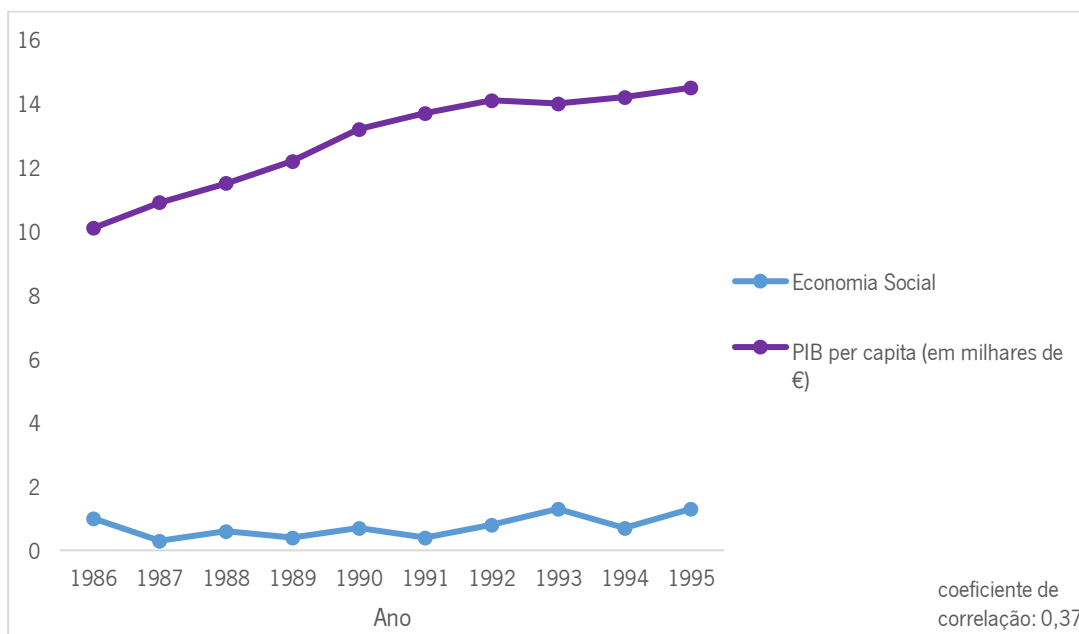
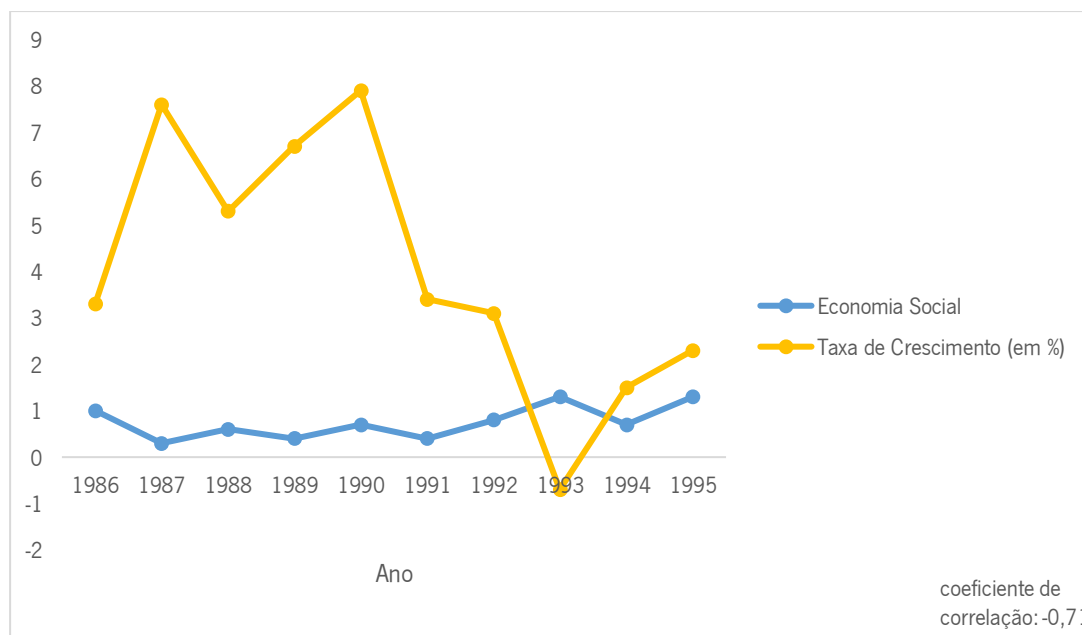


Gráfico 18 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Mário Soares (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de crescimento real do PIB a preços constantes no mesmo período (arredondada às décimas)



Note-se que o ano inicial de Mário Soares, 1986, tem um ano anterior com o qual pode ser comparado, mesmo que nesse ano estivesse outro presidente em funções, logo foi contado para esta análise. Isto acontecerá para todos os presidentes que se seguem.

Com Mário Soares, e ao contrário de Ramalho Eanes, nenhuma das variáveis em questão obteve alterações anuais dos números que coincidiram com o tipo de variação procurado em pelo menos dois terços dos anos. O fator que se aproximou mais desse limiar foi a taxa de crescimento com seis anos em que esta situação ocorreu, especificamente 1987, 1988, 1989, 1992, 1993 e 1994.

No que diz respeito ao coeficiente de correlação, em Mário Soares, nem a taxa de desemprego, nem o PIB *per capita* ultrapassam o limiar pretendido (0,5 na taxa de desemprego e -0,5 no PIB) para se considerar que existe a relação procurada entre estas duas variáveis e a Economia Social. Este coeficiente é, respetivamente, 0,34 e 0,37 (ambos arredondados às centésimas).

Já na taxa de crescimento, o coeficiente entre este e o setor em questão é -0,71 (arredondado às centésimas).

Tal situação indica que, no que diz respeito a Mário Soares, as referências ao Terceiro Setor não estiveram particularmente relacionadas com o desemprego e com o PIB *per capita*, mas podem ter estado inversamente relacionadas com o crescimento económico.

No que diz respeito ao setor privado, os dados obtidos podem ser consultados na próxima tabela:

Tabela 9 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor privado em cada ano da presidência de Mário Soares

Mário Soares	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Total
Setor Privado	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
Investimento	5	17	15	28	15	4	5	10	7	2	0	108
Investidor	0	2	2	10	4	0	0	0	0	0	0	18
Empresa	6	8	8	19	15	9	2	6	5	4	1	83
Acionista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mercado	2	22	33	45	45	14	17	27	15	11	0	231
Iniciativa Privada	0	2	1	5	2	1	0	2	0	1	0	14
Lucro	0	0	0	0	1	0	3	1	0	0	0	5
Negócio	0	2	1	4	4	1	1	4	1	3	1	22
Capital de Risco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Liberalização	0	4	0	8	3	0	2	2	1	0	0	20
Privatização	0	0	0	8	3	5	0	0	1	0	0	17
Multinacional (Companhia)	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Total	13	57	61	128	93	34	30	53	30	21	2	522
Nº de intervenções analisadas	32	57	55	71	55	47	41	47	51	42	7	505

O conceito com maior número de menções foi “Mercado(s)”, correspondente a quase metade da quantidade total de menções. Os termos “Investimento(s)” e “Empresa(s)” também obtiveram uma porção significativa das menções totais deste setor, ficando em segundo e em terceiro lugar respetivamente.

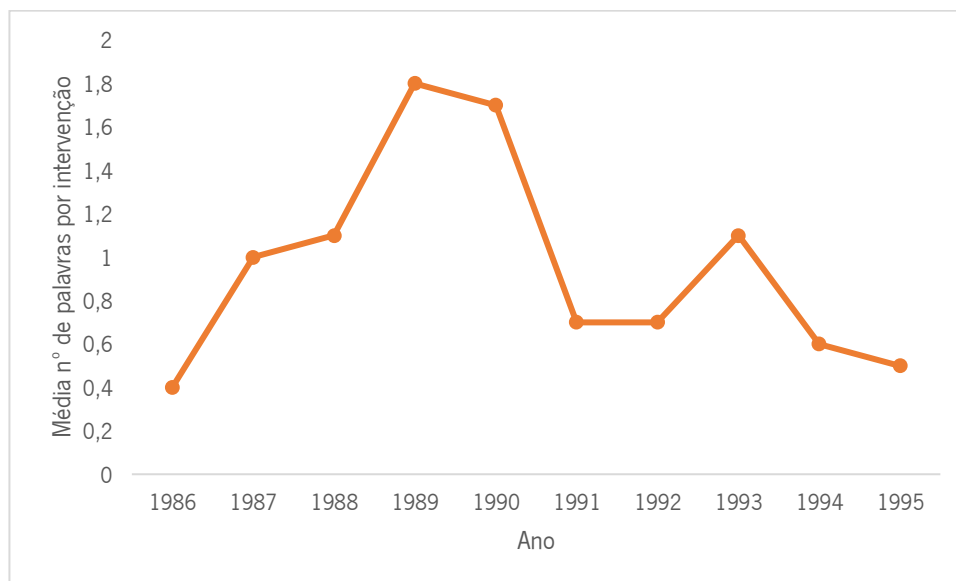
Quase todas estas palavras foram referidas ao longo desta década, excetuando “Accionista(s)” e “Capital(s) de Risco(s)”.

Nenhuma entidade ou acontecimento específicos estiveram relacionados com um número maior de alusões ao setor privado.

Tal como no caso do presidente anterior, Mário Soares mencionou mais o setor privado, a nível absoluto, que o setor cooperativo. No entanto, e ao contrário do antecessor, a diferença não foi tão drástica. Se no antecessor o privado foi mencionado quase o triplo das vezes que a Economia Social, este presidente mencionou-o apenas 0,5 vezes mais.

Se a nível absoluto a diferença não foi tão drástica, como fica a nível relativo? Essa resposta pode ser obtida com o auxílio do próximo gráfico:

Gráfico 19 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor privado nos anos da presidência de Mário Soares (arredondada às décimas)



Como se pode ver, o setor privado obteve citações próximas da uma por intervenção em quase todos os anos do mandato de Mário Soares. O único ano em que a quantidade de referências foi inferior a 0,5 por discurso foi 1986, com 0,4 por discurso.

A proporção das referências ao setor privado por discurso foi, no geral, superior da parte de Mário Soares, quando comparado ao primeiro presidente eleito após a revolução. A diferença não foi, contudo, muito significativa.

Algo muito significativo é o facto de a média de menções do setor privado ser semelhante à média de menções à Economia Social, aproximando-se ambas da uma por discurso. Tal pode significar que não só Mário Soares deu maior relevância ao Terceiro Setor nas suas intervenções em relação a Ramalho Eanes, mas também considerou que a relevância deste se situava perto da importância do setor privado. Pequena diferença continua, mesmo assim, a ser diferença e a realidade é que, no total, a média de referências ao setor privado, uma, foi superior à do setor social, que foi 0,7.

Todavia, os resultados da análise do setor de atividade económica restante, podem alterar o peso da balança.

No caso do setor público, os dados obtidos podem ser consultados na tabela que se segue:

Tabela 10 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor público em cada ano da presidência de Mário Soares

Mário Soares	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Total
Setor Público	0	1	1	3	0	2	0	0	0	0	0	7
Estado	72	128	117	160	192	89	112	150	135	123	26	1304
Tributação	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Taxação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imposto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Funcionário Público	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Segurança Social	0	14	0	0	1	1	0	5	5	5	0	31
Telecomunicações	1	0	1	2	2	0	0	1	0	0	0	7
Ponte	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
Estrada	0	0	1	0	2	0	1	0	5	1	0	10
Defesa Nacional	12	0	8	0	11	2	0	0	1	0	0	34
Bem(s) Público(s)	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	3
Nacionalização	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3	0	5
Total	85	144	128	165	210	94	115	156	149	133	26	1405
Nº de intervenções analisadas	32	57	55	71	55	47	41	47	51	42	7	505

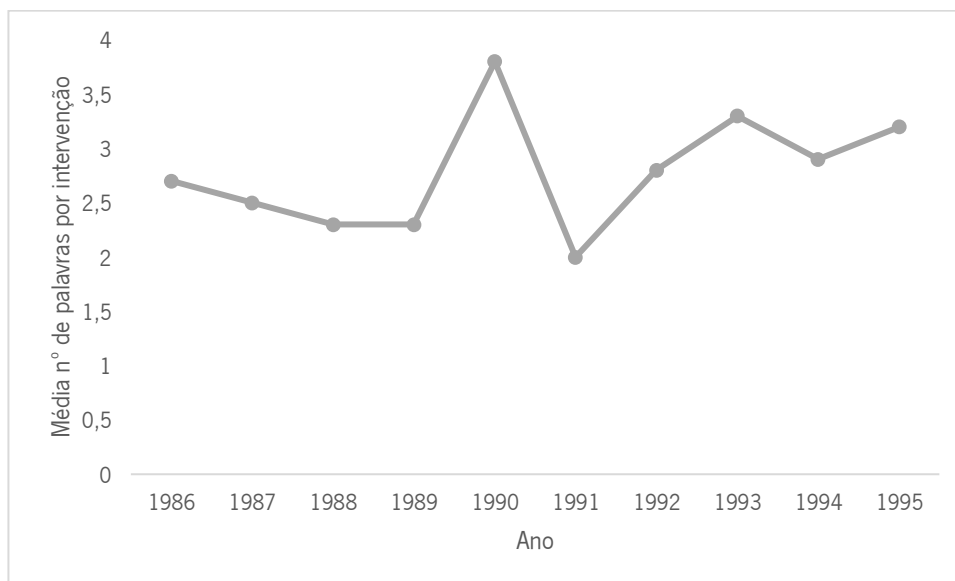
Tal como no caso do anterior presidente, Mário Soares durante a sua presidência deu uma maior preponderância a um só termo relacionado com o setor público. Quase 93% do número total de referências ao setor público estiveram relacionadas com este termo.

“Estado(s)” foi mencionado um total de mil trezentas e quatro vezes ao longo dos dois mandatos. O maior número de contextos em que foi contado, quando comparado com outros conceitos em análise, continua a ser insuficiente para explicar o elevado número de alusões a este único termo. Quando se referem ao setor público, tanto Ramalho Eanes como Mário Soares deram muito mais peso ao conceito “Estado(s)” que a outros conceitos relacionados com este setor. Apesar de também existirem palavras dominantes no caso do setor privado e do setor cooperativo, a verdade é que estes têm uma distribuição mais equitativa de alusões às diversas palavras em análise, tanto no caso deste presidente como no caso do anterior.

Não obstante, o setor público permanece no topo dos setores mais mencionados a nível absoluto, sendo aproximadamente quatro vezes mais mencionado que o setor social e três vezes mais mencionado que o setor privado na década de presidência de Mário Soares.

Em grau relativo parece provável que o setor público tenha mais que uma referência por intervenção. Para verificar se esta suposição é ou não verdadeira pode ser consultado o gráfico baixo:

Gráfico 20 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor público nos anos da presidência de Mário Soares (arredondada às décimas)



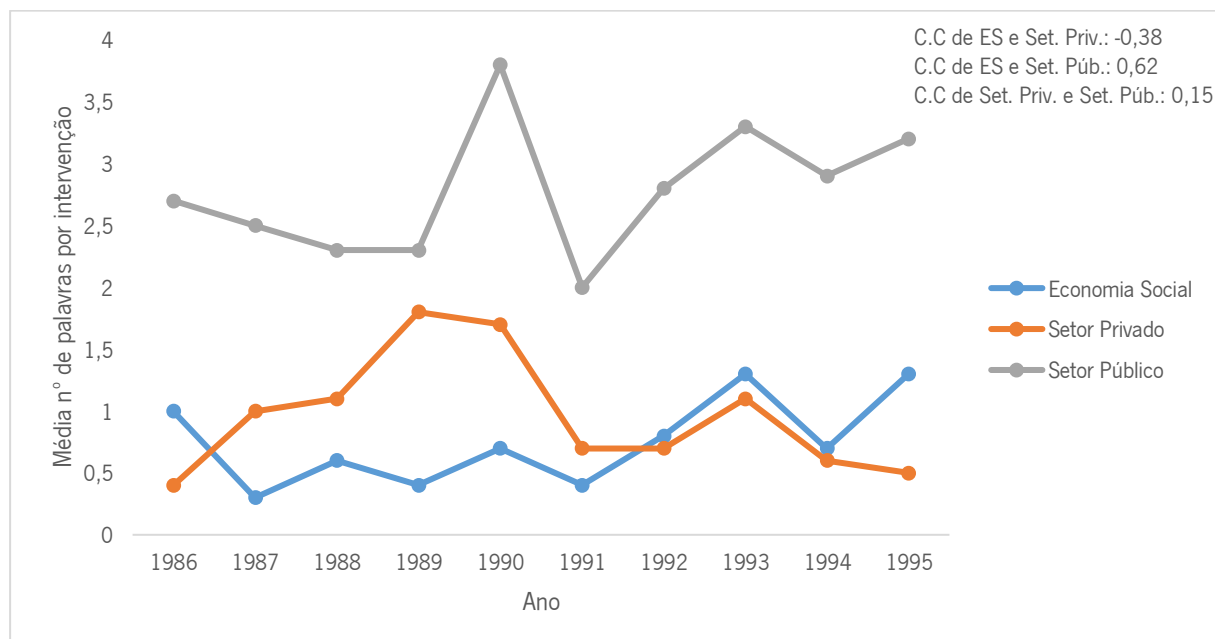
Esta suposição é verdadeira, de acordo com estes dados. Ao longo dos mandatos de Mário Soares, o setor público teve alusões que se situavam entre as duas e as três por discurso na maioria dos anos. Sem dúvida devido à preponderância dada ao conceito “Estado(s)”. As exceções foram os anos de 1990, 1993 e 1995 em que as alusões a este setor foram superiores às três por discurso sendo 3,8, 3,3 e 3,2 respetivamente.

Ao longo dos anos, parece que existiu uma ligeira tendência a aumentar o número de referências ao setor público da parte deste presidente.

Se tanto Ramalho Eanes como Mário Soares mencionaram este setor entre duas a três vezes por discurso que faziam, a realidade é que Mário Soares obteve uma média ligeiramente superior ao primeiro presidente.

Tudo isto parece indicar que Mário Soares deu mais relevância ao setor público, sobre a figura do Estado, que ao setor privado e ao Terceiro Setor. O próximo gráfico auxiliará a perceber esta diferença:

Gráfico 21 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com os três setores de atividade económica nos anos da presidência de Mário Soares (arredondada às décimas)



De acordo com estes dados, Mário Soares valorizou mais o setor público em todos os anos da sua administração, como aconteceu no caso do seu antecessor, corroborando o que foi explicitado no gráfico anterior.

No entanto, e ao contrário de Ramalho Eanes, o setor privado só foi aludido, em média, mais que o setor cooperativo em cinco anos, de 1987 a 1991, inclusive. A Economia Social foi, portanto mais citada, em média, que o privado em 1986 e de 1992 para a frente. No total, o setor privado ainda se sobrepôs ao setor social no caso deste presidente. Contudo a diferença foi menor que no caso do presidente anterior.

Tudo somado estas informações parecem continuar a dar força à possibilidade de que não é dada tanta relevância ao Terceiro Setor como é dada aos outros dois setores de atividade económica. Dois dos cinco presidentes em estudo até agora corroboraram a hipótese.

Mas antes de avançar para o presidente que se seguiu a Mário Soares, seria interessante observar resultados relacionados com uma contagem de conceitos mais genéricos e alguns que podem estar indiretamente relacionados com a Economia Social. A tabela abaixo providencia esses dados:

Tabela 11 - Número de menções de palavras com possibilidade de estarem relacionadas com a Economia Social e outras palavras genéricas em cada ano da presidência de Mário Soares

Mário Soares	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Total
Desporto	3	2	0	5	0	0	1	0	0	0	0	11
Cultura	49	99	88	90	74	62	149	100	72	66	7	856
Lazer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Culto (Religioso)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desemprego/Desempregado	0	10	5	4	0	0	2	6	7	9	3	46
Emprego/Empregado	0	5	1	2	0	1	1	6	10	4	0	30
Inflação	0	2	6	3	0	3	1	1	1	0	0	17
Consumo	0	1	1	0	2	1	0	1	3	0	0	9
Poupança	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Importação	0	0	1	2	1	0	0	1	0	0	0	5
Exportação	0	0	6	3	4	0	2	3	1	0	0	19
Juro(s)	0	1	2	3	1	0	0	1	2	1	0	11
Total	52	120	110	112	82	67	156	119	96	80	10	1004
Nº de intervenções analisadas	32	57	55	71	55	47	41	47	51	42	7	505

Das palavras que poderiam estar indiretamente relacionadas com a Economia Social, “Cultura(s)” foi bastante mais mencionada que as restantes pelo presidente Mário Soares, tal como no antecessor. Contudo, nenhuma destas palavras foi utilizada no contexto do Terceiro Setor, portanto não alteraram a verificação da hipótese. No caso das palavras mais genéricas, “Poupança(s)” não foi mencionada nas intervenções analisadas, “Desemprego(s)” / “Desempregado(s)” e “Emprego(s)” / “Empregado(s)” foram mais citadas que as restantes, que tiveram um número absoluto de referências próximo umas das outras.

6.3. Jorge Sampaio

O terceiro presidente eleito por sufrágio popular após a Revolução dos Cravos, sucedendo a Mário Soares, Jorge Sampaio, esteve na presidência de 1996 a 2006. Foram consultadas um total de mil e oitenta e três intervenções ocorridas entre estes anos. Este presidente tinha disponível mais discursos no site oficial da sua presidência, por isso é que foram consultados tantos.

Quanto ao Terceiro Setor, os resultados alcançados registaram-se na seguinte tabela:

Tabela 12 - Número de menções de palavras relacionadas com a Economia Social em cada ano da presidência de Jorge Sampaio

Jorge Sampaio	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Economia Social	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
IPSS e derivados	1	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	6
Terceiro Setor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Misericórdia	1	1	0	1	0	2	0	0	0	5	0	10
Fundação	17	31	4	9	12	20	12	11	10	12	0	138
Associação e derivados	21	53	35	44	27	42	37	26	48	42	0	375
Mutualidade e derivados	1	0	4	0	0	2	0	0	6	0	0	13
Cooperativa	19	6	0	1	0	2	1	0	0	8	0	37
Sociedade Civil	11	21	14	10	11	15	24	16	18	24	1	165
Voluntário e derivados	0	8	15	7	3	17	5	6	7	3	0	71
Filantropia e derivados	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Setor Social	0	0	2	2	0	0	1	0	0	0	0	5
Setor Cooperativo	6	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	11
Total	81	121	74	75	53	101	81	59	89	103	1	838
Nº de intervenções analisadas	60	125	121	162	84	103	108	98	107	111	4	1083

Os termos mais utilizados foram “Associativismo” e “Associação(s)” com um total de trezentos e setenta e cinco menções ao longo da década. “Sociedade(s) Civil(s)” e “Fundação(s)” completaram o pódio com cento e sessenta e cinco, e cento e trinta e oito alusões respetivamente. Por outro lado, as palavras “Economia(s) Social(s)”, “IPSS”, “Instituições Particulares de Solidariedade Social”, “Instituições de Solidariedade Social”, “Instituições Privadas de Solidariedade Social”, “Terceiro(s) Sector(s)”, “Filantropo(a/os)”, “Filantropia(s)”, “Filantropismo(s)” e “Sector(s) Social(s)” foram referidas, cada uma, menos de dez vezes nas mil e oitenta e três intervenções analisadas.

Ao contrário dos presidentes anteriores, este referiu todos os termos em análise. Provavelmente devido ao número superior de intervenções realizadas.

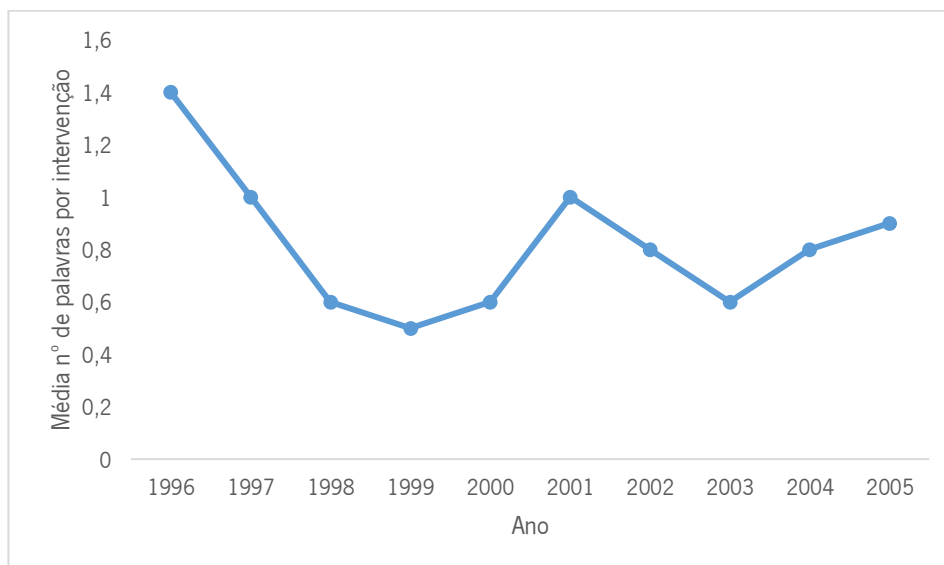
Este presidente não destoou da linha dos anteriores, ao focar-se mais nas associações quando referia o setor social nos seus discursos. Só estas entidades valerem quase metade do número total de alusões a este sector nas suas intervenções, sem especificar muitas vezes uma distinta.

Tal como Mário Soares, quando Jorge Sampaio mencionou fundações, em muitos casos fez alusões à Fundação Calouste Gulbenkian.

“Sociedade(s) Civil(s)” continuou a ser uma palavra bastante utilizada, seguindo a linha de Mário Soares. No caso deste presidente só associação teve mais referências.

A evolução da utilização destes termos ocorreu da seguinte forma:

Gráfico 22 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos da presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas)



Olhando para estes dados consta-se que a Economia Social foi mencionada, em média, aproximadamente uma vez por intervenção nos dois mandatos de Jorge Sampaio. O ano com menor número de menções em média foi 1999, e mesmo este obteve 0,5.

Portanto, com Jorge Sampaio foi obtida uma média próxima da uma por discurso, tal como Mário Soares, apesar da média de Sampaio se situar ligeiramente acima da de Mário Soares. Ideologicamente, ambos estes presidentes situavam-se à esquerda do espectro político e de Ramalho Eanes. Até agora parece haver indicação de que presidentes mais à esquerda mencionam o Terceiro Setor mais vezes. Todavia, os próximos presidentes têm uma posição mais à direita, logo podem alterar esta suposição.

Dados de outros indicadores, obtidos do INE, que podem estar conectados a referências ao setor cooperativo nos anos de presidência de Jorge Sampaio estão presentes nos três próximos gráficos:

Gráfico 23 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de desemprego no mesmo período (arredondada às décimas)

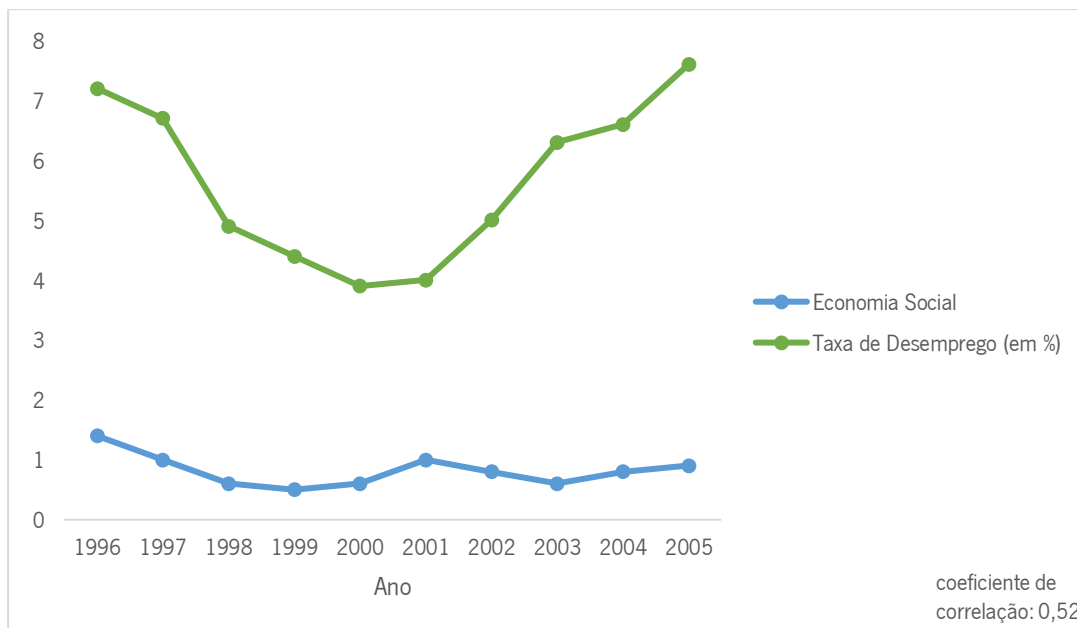


Gráfico 24 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas) em comparação com o PIB per capita a preços constantes de base 2016 no mesmo período (arredondado às décimas)

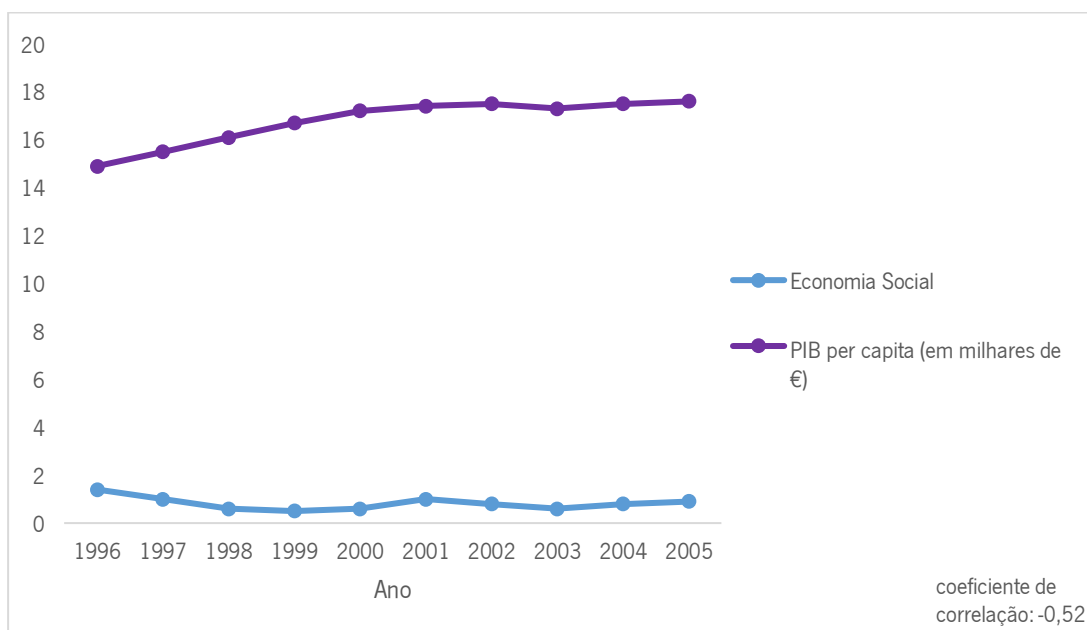
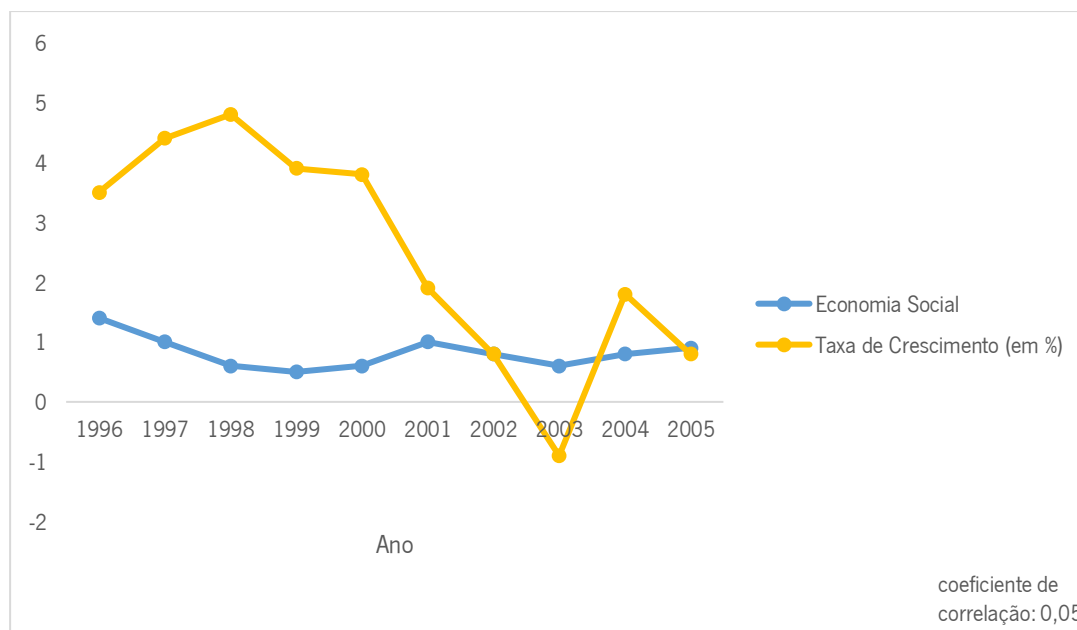


Gráfico 25 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de crescimento real do PIB a preços constantes no mesmo período (arredondado às décimas)



No que diz respeito à taxa de desemprego, variações da média de palavras relacionadas com o Terceiro Setor coincidiram com o mesmo tipo de variações da taxa de desemprego em todos os anos, excetuando 2000, 2002 e 2003. Ademais, o coeficiente de correlação entre estas duas variáveis é 0,52 (arredondado às centésimas).

Logo, em Jorge Sampaio, referências ao Terceiro Setor nas suas intervenções podem ter estado diretamente relacionadas com o desemprego.

No PIB *per capita*, apesar de alterações da média de termos relativos à Economia Social não terem coincidido com o tipo contrário de variações em tantos anos quanto o desemprego, o coeficiente de correlação com o setor social é -0,52 (arredondado às centésimas).

Tal pode indicar que, neste Presidente, ocorreu uma relação inversa entre alusões ao Terceiro Setor e este indicador económico.

Na taxa de crescimento, alterações da média de termos relativos à Economia Social não coincidiram com o tipo contrário de variações em muitos anos. O coeficiente de correlação aqui é 0,05 (arredondado às centésimas).

Isto parece indicar que, relativamente a Jorge Sampaio, menções ao setor social não estiveram particularmente relacionadas com a taxa de crescimento.

Quando se fala no setor privado, os números obtidos podem ser observados na próxima tabela:

Tabela 13 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor privado em cada ano da presidência de Jorge Sampaio

Jorge Sampaio	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Setor Privado	1	3	1	3	0	3	2	0	0	2	0	15
Investimento	13	24	31	43	36	78	64	60	85	66	0	500
Investidor	1	4	0	6	2	6	5	3	4	7	0	38
Empresa	22	79	46	61	49	81	69	72	84	101	0	664
Acionista	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	3
Mercado	19	90	67	50	42	77	92	72	92	76	0	677
Iniciativa Privada	0	0	3	1	0	9	1	0	0	2	0	16
Lucro	1	4	0	0	2	2	6	0	0	2	0	17
Negócio	0	1	0	2	2	7	11	6	9	11	0	49
Capital de Risco	0	0	0	0	0	1	1	0	0	12	0	14
Liberalização	1	2	2	8	2	3	2	2	2	7	0	31
Privatização	1	0	0	1	0	1	2	7	1	3	0	16
Multinacional (Companhia)	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
Total	59	207	150	175	135	269	255	224	279	289	0	2042
Nº de intervenções analisadas	60	125	121	162	84	103	108	98	107	111	4	1083

O conceito com maior número de menções foi “Mercado(s)”, correspondente a quase um terço da quantidade total de menções. Os termos “Empresa(s)” e “Investimento(s)” também obtiveram uma porção significativa das menções totais deste setor, ficando em segundo e em terceiro lugar respetivamente. No caso de “Empresa(s)” muito próximo de “Mercado(s)”.

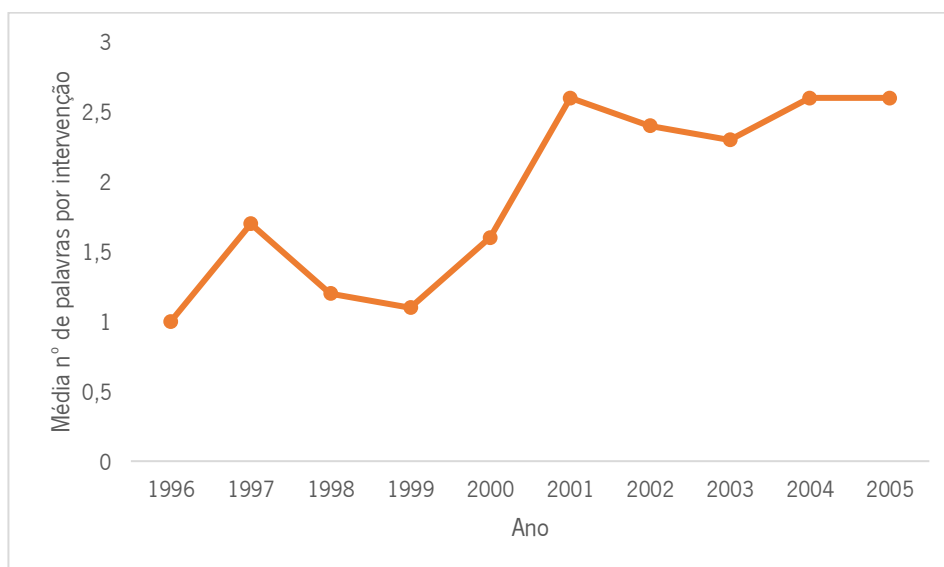
Todas estas palavras foram referidas ao longo desta década, mesmo que “Accionista(s)” e “Multinacional(s)” tenham tido um número pequeno de citações.

Nenhuma entidade ou acontecimento específicos estiveram relacionados com um número significativamente maior de alusões ao setor privado.

Tal como nos casos anteriores, Jorge Sampaio mencionou mais o setor privado, a nível absoluto, que o setor cooperativo. Ao contrário do antecessor, a diferença foi maior. Se no antecessor o privado foi mencionado 0,5 vezes mais, Jorge Sampaio mencionou-o o dobro das vezes.

A nível relativo, os números obtidos para o setor privado foram os que estão abaixo:

Gráfico 26 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor privado nos anos da presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas)



Como se pode observar, a média de menções por discurso do setor privado encontra-se entre a uma e as três por intervenção para Jorge Sampaio. A variação da média de ano para ano foi superior no caso deste Presidente quando comparado com os outros.

Proporcionalmente falando, Jorge Sampaio mencionou o setor privado mais vezes que ambos os presidentes anteriores.

Ao contrário de Mário Soares, a relevância que foi dada por Jorge Sampaio ao Terceiro Setor não se situou tão perto da relevância dada ao setor privado, com a exceção do ano 1996. Jorge Sampaio deu, por isso maior importância ao setor privado que ao setor social.

Apesar de tudo, ainda falta analisar um setor de atividade para Jorge Sampaio, que pode trazer algumas mudanças ao paradigma.

No que diz respeito ao setor público, os resultados da análise foram descritos na seguinte tabela:

Tabela 14 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor público em cada ano da presidência de Jorge Sampaio

Jorge Sampaio	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Setor Público	3	3	3	1	0	5	1	3	1	5	0	25
Estado	162	367	369	327	236	278	452	414	346	324	16	3291
Tributação	0	0	2	0	0	1	0	0	1	1	0	5
Taxação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imposto	0	0	1	1	0	7	4	2	1	10	0	26
Funcionário Público	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	0	5
Segurança Social	6	11	9	8	2	2	3	5	3	9	0	58
Telecomunicações	0	1	2	0	3	3	4	1	1	10	0	25
Ponte	0	0	6	2	0	0	0	2	0	0	0	10
Estrada	0	0	7	3	0	4	1	7	2	1	0	25
Defesa Nacional	15	5	4	1	0	29	12	14	5	3	0	88
Bem(s) Público(s)	0	0	1	0	4	1	1	1	4	12	0	24
Nacionalização	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2
Total	186	387	404	344	245	330	478	449	365	380	16	3584
Nº de intervenções analisadas	60	125	121	162	84	103	108	98	107	111	4	1083

Tal como nos anteriores presidentes, Jorge Sampaio durante a sua presidência deu uma maior preponderância a um só termo relacionado com o setor público. Quase 92% do número total de referências ao setor público estiveram relacionadas com este termo.

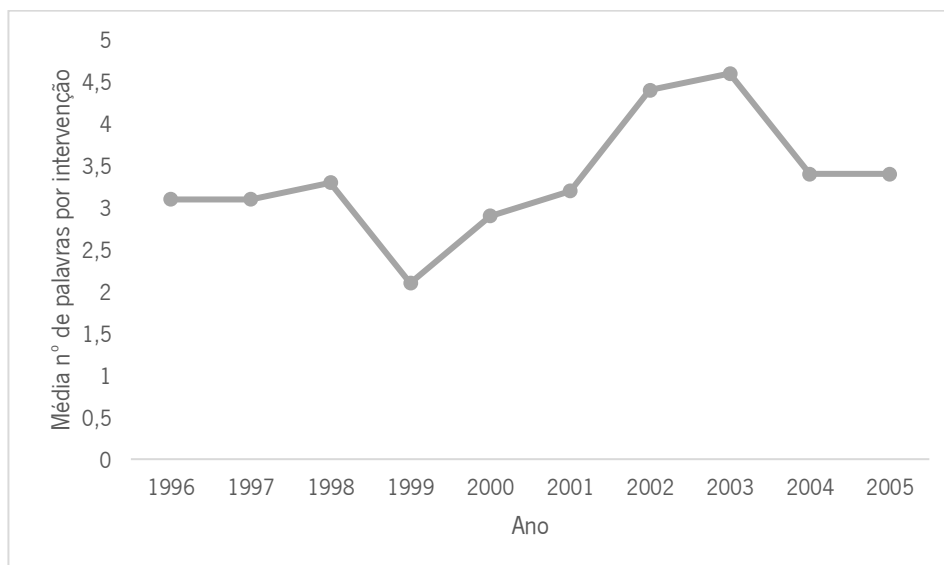
“Estado(s)” foi mencionado um total de três mil duzentas e noventa e uma vezes ao longo dos dois mandatos. O maior número de contextos em que foi contado, quando comparado com outros conceitos em análise, continua a ser insuficiente para explicar o elevado número de alusões a este único termo.

Quando se referem ao setor público, estes três presidentes deram muito mais peso ao conceito “Estado(s)” que a outros conceitos relacionados com este setor. Apesar de também existirem palavras dominantes no caso do setor privado e do Terceiro Setor, a verdade é que estes têm uma distribuição mais equitativa de alusões às diversas palavras em análise.

Não obstante, o setor público permanece no topo dos setores mais mencionados a nível absoluto, sendo aproximadamente quatro vezes mais mencionado que o setor social e quase duas vezes mais mencionado que o setor privado na década de presidência de Jorge Sampaio.

Os desenvolvimentos das referências ao setor público nos mandatos de Jorge Sampaio podem ser vistos abaixo:

Gráfico 27 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor público nos anos da presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas)



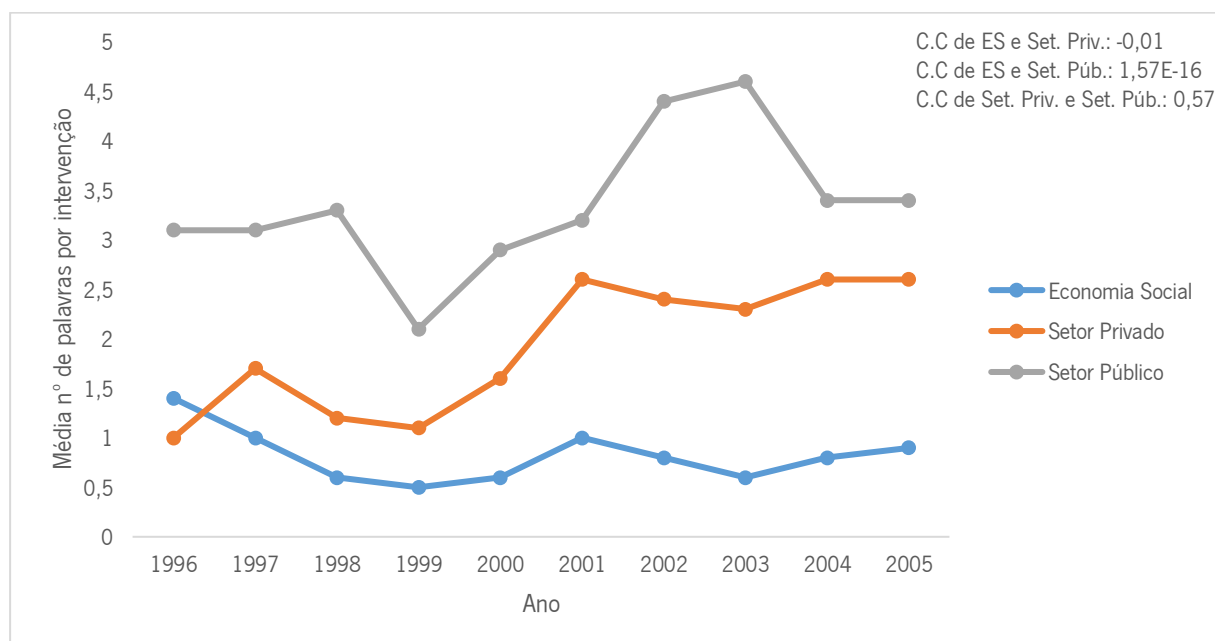
Na década de presidência de Jorge Sampaio, o setor público teve alusões que se situavam entre as três e as cinco por discurso na maioria dos anos. Sem dúvida devido à preponderância dada ao conceito “Estado(s)”. As exceções foram os anos de 1999 e 2000 em que as alusões a este setor foram inferiores às três por discurso sendo 2,1 e 2,9 respetivamente.

Ao longo dos anos, parece que existiu uma ligeira tendência a aumentar o número de referências ao setor público da parte deste presidente, excetuando os anos especificados.

Por discurso, Jorge Sampaio citou o setor público uma quantidade de vezes superior aos presidentes que o antecederam.

Tudo isto parece indicar que Jorge Sampaio deu mais importância ao setor público, sobre a figura do Estado, que ao setor privado e à Economia Social. O seguinte gráfico ajudará a perceber as diferenças:

Gráfico 28 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com os três setores de atividade económica nos anos da presidência de Jorge Sampaio (arredondada às décimas)



De acordo com estes dados, Jorge Sampaio valorizou mais o setor público em todos os anos da sua administração, como aconteceu no caso dos seus antecessores, corroborando o que foi explicitado no gráfico anterior.

Ao contrário de Mário Soares, o Terceiro Setor só foi aludido, em média, mais que o setor privado em um ano, 1996. Nos restantes anos, este último foi constantemente mais mencionado que o primeiro.

Tudo adicionado, estas informações parecem continuar a dar força à possibilidade de que não é dada tanta relevância ao Terceiro Setor como é dada os outros dois setores de atividade económica. Três dos cinco presidentes em estudo até agora corroboraram a hipótese.

Mas antes de avançar para o presidente seguinte, seria interessante observar resultados relacionados com uma contagem de conceitos mais genéricos e alguns que podem estar indiretamente relacionados com a Economia Social. A próxima tabela contém esses dados:

Tabela 15 - Número de menções de palavras com possibilidade de estarem relacionadas com a Economia Social e outras palavras genéricas em cada ano da presidência de Jorge Sampaio

Jorge Sampaio	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Desporto	0	8	1	2	0	0	2	2	4	3	0	22
Cultura	77	157	236	194	97	144	131	108	108	118	6	1376
Lazer	1	3	1	2	0	0	0	0	4	2	0	13
Culto (Religioso)	0	1	0	1	0	1	2	1	3	0	0	9
Ação Social	0	1	5	3	1	3	1	3	1	0	0	18
Desemprego/Desempregado	14	53	37	11	19	4	5	9	33	15	0	200
Emprego/Empregado	24	93	42	19	53	10	13	18	36	37	1	346
Inflação	0	3	0	0	0	4	3	0	0	1	0	11
Consumo	8	19	9	7	14	6	7	5	6	5	0	86
Poupança	1	1	1	0	0	3	0	1	1	4	0	12
Importação	0	0	0	0	1	8	1	1	7	1	0	19
Exportação	0	0	1	4	2	16	8	4	15	12	0	62
Juro(s)	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	3
Total	125	339	333	243	188	201	173	152	218	198	7	2177
Nº de intervenções analisadas	60	125	121	162	84	103	108	98	107	111	4	1083

Das palavras que poderiam estar indiretamente relacionadas com a Economia Social, “Cultura(s)” foi bastante mais mencionada que as restantes pelo presidente Jorge Sampaio, do mesmo modo que os antecessores. Contudo, quase nenhuma destas palavras foi utilizada no contexto do setor social, portanto não alteraram a verificação da hipótese. No caso das palavras mais genéricas, “Juro(s)” foi aquela com menor número de citações nas mil e oitenta e três intervenções analisadas, “Desemprego(s)” / “Desempregado(s)” e “Emprego(s)” / “Empregado(s)” foram significativamente mais citadas que as restantes, que tiveram um número absoluto de referências próximo umas das outras, com a exceção de “Consumo(s)” e “Exportação(s)”.

6.4. Aníbal Cavaco Silva

Aníbal Cavaco Silva foi eleito presidente em 2006 sucedendo, assim, a Jorge Sampaio e tornando-se o quarto presidente eleito pela população após o 25 de abril. Foram vistas seiscentas e cinquenta e sete intervenções ocorridas entre 2006 e 2016.

Em relação ao Terceiro Setor, o número absoluto de citações de vocábulos relacionados com este, encontram-se nesta tabela:

Tabela 16 - Número de menções de palavras relacionadas com a Economia Social em cada ano da presidência de Cavaco Silva

Cavaco Silva	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Economia Social	0	1	1	0	0	0	0	6	1	0	0	9
IPSS e derivados	2	0	3	4	2	2	2	1	1	0	0	17
Terceiro Setor	0	0	1	0	0	0	0	4	1	0	0	6
Misericórdia	7	6	0	1	1	11	0	19	15	0	0	60
Fundação	31	19	19	37	7	17	9	8	19	21	0	187
Associação e derivados	21	28	29	20	30	12	9	14	7	16	8	194
Mutualidade e derivados	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Cooperativa	1	14	0	0	1	0	0	0	1	0	0	17
Sociedade Civil	21	21	10	11	19	8	10	11	6	10	1	128
Voluntário e derivados	8	12	29	7	12	9	3	11	3	7	1	102
Filantropia e derivados	4	3	0	0	0	2	0	0	0	0	0	9
Setor Social	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	4
Setor Cooperativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	95	104	93	80	72	61	34	76	55	54	10	734
Nº de intervenções analisadas	41	69	75	72	87	57	64	58	64	60	10	657

Os termos mais utilizados foram “Associativismo” e “Associação(s)” com um total de cento e noventa e quatro menções ao longo da década. “Fundação(s)” e “Sociedade(s) Civil(s)” completaram o pódio com cento e oitenta e sete, e cento e vinte e oito alusões respetivamente, seguindo de perto os termos “Associativismo” e “Associação(s)”, portanto.

Por outro lado, as palavras “Economia(s) Social(s)”, “IPSS”, “Instituições Particulares de Solidariedade Social”, “Instituições de Solidariedade Social”, “Instituições Privadas de Solidariedade Social”, “Terceiro(s) Sector(s)”, “Filantropo(a/os)”, “Filantropia(s)”, “Filantropismo(s)” e “Sector(s) Social(s)” / “Setor(s) Social(s)” foram referidas, cada uma, menos de dezoito vezes nas seiscentas e cinquenta e sete intervenções analisadas.

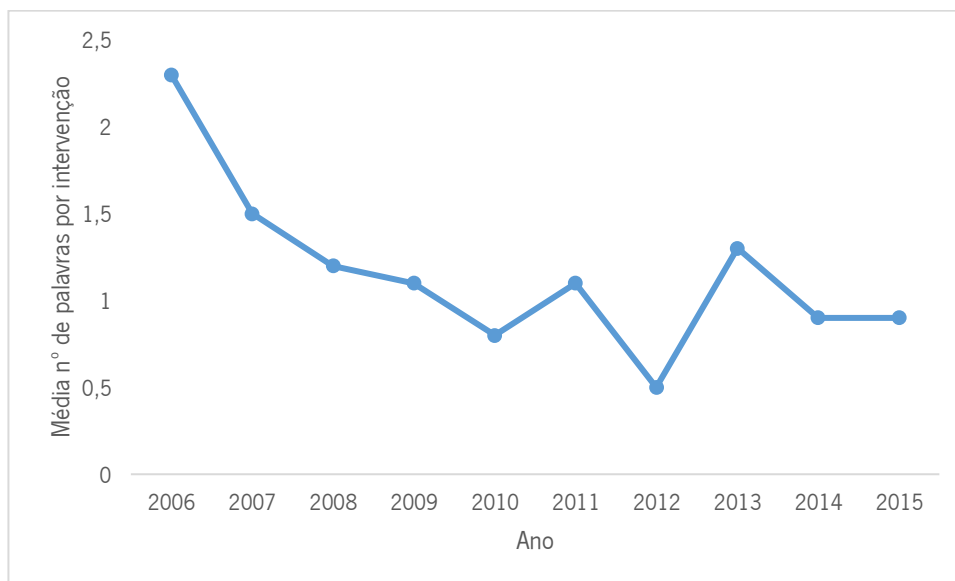
Os termos “Sector(s) Cooperativo(s)” / “Setor(s) Cooperativo(s)” não foram referidos ao longo destes dois mandatos.

Este presidente não destoou da linha dos anteriores, ao focar-se mais nas associações quando referia o setor social nos seus discursos. Todavia, e ao contrário dos presidentes anteriores, Cavaco Silva referiu de forma mais equitativa os diversos termos em análise

Tal como Mário Soares e Jorge Sampaio, quando Cavaco Silva mencionou fundações, em muitos casos fez alusões à Fundação Calouste Gulbenkian. Também referiu a Fundação Champalimaud uma quantidade elevada de vezes.

A evolução da utilização destes termos ocorreu da seguinte forma:

Gráfico 29 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos da presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas)



Olhando para estes dados consta-se que a Economia Social foi mencionada, em média, aproximadamente uma vez por intervenção nos dois mandatos de Cavaco Silva. As exceções foram os anos 2006 e 2007, com 2,3 e 1,5 menções por discurso. Próximas das duas por discurso, portanto.

Por conseguinte, com Cavaco Silva foi obtida uma média próxima da uma por discurso, tal como Mário Soares e Jorge Sampaio e acima de Ramalho Eanes, apesar da média do quarto presidente eleito se situar ligeiramente acima da de Jorge Sampaio. Ideologicamente, este presidente situava-se à direita do espectro político. Como mencionou o setor social proporcionalmente mais que os presidentes anteriores que não se situavam à direita, está deitada por terra a suposição que a ideologia política tem influência significativa no número de referências ao setor cooperativo. Ao próximo presidente só foram analisados quatro anos, logo não deverá alterar esta conclusão.

Números, obtidos do INE, de outras variáveis que podem estar interligadas a citações ao setor social nos anos de presidência de Aníbal Cavaco Silva encontram-se nos três gráficos abaixo:

Gráfico 30 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de desemprego no mesmo período (arredondada às décimas)

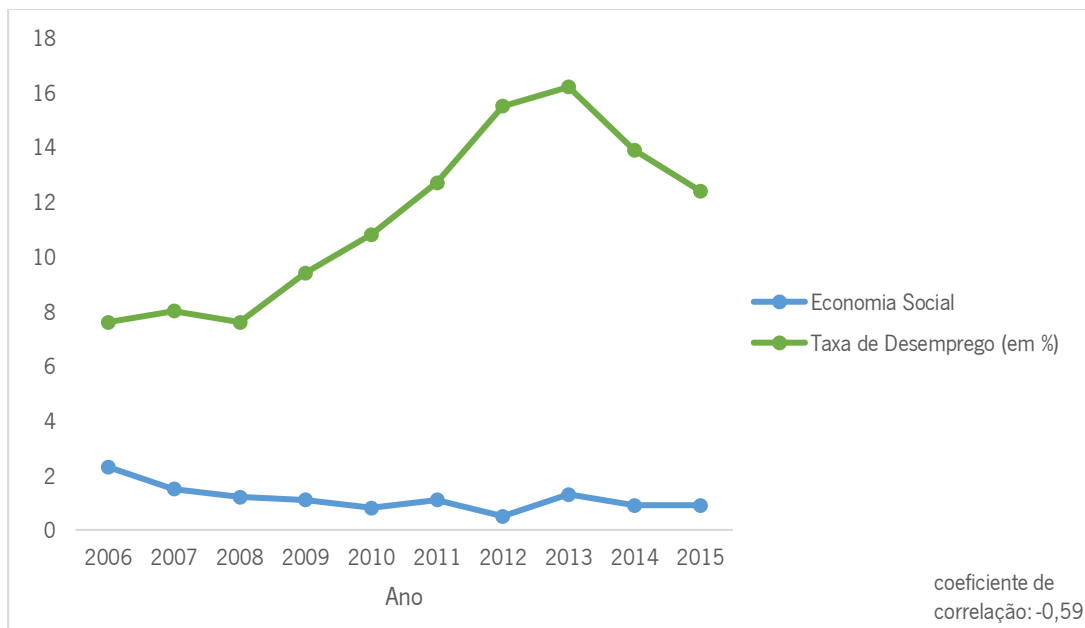


Gráfico 31 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas) em comparação com o PIB per capita a preços constantes de base 2016 no mesmo período (arredondado às décimas)

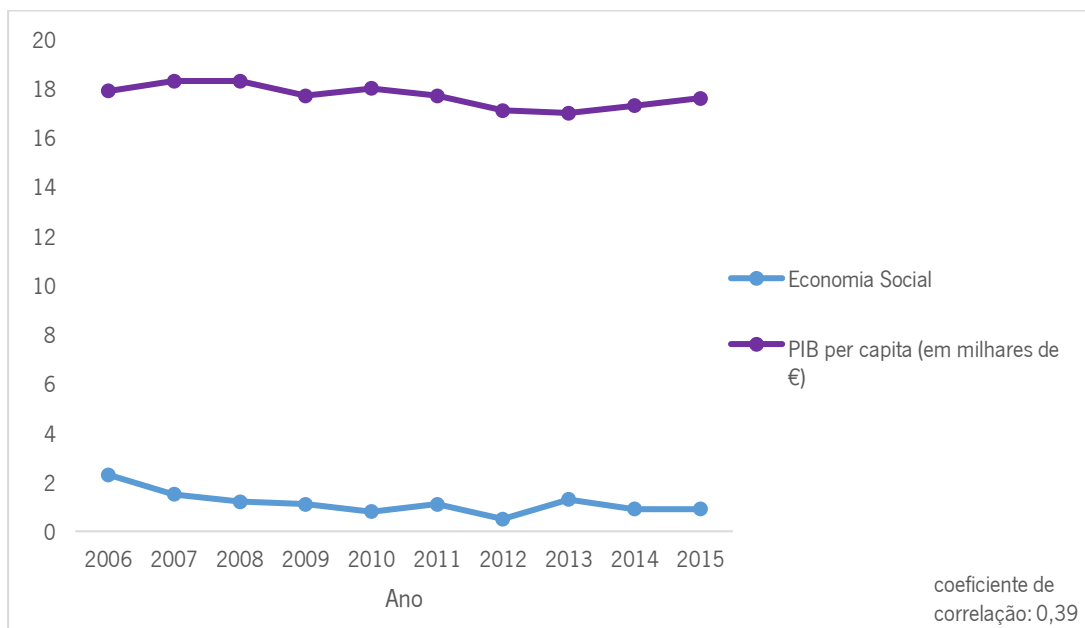
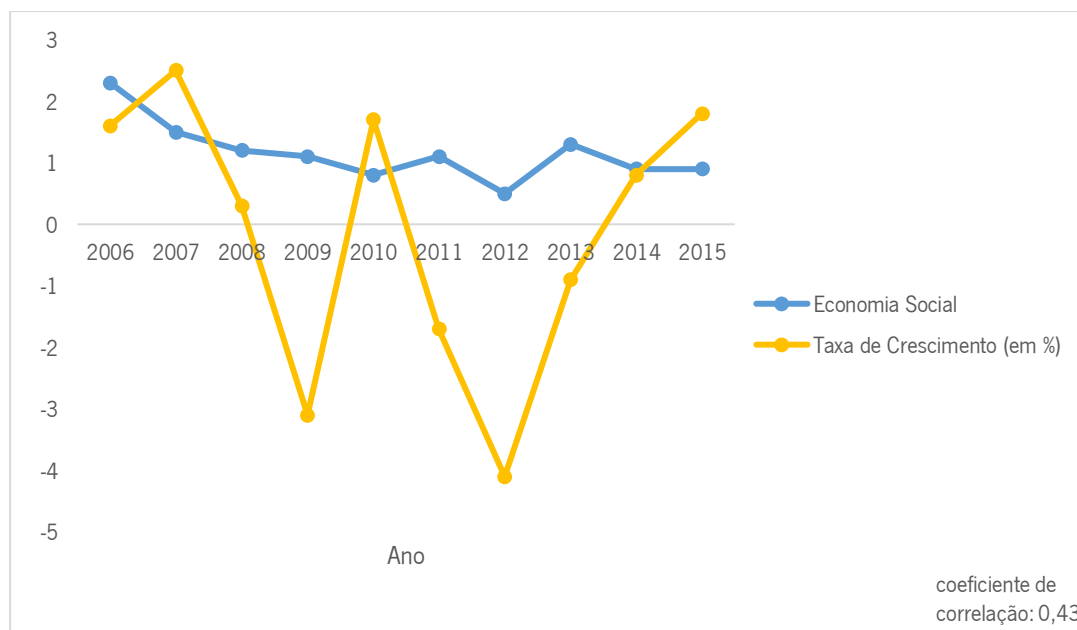


Gráfico 32 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de crescimento real do PIB a preços constantes no mesmo período (arredondado às décimas)



Da mesma maneira que Mário Soares, e ao contrário de Jorge Sampaio e Ramalho Eanes, nenhuma das variáveis em questão obteve alterações anuais dos números que coincidiram com o tipo de variação procurado em pelo menos dois terços dos anos. O fator que se aproximou mais desse limiar foi o PIB *per capita* com cinco anos em que esta situação ocorreu, nomeadamente 2007, 2010, 2011, 2013 e 2014.

No que diz respeito ao coeficiente de correlação, em Cavaco Silva, nem a taxa de crescimento, nem o PIB *per capita* ultrapassam o limiar pretendido (-0,5 nas duas) para se considerar que existe a relação procurada entre estas e a Economia Social. Este coeficiente é, respetivamente, 0,43 e 0,39 (ambos arredondados às centésimas).

Tal situação indica que, no que diz respeito a Aníbal Cavaco Silva, as referências à Economia Social não estiveram particularmente relacionadas com o PIB *per capita* nem com o ritmo de crescimento económico.

Já na taxa de desemprego, o coeficiente de correlação é -0,59 (arredondado às centésimas), sugerindo que existiu uma relação inversa entre esta estatística económica e as enunciações ao Terceiro Setor. O contrário da possibilidade avançada num capítulo anterior desta investigação, portanto.

Quando se fala no setor privado, os números obtidos podem ser observados na próxima tabela:

Tabela 17 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor privado em cada ano da presidência de Cavaco Silva

Cavaco Silva	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Setor Privado	1	1	1	1	5	1	0	0	1	0	0	11
Investimento	36	50	46	47	59	50	95	91	80	67	8	629
Investidor	7	5	3	7	13	9	8	16	12	17	1	98
Empresa	84	161	93	102	144	75	95	144	137	146	3	1184
Acionista	0	1	1	1	1	2	0	1	0	1	0	8
Mercado	38	94	53	67	96	61	49	99	111	88	8	764
Iniciativa Privada	0	0	0	2	3	5	1	2	2	1	0	16
Lucro	1	0	0	2	1	1	1	0	0	0	0	6
Negócio	7	11	10	14	30	8	20	17	11	21	1	150
Capital de Risco	1	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	5
Liberalização	0	4	1	2	0	0	0	0	1	2	0	10
Privatização	0	0	0	1	0	1	0	3	1	0	0	6
Multinacional (Companhia)	0	3	0	0	0	0	1	3	1	3	0	11
Total	175	331	208	246	352	216	270	376	357	346	21	2898
Nº de intervenções analisadas	41	69	75	72	87	57	64	58	64	60	10	657

O conceito com maior número de menções foi “Empresa(s)”, correspondente a quase dois quintos da quantidade total de menções ao setor privado. Os termos “Mercado(s)” e “Investimento(s)” também obtiveram uma porção significativa das menções totais deste setor, ficando em segundo e em terceiro lugar respetivamente. Estas posições destoam das posições dos anteriores presidentes, em que Mercado tinha sido o termo mais citado.

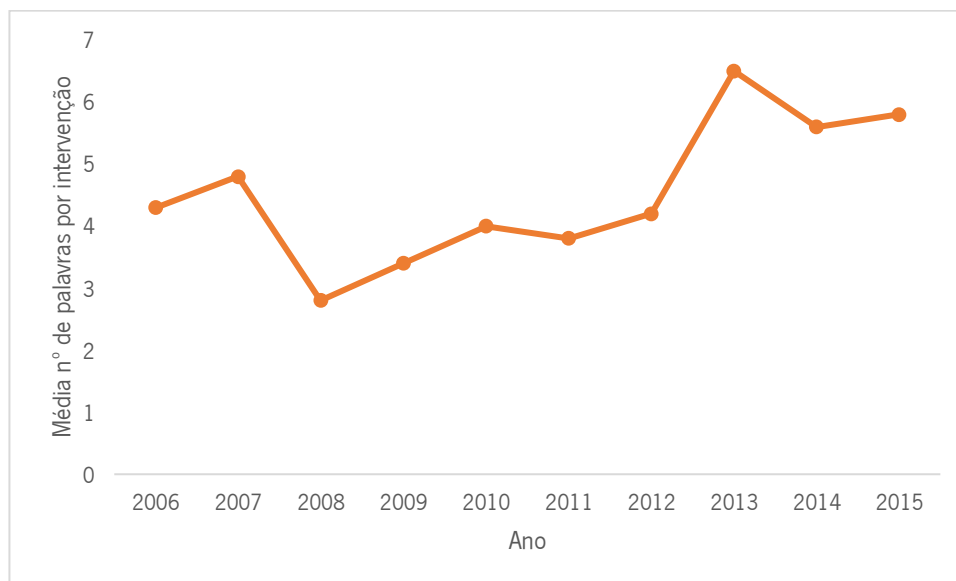
Todas estas palavras foram referidas ao longo desta década, mesmo que “Accionista(s)” / “Acionista(s)”, “Lucro(s)”, “Capital(s) de Risco(s)” e “Privatização(s)” tenham tido um número de citações inferior a dez.

Nenhuma entidade ou acontecimento específicos estiveram relacionados com um número significativamente maior de alusões ao setor privado.

Tal como nos casos anteriores, Cavaco Silva mencionou mais o setor privado, a nível absoluto, que o setor cooperativo. Tal como em Jorge Sampaio, a diferença foi significativa, sendo até superior a este último. Se no antecessor o privado foi mencionado duas vezes mais, Cavaco Silva mencionou-o o quádruplo das vezes. Foi até o presidente com maior número de menções ao setor privado, de maneira absoluta. E de maneira relativa?

A nível relativo, os números obtidos para o setor privado foram os que estão abaixo:

Gráfico 33 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor privado nos anos da presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas)



Em média, a quantidade de referências ao setor privado por discurso variou bastante ao longo da década de presidência de Cavaco Silva, pelo menos quando comparado com os antecessores. Na maioria dos anos, este setor foi referido, aproximadamente, entre quatro a seis vezes por intervenção. As exceções ocorreram nos anos de 2008, 2009 e 2013. Os dois primeiros obtiveram uma média inferior, de 2,8 e 3,4 respetivamente. Em 2013 alcançou-se uma média superior, de 6,5 referências por discurso.

Percebe-se que o setor privado não só foi mais citado em termos absolutos, como também proporcionalmente, quando comparado com a Economia Social.

Parece que o presidente Cavaco Silva mencionou mais o setor privado, tanto a nível absoluto, como a relativo, que todos os seus antecessores. Apesar de nesta investigação só se pretender registar a posição política de cada presidente para perceber se esta se relaciona ou não com a importância dada ao Terceiro Setor por cada um deles, não deixa de ser curioso, e algo expectável, que o presidente mais à direita até ao momento tenha sido o que referiu mais o setor privado.

Ainda falta verificar um setor de atividade económica, cujos dados podem alterar ou reforçar o que se tem visto até agora.

Os números absolutos das palavras relacionadas com o setor público podem ser consultados nesta tabela:

Tabela 18 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor público em cada ano da presidência de Cavaco Silva

Cavaco Silva	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Setor Público	3	0	1	2	3	2	1	1	1	0	0	14
Estado	99	148	187	119	168	158	107	160	123	153	27	1449
Tributação	0	0	0	0	0	0	1	0	6	1	0	8
Taxação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imposto	0	0	2	0	2	0	0	4	1	2	0	11
Funcionário Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segurança Social	2	2	1	1	1	0	0	1	0	2	0	10
Telecomunicações	0	3	1	2	2	3	4	3	3	4	0	25
Ponte	0	0	1	0	1	1	3	1	0	0	0	7
Estrada	2	1	0	0	5	1	0	1	2	0	0	12
Defesa Nacional	1	1	5	9	1	1	1	1	2	3	3	28
Bem(s) Público(s)	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	4
Nacionalização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	107	155	198	135	183	168	117	172	138	165	30	1568
Nº de intervenções analisadas	41	69	75	72	87	57	64	58	64	60	10	657

Da mesma maneira que os seus antecessores, Cavaco Silva durante a sua presidência deu uma maior preponderância a uma só palavra relacionada com o setor público. Quase 92% do número total de referências ao setor público estiveram relacionadas com este termo.

“Estado(s)” foi mencionado um total de mil quatrocentas e quarenta e nove vezes ao longo dos dois mandatos. O maior número de contextos em que foi contada, quando comparado com outros conceitos em análise, continua a ser insuficiente para explicar o elevado número de alusões a esta única palavra.

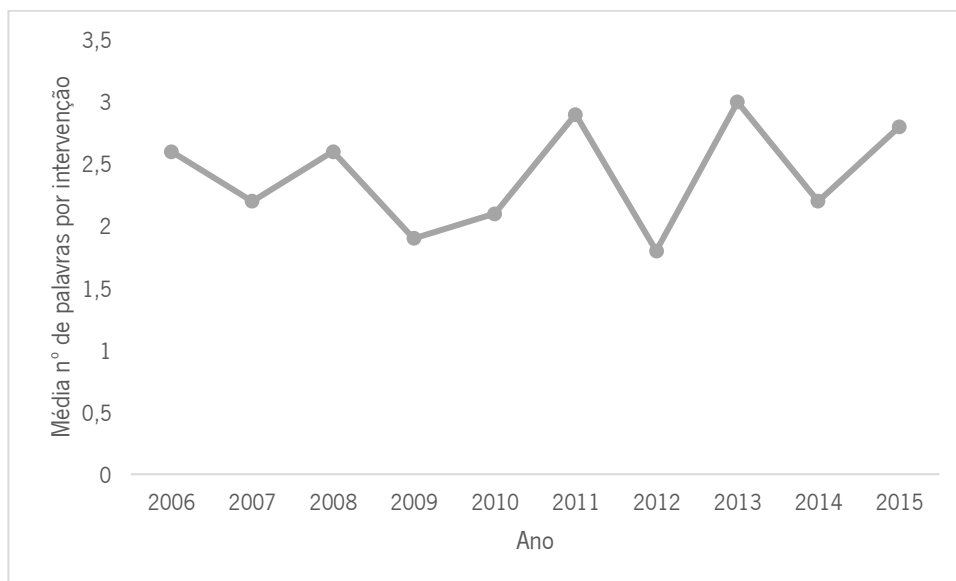
Em sentido inverso, “Taxação(s)”, “Funcionário(s) Público(s)” e “Nacionalização(s)” não foram mencionados de todo por Cavaco Silva.

Quando se referem ao setor público, estes quatro presidentes deram muito mais peso ao conceito “Estado(s)” que a outros conceitos relacionados com este setor. Em Cavaco Silva, os outros dois setores possuem uma distribuição mais equitativa de menções, o que faz com que este setor destoe da norma deste presidente.

Todavia, e ao contrário dos três presidentes anteriores, o setor público não permanece no topo dos setores mais mencionados a nível absoluto, pois o setor privado foi aproximadamente quatro vezes mais mencionado que o setor social e quase duas vezes mais mencionado que o setor público no decorrer dos dois mandatos de Cavaco Silva.

Isto também aconteceu a nível proporcional? O próximo gráfico traz as seguintes respostas:

Gráfico 34 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor público nos anos da presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas)

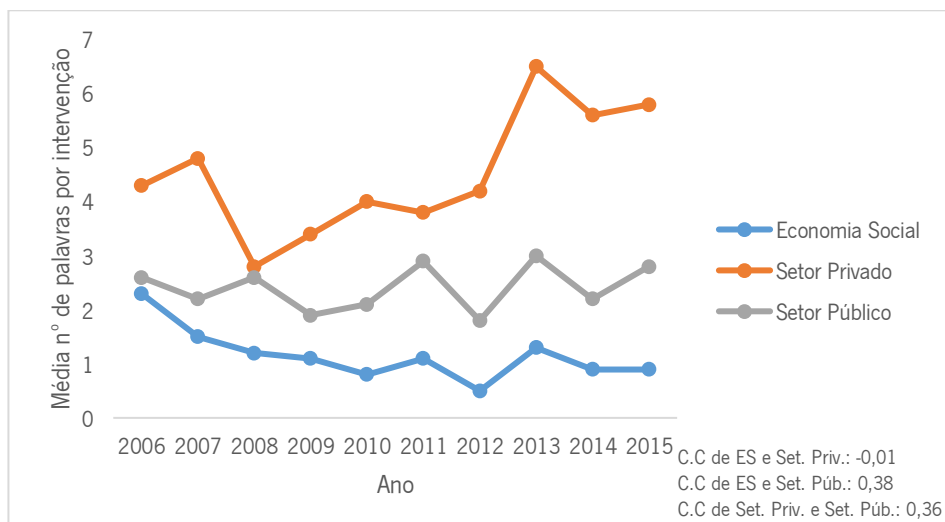


Na década de presidência de Cavaco Silva, o setor público teve alusões que se situavam entre as duas e as três por discurso na maioria dos anos. Sem dúvida devido à preponderância dada ao conceito “Estado(s)”. É notável a consistência de alusões ao público feitas por Cavaco Silva, sendo que o único comparável foi Ramalho Eanes.

Por discurso, Cavaco Silva citou o setor público uma quantidade de vezes inferior a Jorge Sampaio e Mário Soares.

Estes dados parecem indicar que Cavaco Silva deu mais importância ao setor público, sobre a figura do Estado, que à Economia Social, mas menos que ao setor privado. O seguinte gráfico ajudará a perceber as diferenças:

Gráfico 35 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com os três setores de atividade económica nos anos da presidência de Cavaco Silva (arredondada às décimas)



De acordo com estes dados, Cavaco Silva valorizou mais o setor privado em todos os anos da sua administração, ao contrário do que aconteceu com os seus antecessores, confirmando o que foi explicitado no gráfico anterior.

O setor cooperativo foi sempre aludido menos, em média, que os restantes setores.

Até o setor público, destoando da linha traçada pelos três presidentes anteriores, teve um número de menções por intervenção inferior a outro setor de atividade, o privado.

Não obstante, este trabalho pretende elucidar a importância dada ao Terceiro Setor, não a importância dada aos outros setores e nisso, estas informações continuam a dar força à possibilidade de que não é dada tanta relevância ao Terceiro Setor como é dada os outros dois setores de atividade económica. Todos os presidentes até 2016 corroboraram esta hipótese.

Mas antes de avançar para o presidente seguinte, seria interessante observar resultados relacionados com uma contagem de conceitos mais genéricos e alguns que podem estar indiretamente relacionados com a Economia Social. Resultados esses, observáveis na próxima tabela:

Tabela 19 - Número de menções de palavras com possibilidade de estarem relacionadas com a Economia Social e outras palavras genéricas em cada ano da presidência de Cavaco Silva

Cavaco Silva	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Desporto	2	1	1	0	1	1	2	0	0	19	5	32
Cultura	57	59	90	57	91	54	68	77	90	74	10	727
Lazer	1	4	2	0	2	1	2	0	0	1	0	13
Culto (Religioso)	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Ação Social	1	2	3	2	1	0	0	0	0	0	0	9
Desemprego/Desempregado	5	8	7	20	26	25	18	35	31	21	4	200
Emprego/Empregado	15	26	13	26	49	48	47	60	45	71	7	407
Inflação	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Consumo	2	8	5	4	4	5	3	7	2	4	0	44
Poupança	0	1	1	4	2	11	0	0	1	1	0	21
Importação	0	1	0	3	3	1	1	3	0	2	0	14
Exportação	2	4	7	8	22	14	13	20	29	24	1	144
Juro(s)	0	1	1	0	4	8	2	11	14	5	0	46
Total	85	115	131	125	205	168	156	213	213	222	27	1660
Nº de intervenções analisadas	41	69	75	72	87	57	64	58	64	60	10	657

Das palavras que poderiam estar indiretamente relacionadas com a Economia Social, “Cultura(s)” foi bastante mais mencionada que as restantes pelo presidente Cavaco Silva, não destoando dos seus antecessores. Contudo, praticamente nenhuma destas palavras foi utilizada em contexto de Economia Social, portanto não alteraram a verificação da hipótese. No caso das palavras mais

genéricas, “Inflação(s)” foi aquela com menor número de citações nas seiscentas e cinquenta e sete intervenções analisadas, “Desemprego(s)” / “Desempregado(s)” e “Emprego(s)” / “Empregado(s)” foram significativamente mais citadas que as restantes, como no caso de Jorge Sampaio, com a posterior a ter um número absoluto de referências superior à anterior, e “Exportação(s)” também obteve mais citações, especialmente quando comparada com os outros presidentes.

6.5. Marcelo Rebelo de Sousa

Em 2016, sucedendo a Aníbal Cavaco Silva, foi eleito o sexto presidente da República Portuguesa após a Revolução dos Cravos, se só forem contados os que foram eleitos por sufrágio universal. O seu nome é Marcelo Rebelo de Sousa que, à data da realização desta dissertação, é o presidente em funções. O ano em que se escreve este trabalho ainda não terminou, por isso só serão vistas as intervenções ocorridas até dezembro de 2020. Logo é natural que exista um número total de discursos menor que os outros presidentes, número esse que corresponde a trezentos e dezassete discursos.

Em relação à Economia Social, os resultados alcançados registaram-se na próxima tabela:

Tabela 20 - Número de menções de palavras relacionadas com a Economia Social em cada ano da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa

Marcelo Rebelo de Sousa	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Economia Social	0	0	0	0	0	0
IPSS e derivados	1	0	0	0	1	2
Terceiro Setor	0	0	0	0	0	0
Misericórdia	1	0	0	0	1	2
Fundação	7	5	2	0	1	15
Associação e derivados	5	4	1	0	0	10
Mutualidade e derivados	0	0	0	0	0	0
Cooperativa	1	0	0	0	0	1
Sociedade Civil	3	2	0	0	0	5
Voluntário e derivados	6	1	0	0	2	9
Filantropia e derivados	0	0	0	0	0	0
Setor Social	2	0	0	0	0	2
Setor Cooperativo	0	0	0	0	0	0
Total	26	12	3	0	5	46
Nº de intervenções analisadas	121	95	45	27	29	317

O termo mais utilizado foi “Fundação(s)” com um total de quinze menções ao longo destes quatro anos. “Associação(s)”, “Associativismo(s)”, “Voluntário(a/os)”, “Voluntariado(s)” e “Voluntarismo(s)” completaram o pódio com dez, e nove alusões respetivamente.

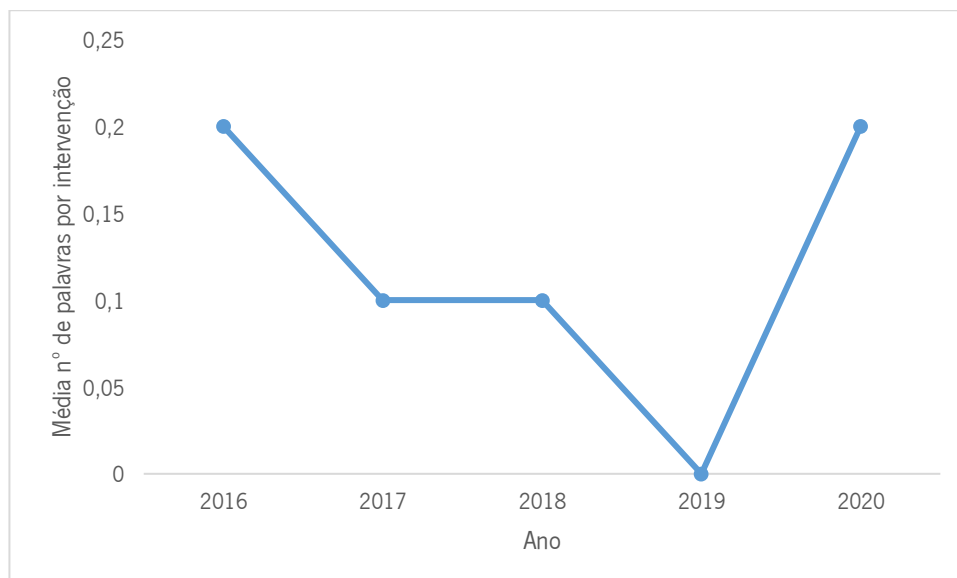
Por outro lado, as palavras “Economia(s) Social(s)”, “Terceiro(s) Setor(s)”, “Mutualidade(s)”, “Instituições Mutualistas”, “Mutualismo”, “Filantropo(a/os)”, “Filantropia(s)”, “Filantropismo(s)” e “Setor(s) Cooperativo(s)” não foram referidas de todo nas trezentas e dezassete intervenções analisadas e o ano de 2019 também não obteve nenhuma menção das palavras na tabela.

Ao contrário dos presidentes anteriores, este focou-se mais nas fundações quando referia o Terceiro Setor nos seus discursos. Todos os antecessores tinham mencionado mais as associações.

Tal como os seus antecessores, quando Rebelo de Sousa mencionou fundações, em muitos casos fez alusões à Fundação Calouste Gulbenkian, falando sobretudo da investigação científica que esta levava (e leva) a cabo. Algo mais único do atual presidente, é que além da Gulbenkian, também a Fundação Eugénio de Almeida teve bastantes referências.

A evolução das citações à Economia Social decorreu da forma demonstrada pelo gráfico abaixo:

Gráfico 36 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas)



Olhando para estes dados consta-se que a Economia Social foi mencionada, em média, aproximadamente 0,2 vezes por intervenção nos cinco anos de presidência de Marcelo Rebelo de Sousa. Menções essas que se mantiveram consistentemente próximas de zero ao longo destes anos, não se notando uma evolução particularmente positiva ou negativa. No ano de 2019, como este setor não foi mencionado nas mensagens deste presidente é natural, por conseguinte, que também não tenha sido mencionado a nível relativo.

Por conseguinte, com Marcelo Rebelo de Sousa foi obtida a menor quantidade de menções por discurso de todos os presidentes, provavelmente devido à menor porção de anos e de intervenções analisadas.

Ideologicamente, este presidente situa-se à direita do espectro político, no entanto a influência dessa variável nas menções do setor social é diminuta quando comparada com as razões descritas no parágrafo anterior.

Dados obtidos do INE, de outros indicadores que podem estar conectados a referências ao setor da Economia Social nos anos de presidência de Marcelo Rebelo de Sousa até 2020 estão presentes nos três gráficos que se seguem:

Gráfico 37 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de desemprego no mesmo período (arredondada às décimas)

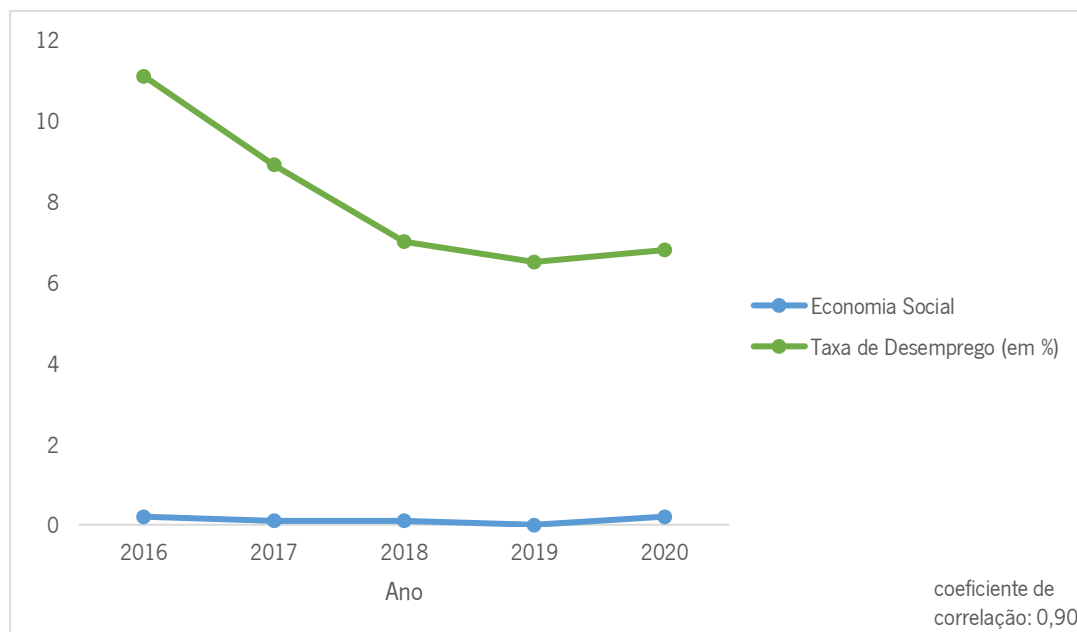


Gráfico 38 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas) em comparação com o PIB per capita a preços constantes de base 2016 no mesmo período (arredondado às décimas)

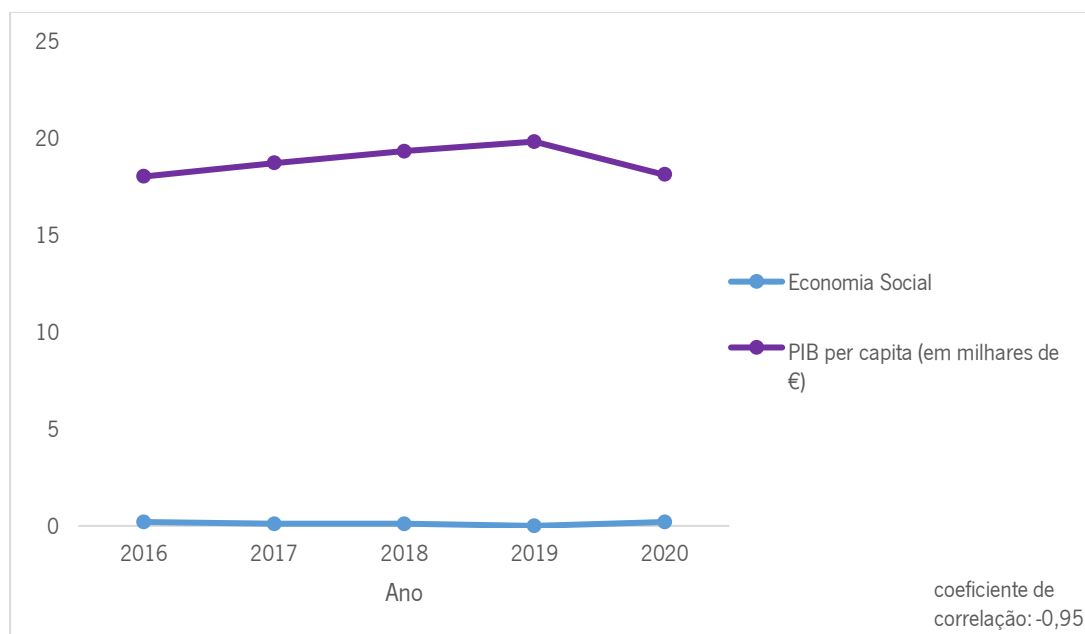
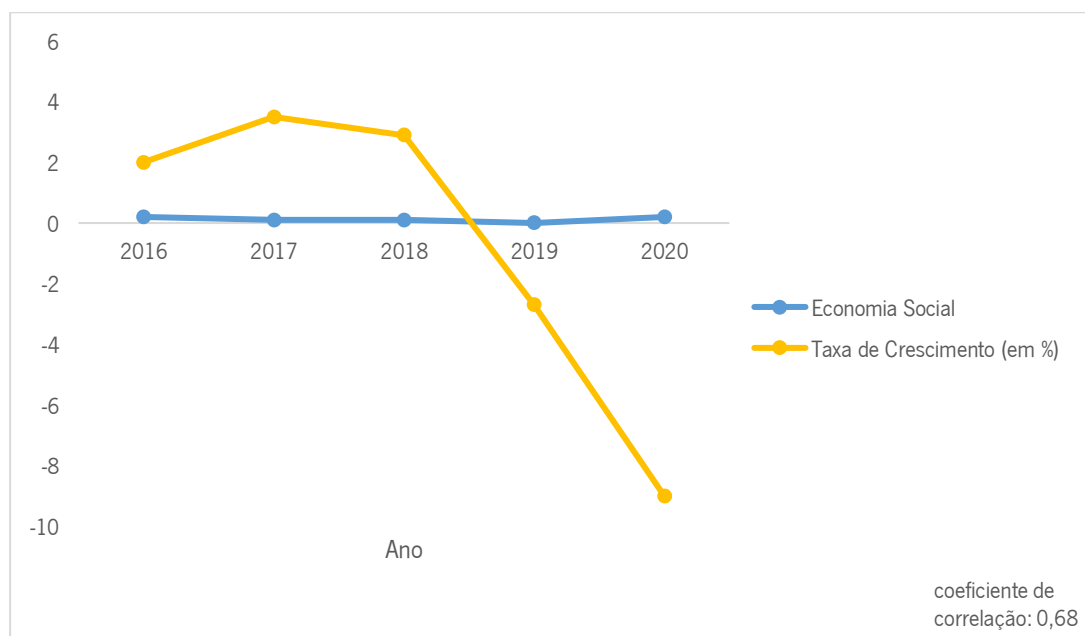


Gráfico 39 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social nos anos de presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de crescimento real do PIB a preços constantes no mesmo período (arredondado às décimas)



De notar que os números destes indicadores económicos relativos a 2020 são projeções á data da realização desta tese, portanto serão excluídos desta particular análise.

No que diz respeito à taxa de desemprego, variações da média de palavras relacionadas com o Terceiro Setor coincidiram com o mesmo tipo de variações da taxa de desemprego em todos os

anos (mesmo que 2020 estivesse incluído), com exceção de 2018. Já o coeficiente de correlação é 0,90 (arredondado às centésimas).

Portanto, no presidente atualmente em funções, referências à Economia Social nas suas intervenções podem estar diretamente relacionadas com o desemprego, de igual modo a Ramalho Eanes e Jorge Sampaio, mas em contraste com Mário Soares e Cavaco Silva.

Em relação ao PIB *per capita*, alterações da média de palavras relativas ao setor social coincidiram com o tipo contrário de variações deste indicador económico em todos os anos (mesmo que 2020 fosse incluído), exceto 2018. Aqui, o coeficiente de correlação entre as duas variáveis é -0,95 (arredondado às centésimas)

Tal indica que, menções à Economia Social estão inversamente relacionadas com o PIB *per capita* em Marcelo Rebelo de Sousa, tal como Jorge Sampaio, mas ao contrário de todos os outros Presidentes.

Na taxa de crescimento, alterações da média de termos relativos à Economia Social coincidiram com o tipo contrário de variações neste fator em 2016 e 2017. Além demais, o coeficiente de correlação entre as citações ao setor social e esta taxa é 0,68 (arredondado às centésimas).

Isto parece indicar que, no caso de Marcelo Rebelo de Sousa referências ao setor cooperativo podem ter estado diretamente relacionadas com a taxa de crescimento, ou seja, o contrário da possibilidade avançada num capítulo anterior desta dissertação para este fator económico.

Relativamente ao setor privado, os resultados desta investigação estão expostos na próxima tabela:

Tabela 21 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor privado em cada ano da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa

Marcelo Rebelo de Sousa	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Setor Privado	1	1	0	0	0	2
Investimento	10	2	0	0	2	14
Investidor	7	1	0	0	0	8
Empresa	11	0	0	0	8	19
Acionista	0	0	0	0	0	0
Mercado	8	1	1	0	1	11
Iniciativa Privada	1	0	0	0	0	1
Lucro	0	0	0	0	0	0
Negócio	5	0	0	0	0	5
Capital de Risco	0	0	0	0	0	0
Liberalização	0	0	0	0	0	0
Privatização	0	0	0	0	0	0
Multinacional (Companhia)	0	0	0	0	0	0
Total	43	5	1	0	11	60
Nº de intervenções analisadas	121	95	45	27	29	317

O conceito com maior número de menções foi “Empresa(s)”, correspondente a quase um terço da quantidade total de menções. Os termos “Investimento(s)” e “Mercado(s)” também obtiveram uma porção significativa das menções totais deste setor, ficando em segundo e em terceiro lugar respetivamente.

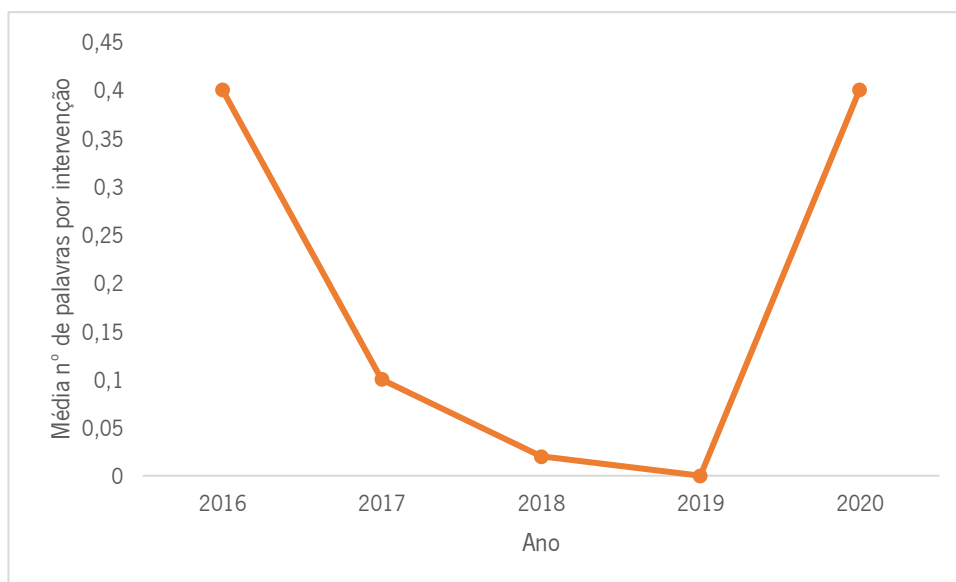
As palavras “Acionista(s)”, “Lucro(s)”, “Capital(s) de Risco(s)”, “Liberalização(s)” e “Privatização(s)” não foram citadas nestes cinco anos do mandato de Rebelo de Sousa.

O ano de 2019, tal como com a Economia Social, também não deu citações ao setor privado.

Tal como nos casos anteriores, Marcelo Rebelo de Sousa mencionou mais o setor privado, a nível absoluto, que o setor cooperativo. Ao contrário do antecessor imediato, Cavaco Silva, a diferença foi bastante menor. Se no antecessor o privado foi mencionado quase quatro vezes mais, Marcelo Rebelo de Sousa mencionou-o 0,8 vezes mais.

Este presidente foi o que menos mencionou o setor privado a nível absoluto, algo expectável, pois também esteve menos anos no poder e fez menos discursos que os outros. Seria mais interessante, por isso verificar a proporção de referências por discurso, tal como se vê aqui:

Gráfico 40 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor privado nos anos da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas, exceto no ano 2018)



Como se pode ver, o setor privado foi mencionado com grande variação ao longo destes anos. O ano de 2018 ainda obteve uma menção, a nível absoluto, para o setor privado por isso é que neste ano a média é tão baixa. No ano de 2019 não houve referências a este setor, da parte deste presidente, tal como aconteceu com o setor social. Pelo menos nas vinte e sete intervenções analisadas desse ano.

A proporção das referências ao setor privado por discurso foi, no geral, superior da parte de Marcelo Rebelo de Sousa, quando comparado ao Terceiro Setor.

E é bastante significativo que a média de menções do setor privado seja semelhante à média de menções à Economia Social, aproximando-se ambas das zero por discurso. Tal pode significar que Marcelo Rebelo de Sousa considerou que a relevância deste se situava perto da importância do privado. A diferença continua, mesmo assim, a existir e, no total, a média de referências ao setor privado, sendo 0,2, foi superior à do setor social, que foi 0,1. Não se arredondando às casas decimais, a diferença é menor que estes números aparentam.

Contudo, os resultados da análise do setor de atividade económica restante, podem alterar o equilíbrio.

No caso do setor público, os dados obtidos podem ser consultados na tabela que se segue:

Tabela 22 - Número de menções de palavras relacionadas com o setor público em cada ano da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa

Marcelo Rebelo de Sousa	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Setor Público	1	0	0	0	0	1
Estado	52	10	5	16	42	125
Tributação	0	0	0	0	0	0
Taxação	0	0	0	0	0	0
Imposto	1	0	0	0	0	1
Funcionário Público	0	0	0	0	0	0
Segurança Social	2	0	0	0	0	2
Telecomunicações	0	0	0	0	0	0
Ponte	0	0	1	0	0	1
Estrada	0	0	0	1	0	1
Defesa Nacional	0	0	0	0	0	0
Bem(s) Público(s)	0	0	0	0	0	0
Nacionalização	1	0	0	0	0	1
Total	57	10	6	17	42	132
Nº de intervenções analisadas	121	95	45	27	29	317

Tal como no caso dos presidentes anteriores, Marcelo Rebelo de Sousa durante estes cinco anos da sua presidência deu uma maior preponderância a um só termo relacionado com o setor público. Quase 95% do número total de referências ao setor público estiveram relacionadas com este termo.

“Estado(s)” foi mencionado um total de cento e vinte e cinco vezes ao longo deste seu mandato. O maior número de contextos em que foi contado, quando comparado com outros conceitos em análise, permanece insuficiente para explicar o elevado número de alusões a este único termo.

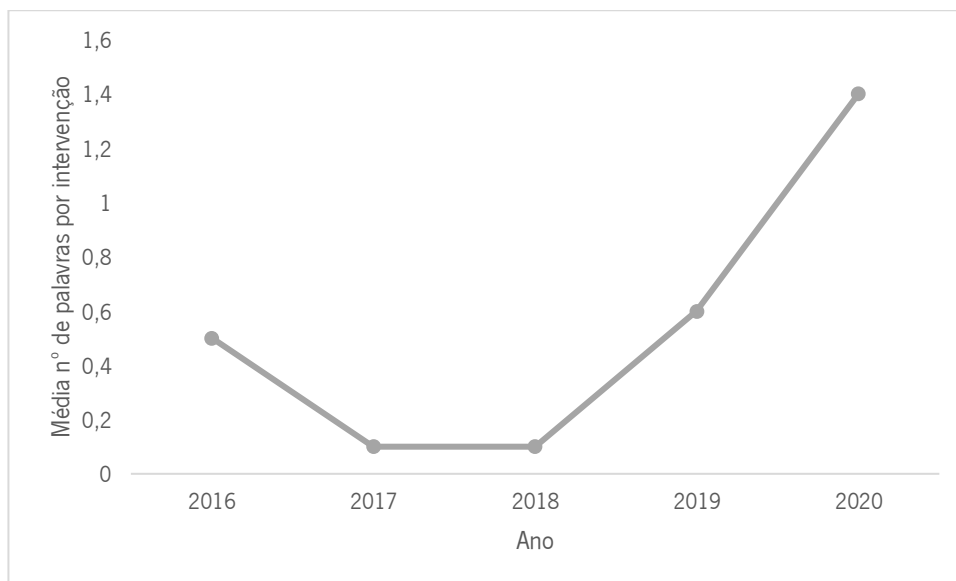
Não obstante, este fenómeno é mais ou menos autoexplicativo, pois Estado, pelo menos no regime de Portugal, equivale à *res publica*, ou seja, à coisa pública, não admirando que este conceito tenha tido, em todos estes presidentes, tamanha associação com o setor público.

Quando se refere ao setor público, Marcelo Rebelo de Sousa deu muito mais peso ao conceito “Estado(s)” que a outros conceitos relacionados com este setor. Apesar de também existirem palavras dominantes no caso do setor privado e do setor cooperativo, a verdade é que estes têm uma distribuição mais equitativa de alusões às diversas palavras em análise, tanto no caso deste presidente como no caso de outros presidentes.

O setor público permanece no topo dos setores mais mencionados a nível absoluto, sendo aproximadamente três vezes mais mencionado que o setor social e duas vezes mais mencionado que o setor privado nos cinco anos de presidência de Marcelo Rebelo de Sousa em análise.

O grau relativo do setor público pode ser consultado no gráfico abaixo:

Gráfico 41 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com o setor público nos anos da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas)



Ao longo destes cinco anos de presidência de Marcelo Rebelo de Sousa, o setor público teve alusões que se situavam próximas por discurso na maioria dos anos. Sem dúvida devido ao destaque dado ao conceito “Estado(s)”. As exceções foram os anos de 2017 e 2018 em que as alusões a este setor foram inferiores, sendo ambos aludidos 0,1 vezes por discurso.

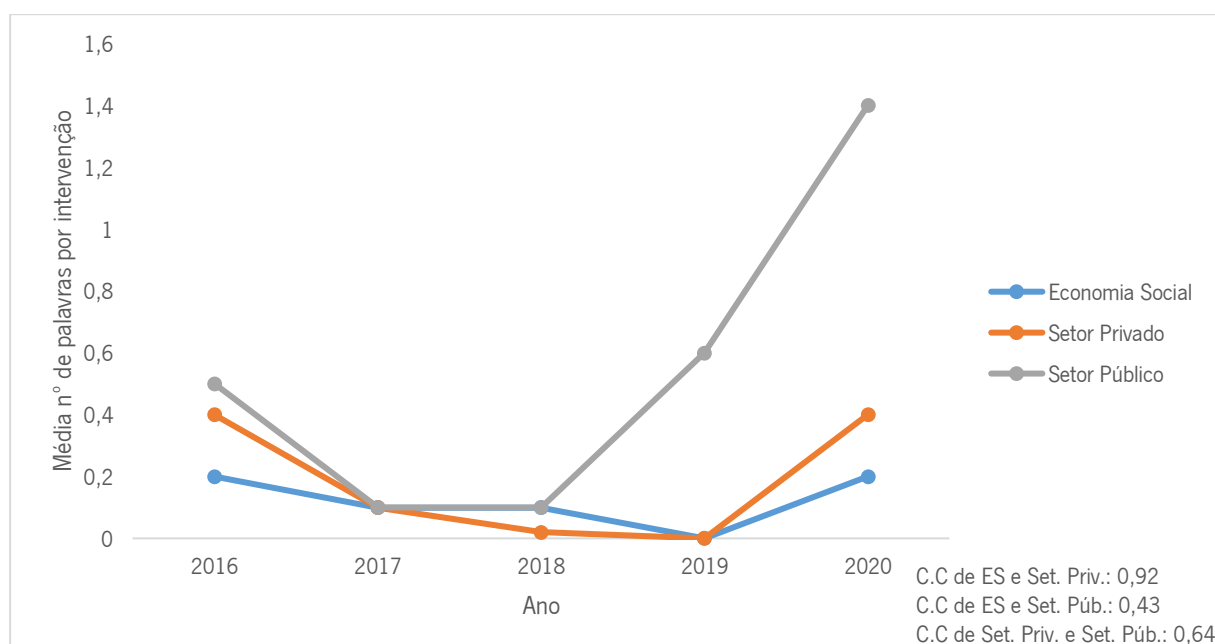
Ao longo dos anos, parece que existiu uma ligeira tendência a aumentar o número de referências ao setor público da parte deste presidente.

Ao contrário dos outros dois setores, em 2019 o setor público chegou a ser mencionado, logo neste ano é de prever que a média fosse sempre superior, quando comparado com os setores

privado e social. Mesmo assim, permanece como o presidente que a nível proporcional, menos mencionou o setor público.

Tudo isto parece indicar que Mário Soares deu mais relevância ao setor público, sobre a figura do Estado, que ao setor privado e ao Terceiro Setor. O próximo gráfico auxiliará a perceber esta diferença:

Gráfico 42 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com os três setores de atividade económica nos anos da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (arredondada às décimas, exceto no ano de 2018 para o setor privado)



De acordo com estes dados, Marcelo Rebelo de Sousa valorizou mais o setor público na maioria dos anos da sua administração, pelo menos entre aqueles que estão representados, como aconteceu no caso dos seus antecessores, com exceção do seu antecessor imediato, Cavaco Silva. No entanto, e ao contrário dos presidentes anteriores, o setor privado só foi aludido, em média, mais que o setor cooperativo em dois anos, 2016 e 2020. A Economia Social foi, mais citada, em média, que o privado em 2018 e obteve a mesma média em 2017 e 2019. No total, o setor privado ainda se sobrepôs ao setor social no caso deste presidente. Contudo a diferença foi bastante menor que nos antecessores.

O Terceiro Setor conseguiu até igualar a média de citações do setor público em 2017 e 2018, algo inédito em presidentes eleitos após o 25 de abril. Contudo, na totalidade, o setor público manteve-se superior ao setor cooperativo.

Tudo somado estas informações continuam a dar força à possibilidade de que não é dada tanta relevância ao Terceiro Setor como é dada aos outros dois setores de atividade económica. Todos os presidentes em estudo corroboraram esta hipótese.

Porém, antes de se avançar para a conclusão, seria interessante observar resultados relacionados com uma contagem de conceitos mais genéricos e alguns que podem estar indiretamente relacionados com a Economia Social. A seguinte tabela fornece esses dados:

Tabela 23 - Número de menções de palavras com possibilidade de estarem relacionadas com a Economia Social e outras palavras genéricas em cada ano da presidência de Marcelo Rebelo de Sousa

Marcelo Rebelo de Sousa	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Desporto	9	0	1	0	0	10
Cultura	16	9	3	3	5	36
Lazer	1	0	0	0	0	1
Culto (Religioso)	1	1	0	0	0	2
Ação Social	0	0	0	1	0	1
Desemprego/Desempregado	0	0	0	0	2	2
Emprego/Empregado	10	0	2	2	6	20
Inflação	0	0	0	0	0	0
Consumo	0	0	0	0	2	2
Poupança	0	0	0	0	0	0
Importação	1	0	0	0	0	0
Exportação	4	1	0	0	3	8
Juro(s)	0	0	1	0	0	1
Total	42	11	7	6	18	83
Nº de intervenções analisadas	121	95	45	27	29	317

Das palavras que poderiam estar indiretamente relacionadas com a Economia Social, “Cultura(s)” foi mais mencionada que as restantes pelo presidente Rebelo de Sousa, como aconteceu com os anteriores. Nenhuma destas palavras foi, no entanto, utilizada no contexto do setor social, portanto não alteraram a confirmação da hipótese. No caso das palavras mais genéricas, “Inflação(s)”, “Poupança(s)” e “Importação(s)” não foram mencionadas nas intervenções analisadas, e “Emprego(s)” / “Empregado(s)” foram mais citadas que as restantes.

7. Conclusão

O Terceiro Setor, não obstante os resultados obtidos, permanece como uma parcela pequena, mas não insignificante da economia portuguesa.

Se tanto o setor privado de fins lucrativos, como o setor público detêm um peso superior em Portugal, a realidade é que a ES tem certamente marcado a vida das pessoas de uma forma positiva.

Isto apesar de, infelizmente, alguns indivíduos ainda possuem uma atitude algo cínica em relação a este setor. Como não tem fins lucrativos, estes indivíduos pensam que existe alguma contrapartida negativa ao requisitarem os serviços de OES, logo criam um estigma que fica colado a estas entidades. Felizmente ainda não é suficientemente elevado para ser alarmante, mas uma atitude que dê destaque ao setor cooperativo da parte dos órgãos de soberania, naqueles em que as pessoas mais se revêm, poderia mudar, no caso dos mais cínicos, e fortalecer, no caso dos menos cínicos, mentalidades.

Os indivíduos mais facilmente se revêm noutros indivíduos que em instituições sem cara. O Presidente da República Portuguesa é, neste país, o único órgão de soberania que assenta numa só pessoa. Por isso, e por outras razões descritas na introdução desta dissertação, é que foi escolhido para verificar a importância que é dada pela cúpula política portuguesa à Economia Social, ao comparar o número de vezes que palavras relacionadas com esta são mencionadas nas intervenções dos presidentes eleitos desde 1976, com o número de vezes que palavras relacionadas com o setor privado e com o setor público são mencionadas nos mesmos.

A hipótese dada é que os presidentes deram menos importância ao setor social, que ao setor privado e ao público.

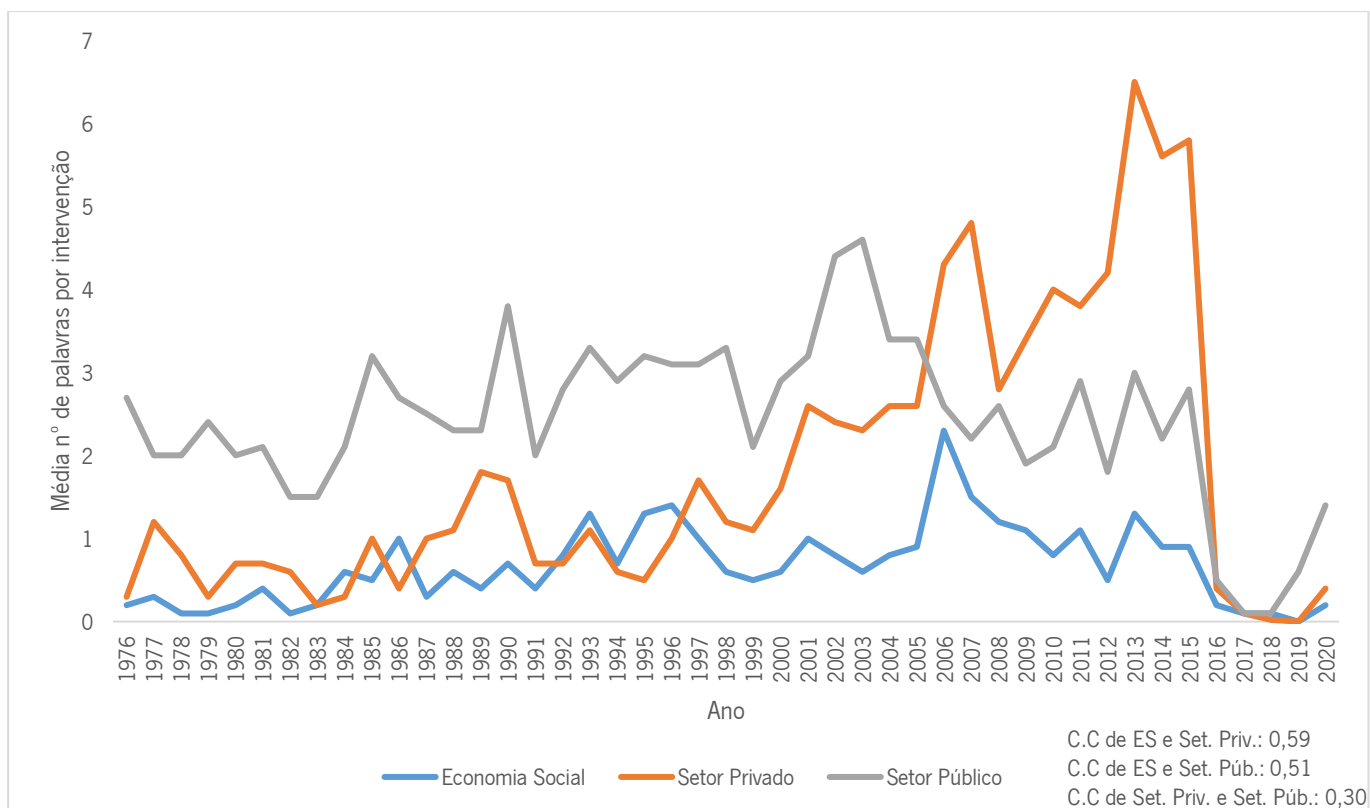
Analisando os resultados obtidos por todos os presidentes, parece que a hipótese foi confirmada, ao terem mencionado a ES menos vezes, tanto em termos absolutos como relativos, que o privado e o público, geralmente.

A nível absoluto, Jorge Sampaio mencionou mais vezes o terceiro setor, com um total de oitocentas e trinta e oito menções, seguido por Cavaco Silva, Mário Soares, Ramalho Eanes e Marcelo Rebelo de Sousa, por esta ordem. Contudo, a quantidade de intervenções analisadas variou de presidente pra presidente.

No caso de Marcelo Rebelo de Sousa, só tinha sido presidente durante cinco anos á data de 31 de dezembro de 2020, enquanto os restantes já tinham cumprido 10 anos de presidência.

O nível relativo de menções pode ser demonstrado no próximo gráfico, não só no caso da ES, mas também no caso do setor privado e do setor público:

Gráfico 43 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com os três setores de atividade económica em todos os anos de todas as presidências até 2020 (arredondada às décimas, exceto no ano 2018 para o setor privado)



De notar que neste gráfico não foram contados os anos 1986, 1996, 2006 e 2016 para, Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio e Cavaco Silva, respetivamente. Os dados desses anos correspondem aos presidentes que os sucederam imediatamente.

Proporcionalmente, foi Cavaco Silva quem mencionou o Terceiro Setor mais vezes por discurso. Após Cavaco Silva situa-se muito próximo Jorge Sampaio, seguido de perto por Mário Soares, com Ramalho Eanes após este. Por último mantém-se Marcelo Rebelo de Sousa.

Se o atual presidente em funções for excluído, a evolução de referências ao terceiro setor até é positiva, já que á medida que se sucedem os presidentes, mais menções em média tem. Contudo continua a ser insuficiente para destronar o enfoque dado ao setor privado e ao setor público, excetuando anos pontuais.

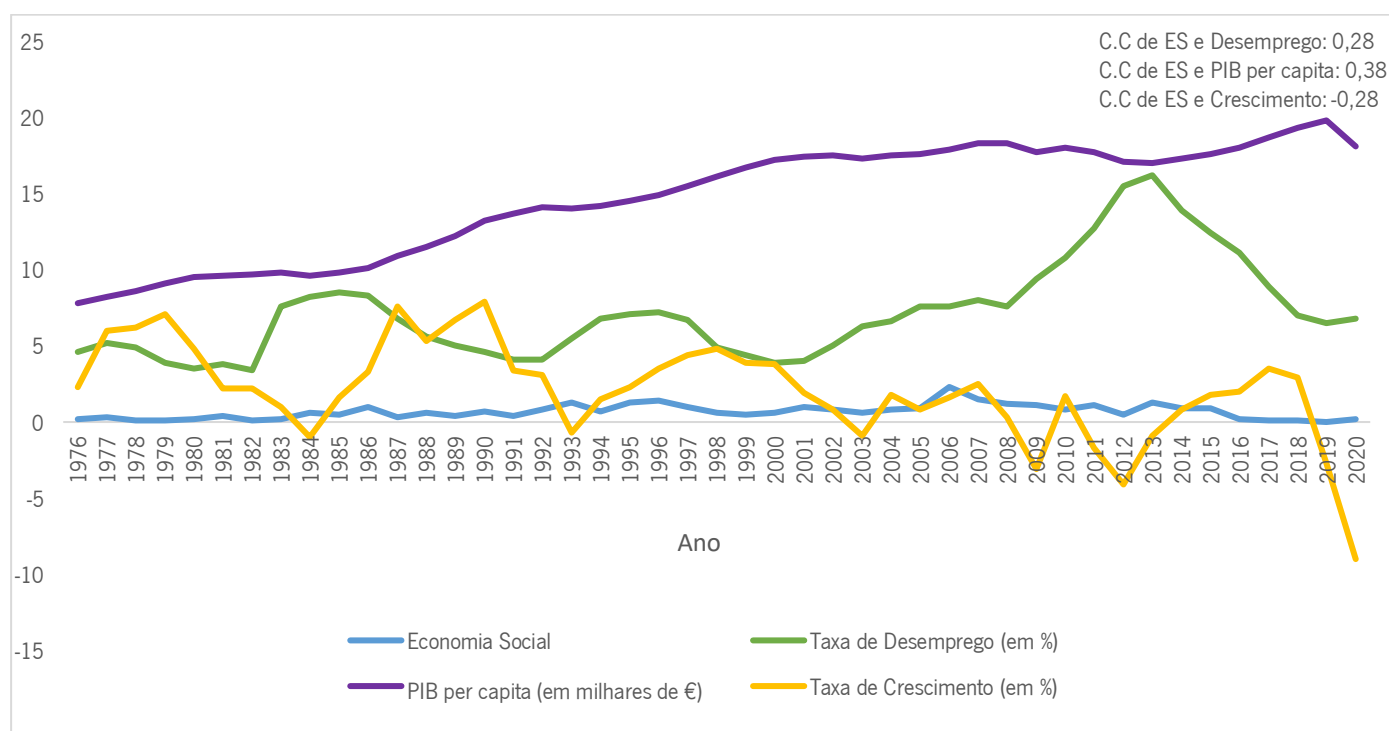
A ideologia política não foi particularmente significativa para a quantidade de citações do setor social. Ao que conta aos outros setores, talvez tenha sido, mas isso é outra dissertação.

Deve-se tomar nota que um número relativamente mais elevado de menções á ES coincide com organizações e acontecimentos específicos. Em particular, o termo “Fundação(s)” teve uma elevada

quantidade de menções relacionadas com a atuação da Fundação Calouste Gulbenkian, ao longo de todos os anos desta investigação.

Em relação a certos indicadores económicos, nomeadamente o desemprego, o PIB *per capita* e a taxa de crescimento, a comparação entre os dados referentes a estes, obtidos do INE, e o número de menções médio à ES pode ser observada no seguinte gráfico:

Gráfico 44 - Média do número total de menções de palavras relacionadas com a Economia Social em todos os anos de todas as presidências até 2020 (arredondada às décimas) em comparação com a taxa de desemprego, o PIB per capita a preços constantes de base 2016 e a taxa de crescimento real do PIB a preços constantes no mesmo período (arredondada às décimas)



Note-se que, tal como no gráfico anterior, não foram contados os anos 1986, 1996, 2006 e 2016 para, Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio e Cavaco Silva, respetivamente.

Do mesmo modo que anteriormente, para se considerar que existe alguma relação entre estes fatores e as menções ao Terceiro Setor é necessário que o coeficiente de correlação seja superior (em valor absoluto) a 0,5. Excluindo-se os anos 1976 e 2020 por razões enunciadas quando se observou os Presidentes um a um, isto significa que olhando para os Presidentes holisticamente, o coeficiente de correlação entre cada um dos indicadores económicos e as menções ao Terceiro Setor tem de ser superior a 0,5 para existir correlação positiva, logo relação direta entre as variáveis ou inferior a -0,5 para existir correlação negativa, logo relação inversa entre as variáveis.

A título individual, em Ramalho Eanes, Jorge Sampaio e Marcelo Rebelo de Sousa parece que existiu alguma relação direta entre a taxa de desemprego e as citações ao setor social. Pelo contrário, em

Cavaco Silva, tendo em conta o coeficiente de correlação, parece que existiu uma relação inversa entre estas variáveis.

No PIB *per capita* evidencia-se a existência de uma relação inversa com as referências à ES nas intervenções presidenciais de Jorge Sampaio e Marcelo Rebelo de Sousa.

A presença de uma relação inversa entre a taxa de crescimento e as citações ao setor social, de acordo com os respetivos coeficientes de correlação, verifica-se nos casos de Ramalho Eanes e Mário Soares. Em sentido contrário parece que existiu uma relação direta entre estas duas variáveis no caso de Marcelo Rebelo de Sousa.

Já a título holístico nenhuma das variáveis em questão obteve alterações anuais dos números que coincidissem com o tipo de variação procurado em pelo menos dois terços dos anos. O indicador que mais se aproximou desse limiar foi a taxa de desemprego, com vinte e cinco anos em que esta situação ocorreu. Além disso, o coeficiente de correlação também não ultrapassou os limites propostos em nenhuma das variáveis. A taxa de desemprego, o PIB *per capita* e a taxa de crescimento obtiveram respetivamente 0,28, 0,38 e -0,28 (arredondado às centésimas).

Isto pode sugerir que, na generalidade, menções ao Terceiro Setor não estiveram especialmente relacionadas com as três variáveis em questão.

As análises que foram realizadas ao longo desta dissertação têm, apesar de tudo, algumas limitações.

Em primeiro lugar, não se conseguiu obter acesso a todas as intervenções realizadas por estes presidentes em formato escrito. Foram obtidas a maior parte, que eram de acesso livre.

Em segundo, algumas intervenções só estavam disponíveis em formato audiovisual, logo não puderam ser incluídas neste trabalho.

Em terceiro lugar, os resultados obtidos com a análise à possível correlação entre as referências ao setor cooperativo e os três indicadores económicos enunciados não são finais, pois podem existir variáveis desconhecidas a influenciar estes dados que não foram suficientemente contabilizadas.

Em quarto lugar, correlação não é causalidade, por isso mesmo que em certos presidentes possa aparentar existir alguma correlação entre um dos indicadores económicos apresentados e o número médio de menções ao Terceiro Setor, tal não significa que um desses indicadores levou necessariamente a que esses Presidentes citassem mais a ES nos seus discursos. Para uma análise mais robusta, propõe-se análise de cointegração das séries temporais em causa.

E por fim, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, ao contrário dos restantes, ainda não cumpriu os seus dois mandatos, o que faz com este presidente não possa ser comparado de forma mais justa com os outros. Investigações futuras deste tipo devem ter em atenção estas limitações.

8. Referências Bibliográficas

Amado, M. (2007) “Qualificar o Terceiro Sector: uma perspetiva de formação.” *Veze e Voz - Inovação e Qualidade no Terceiro Sector*, nº 1, Série II, Ano XV, Dezembro, pp. 51-56.

Anheier, H.; Leat. D (2006) *Creative Philanthropy: Toward a New Philanthropy for the Twenty-First Century*. London: Routledge

Avallé, G. (2019) “Semiosis de la renta agraria. Análisis de los discursos presidenciales durante el conflicto agropecuario en Argentina.” *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*. 19. 4. DOI: 10.35956/v.19.n1.2019.p.4-24.

Bardin, L. (1977) *Análise de Conteúdo*. Lisboa edições, 70, 225.

Bueno, A. (2021) “Dissertações da economia social da Universidade do Minho: um estudo bibliométrico.” Escola de Economia e Gestão. Braga: Universidade do Minho.

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social; Instituto Nacional de Estatística (2013) *Conta satélite da economia social 2010*. INE, Lisboa.

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social; Instituto Nacional de Estatística (2016) *Conta satélite da economia social 2013*. INE, Lisboa.

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social; Instituto Nacional de Estatística (2019) *Conta satélite da economia social 2016*. INE, Lisboa.

Defourny, J.; Develtere, P. (1999) “The Social Economy: the worldwide making of a third sector.” In Defourny, J.; Develtere, P.; Fonteneau, B. (eds.) *L'économie sociale au Nord et au Sud*. Université de Liège, p.1-30.

Duverger, M. (1980) “A new political-system model: semi-presidential government.” *European Journal of Political Research* 8(2): 165–187.

Erisen, C.; Villalobos, J. D. (2014) "Exploring the invocation of emotion in presidential speeches." *Contemporary Politics*, 20:4, 469-488, DOI: 10.1080/13569775.2014.968472.

Eshbaugh-Soha, M. (2010) "The Politics of Presidential Speeches." *Congress & the Presidency*, 37:1, 1-21, DOI: 10.1080/07343460903390679.

Espirito Santo, P. (2007) "Comunicação e política nos discursos presidenciais de tomada de posse 1976-2006." *Revista de Estudos em Comunicação*, n.2.

Franco, R. C. (2005) "Defining the Nonprofit Sector: Portugal." Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, No. 43. Baltimore: The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies.

Hatos, A.; Lazăr, A. (2019) "European Philanthropic Behavior Patterns: Charitable Giving, Non-Profit and Welfare Regimes in the European Union." *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 15. 21-40, DOI: 10.24193/tras.SI2019.2.

Hennart, J. (1991) "Transaction costs theory and the multinational enterprise." In Pitelis, C.; Sugden, R. (eds) *The Nature of the Transnational Firm*. London: Routledge, p.72-118.

Kalenda, J.; Karger, T. (2014) "První světová válka v prezidentských projevech // The First World War in Presidential Speeches." *Historická Sociologie*. 2014. 127-143. DOI: 10.14712/23363525.2014.8.

Krčál, P.; Naxera, V. (2019) "«You can't corrupt eight million voters»: corruption as a topic in Miloš Zeman's populist strategy". *Studies of Transition States and Societies*, [S.l.], v. 11, n. 1. ISSN 1736-8758.

Liberalization. (1995). In *Cambridge Advanced Learner's Dictionary*. Cambridge: Cambridge University Press, 4^a ed.

Meirelles, J.; Pimenta Jr., T.; Rebelatto, D. (2008) "Venture capital e private equity no Brasil: alternativa de financiamento para empresas de base tecnológica." *Gestão & Produção*, 15(1): p.11-21.

Merriam-Webster. (n.d.). Nationalize. In *Merriam-Webster.com dictionary*. Consultado em julho 16, 2021, em <https://www.merriam-webster.com/dictionary/nationalize>

Merriam-Webster. (n.d.). Privatize. In *Merriam-Webster.com dictionary*. Consultado em julho 16, 2021, em <https://www.merriam-webster.com/dictionary/privatize>

Oakland, W. (1987) "Theory of public goods." In Auerbach, A.; Feldstein, M. (eds) *Handbook of Public Economics*. Amsterdam: Elsevier, vol.2, p.485-535.

Quintão, C. (2004) "Terceiro Setor – elementos para referenciação teórica e conceptual." *V Congresso Portugêses de Sociologia*, Universidade do Minho, Braga, 12-15 de maio.

Salvatore, V. (2004) "A Racionalidade do 3º setor." In Voltolini, R. (ed.) *Terceiro Setor, Planejamento e Gestão* (pp. 17-34). São Paulo: Senac.

Shugart, M. (2005) "Semi-Presidential Systems: Dual Executive and Mixed Authority Patterns." *French Politics*, 3, 323–351. DOI: 10.1057/palgrave.fp.8200087.

Wilson, J. (2000) "Volunteering". *Annual Review of Sociology*, 26. 215-240, DOI:10.1146/annurev.soc.26.1.215

Legislação portuguesa consultada

Constituição Política da República Portuguesa (1911) – Documento que consagrou um novo regime político em Portugal, a República.

Constituição da República Portuguesa (1976) VII Revisão Constitucional 2005 – Defende a independência nacional, garante os direitos fundamentais dos cidadãos, estabelece os princípios basilares da democracia e assegura o primado do Estado de Direito democrático.

Lei n.º 30/2013, de 8 de maio – Lei de Bases da Economia Social – Estabelece, no desenvolvimento do disposto na Constituição quanto ao sector cooperativo e social, as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios.